

Publicações Legais

Caderno Integrante da Edição nº 8047 | Pato Branco, 30 de dezembro de 2021

Este espaço é destinado a publicação de editais públicos ou privados que tem como finalidade tornar público as informações a cerca dos atos e fatos ocorridos, dando transparência as ações dos órgãos públicos e das empresas. Os leitores podem acompanhar nos editais toda e qualquer medida adotada pelas prefeituras, câmaras municipais, empresas de economia mista, autarquias, entidades, associações, instituições, empresas e outras denominações que tenham a necessidade de tornar públicos seus atos.

| SÚMULA DE REQUERIMENTO DE RENOVAÇÃO DA LICENÇA DE OPERAÇÃO |
|--|
| Cooperativa Agropecuária Tradição, inscrita no CNPJ nº 05.528.196/0016-91 e IE nº 90.694.800-10 torna público que irá requerer ao IAT, a Renovação da Licença de Operação para Beneficiamento e Armazenamento de Produtos Agrícolas instalada na Rodovia BR 373, Km 97 s/nº. Interior do Município de Coronel Vivida/PR. |

MUNICÍPIO DE BOM SUCESSO DO SUL - PR - CNPJ: 80.874.100/0001-86
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 262/2021
PREÇO ELETRÔNICO Nº 108/2021 – REGISTRO DE PREÇO Nº 65/2021
Processo Licitatório Nº 108/2021 – **HOMOLOGADO EM: 20/12/2021**
VIGÊNCIA: 12 (DOZE) MESES (de 22/12/2021 à 21/12/2022).
DETENTORA: NACIONAL SAFETY EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA EIRELI– EPP – CNPJ: 24.402.903/0001-67.
OBJETO: Registro de Preços para futuras e eventuais aquisições de equipamentos de proteção individual- EPI'S, para o atendimento de todos os Departamentos Municipais, conforme quantidades, especificações e condições descritas no Termo de Referência constante do Anexo I do Edital, relativos ao(s) Item(s) descrito abaixo do Pregão Eletrônico nº 82/2021, nos termos das condições previstas no respectivo Edital e seus anexos, que fazem parte do presente instrumento, independentemente de transcrição:

| ITEM | DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS | UND. | QTDE. | MARCA | VALOR UNIT. (R\$) | VALOR TOTAL ITEM (R\$) |
|------|--|-------|-------|-------------|-------------------|------------------------|
| 2 | Protetor auditivo do tipo plugue, confeccionado em borracha (copolimer), no formato cônico com três flanges e com cordão. Tamanho único. Deverá conter C A válido e atender os requisitos conforme ficha técnica de segurança. | Unid. | 200 | PROTECT | 1,40 | 280,00 |
| 3 | Protetor solar, de uso profissional, com fator mínimo de proteção solar FPS 60, com proteção UVA e UVB, com repelente de insetos, forma farmacêutica loção cremosa (oil-free) e não comedogênica, sem corante, testado dermatologicamente, bisnaga/frasco de com no mínimo 120 gramas, rápida absorção, testado dermatologicamente , dentro da data de validade. | Unid. | 60 | NUTRIEX | 17,53 | 1.051,80 |
| 4 | Repelente 4hs 200ml descrição: dermatologicamente testado. Ação/ativos: sua fórmula não oleosa possui alho vera e protege por 4 horas, inclusive do mosquito que pode transmitir o Zika vírus, a dengue e a febre Chikungunya. Modo de usar: agite bem antes de usar, aplicando sobre as partes expostas do corpo e massageando a área até que o produto desapareça, para o uso no rosto, coloque os produtos nas mãos e passe evitando contato com os olhos, boca e nariz. | Unid. | 60 | SAI INSETO | 8,00 | 480,00 |
| 6 | Óculos de segurança escuro com armação e visor confeccionados em uma única peça de policarbonato com ponte, apoio nasal injetado na mesma peça e hastes tipo espiúla, na cor cinza escuro. Deverá conter C A válido e atender os requisitos conforme ficha técnica de segurança. | Unid. | 48 | POLIFER | 4,28 | 205,44 |
| 7 | Botina de segurança com elástico acolchoado. Cabedal padrão: nº 35, confeccionado em couro relax, com dorso em napa couro soft, acolchoado com espuma de PU de 8 mm e elástico na lateral. Forração da gáspas com material de não tecido e forro do cano com sanítec, tecido antibacteriano dublado. Biqueira de plástico para conformação. | Unid. | 6 | CARTOM | 61,86 | 371,16 |
| 8 | Sobre palmilha softsystem em EVA soft com espessura de 4 mm e com microbolhas. Solado bidensidade constituído de duas camadas de poliuretano (PU) expandido e injetado diretamente ao cabedal com resistência a abrasão. 1ª camada (entressola) macia e leve. 2ª camada resistente a objetos cortantes perfurantes e abrasão. Com ranhuras de aderência e sistema ecolife. | Unid. | 10 | CARTOM | 61,85 | 618,50 |
| 9 | Botina de segurança com elástico acolchoado. Cabedal padrão: nº 36 confeccionado em couro relax, com dorso em napa couro soft, acolchoado com espuma de PU de 8 mm e elástico na lateral. Forração da gáspas com material de não tecido e forro do cano com sanítec, tecido antibacteriano dublado. Biqueira de plástico para conformação. | Unid. | 5 | CARTOM | 61,87 | 309,35 |
| 10 | Sobre palmilha softsystem em EVA soft com espessura de 4 mm e com microbolhas. Solado bidensidade constituído de duas camadas de poliuretano (PU) expandido e injetado diretamente ao cabedal com resistência a abrasão. 1ª camada (entressola) macia e leve. 2ª camada resistente a objetos cortantes perfurantes e abrasão. Com ranhuras de aderência e sistema ecolife. | Unid. | 2 | WORKFLEX | 47,06 | 94,12 |
| 11 | Bota de segurança PVC, tipo impermeável, par nº 36, de uso profissional, confeccionada em polidoretto de vinila (PVC) injetado em uma só peça. Altura média do cano 34,5 cm. Espessura mínima 2,6mm do cabedal, estrias laterais, contendo polímero plástico em PVC e massa nitrílica. Solado: ranhuras com no mínimo 9,7mm no salto, contendo polímero plástico em PVC, reforçado com massa nitrílica, área frontal do solado aberto para escoamento de líquidos. Peso aprox. 1.300 gr. Na cor preta com solado amarelo. Numeração: 36 ao 44. Deverá conter C A válido e atender os requisitos conforme ficha técnica de segurança. | Unid. | 6 | WORKFLEX | 47,06 | 282,36 |
| 20 | Bota de segurança PVC, tipo impermeável, par nº 37, de uso profissional, confeccionada em polidoretto de vinila (PVC) injetado em uma só peça. Altura média do cano 34,5 cm. Espessura mínima 2,6mm do cabedal, estrias laterais, contendo polímero plástico em PVC e massa nitrílica. Solado: ranhuras com no mínimo 9,7mm no salto, contendo polímero plástico em PVC, reforçado com massa nitrílica, área frontal do solado aberto para escoamento de líquidos. Peso aprox. 1.300 gr. Na cor preta com solado amarelo. Numeração: 36 ao 44. Deverá conter C A válido e atender os requisitos conforme ficha técnica de segurança. | Unid. | 2 | CARTOM | 64,11 | 128,22 |
| 21 | Calçado ocupacional isolante elétrico, tipo B, par nº 42, botina até o tornozelo, com biqueira em polipropileno, confeccionado em couro, forrado em tecido na gáspas, palmilha de montagem em couro montada pelo sistema strobel, solado bidensidade bicomponente injetado diretamente no cabedal, com palmilha interna de conforto. | Unid. | 200 | CAMPER | 1,96 | 392,00 |
| 27 | Respirador descartável tipo dobrável - PFF 2, confeccionado em quatro camadas, sendo: camada externa de fibra sintética de polipropileno; camada meio de fibras sintética estrutural; camada filtrante de fibra sintética com tratamento eletrostático, camada interna de fibra sintética de contato facial. Com tirantes de cabeça de elástico para sustentação da peça facial, tira metálica para ajuste sobre o septo nasal e válvula de exalação. Respirador conforme norma NBR 13698. Deverá conter c.a válido e atender os requisitos conforme ficha técnica de segurança. | Unid. | 10 | JOG | 28,94 | 289,40 |
| 28 | Peleira de proteção em couro com talas e velcro, TAM 42cm, confeccionado em duas camadas de laminado sintético, com padrão marrom café, com três talas de PVC na parte frontal para aliviar os pequenos impactos, metatarso fixado através de solda eletrônica para proteger o peito do pé, o fechamento nas bordas e feito por meio de viés em material sintético, fechamento total em velcro e fechos plásticos o que facilita a fixação, regulagem e colocação da perneira. | Unid. | 10 | CAMPER | 150,00 | 1.500,00 |
| 29 | Capacete para motosserra, roçadeira e tratorista, com viseira de nylon e protetor auricular abaíador acolchoado, injetado externamente em polietileno de alta densidade; desing moderno que permite uma melhor circulação de ar; com 5 vinhos de reforço longitudinais; aba frontal; canaleta lateral de direcionamento da água; protetor facial articulado em tela de nylon de 07pl de altura preto com adaptador de nylon, suspensão cemeira de polietileno com seis pontos de fixação para absorção da energia de um impacto em um acidente; jugular em poliéster e tira de absorção frontal. | Unid. | 10 | TKVB | 151,30 | 1.513,00 |
| 30 | Macacão de segurança confeccionado em tecido, TAM g, laminado microporoso; capuz, fecho frontal em zíper de duas vias, laços nos polegares, elástico na metade da cintura, pulsos e tornozelos, emendas costuradas, tecido com tratamento antiestático | Unid. | 10 | SUPERSAFETY | 22,00 | 220,00 |

| | | | | | | |
|----|---|-------|----|--------|-------|----------|
| | proteger o corpo do usuário contra riscos de poeiras, sujeiras particuladas em geral, e conforme C A para tipo 6, alguns riscos de origem química. | | | | | |
| | Bonê touca árabe em helanca cor azul, traçada com proteção na aba em bedim e utilização de velcro para fechamento das palas, touca com helanca tipo árabe agro dx, confeccionado com tecido de primeira qualidade, elástico de 10mm parte traseira para ajuste anatômico, fechamento reforçado, barra pronta, atendendo as normas nr - 6 | | | | | |
| 31 | | Unid. | 50 | JOG | 8,00 | 400,00 |
| | Tênis soft works cor branca ref. Bb80, par, nº 35 calçado ocupacional de uso profissional tipo tênis (OB), fechado na parte do calcanhar e na parte superior atende a (NR32), confeccionado em EVA na cor branca, solado de borracha antiderrapante, resistente ao escorregamento em piso cerâmico com solução de detergente e piso de aço com solução de glicerol (SRC), resistente ao óleo combustível (FO) e à absorção de energia na região do salto (e). | | | | | |
| 32 | | Unid. | 6 | MONSEG | 64,00 | 384,00 |
| | Tênis soft works cor branca ref. Bb80, par, nº 36 calçado ocupacional de uso profissional tipo tênis (OB), fechado na parte do calcanhar e na parte superior atende a (NR32), confeccionado em EVA na cor branca, solado de borracha antiderrapante, resistente ao escorregamento em piso cerâmico com solução de detergente e piso de aço com solução de glicerol (SRC), resistente ao óleo combustível (FO) e à absorção de energia na região do salto (e). | | | | | |
| 33 | | Unid. | 10 | MONSEG | 64,00 | 640,00 |
| | Tênis soft works cor branca ref. Bb80, par, nº 37 calçado ocupacional de uso profissional tipo tênis (OB), fechado na parte do calcanhar e na parte superior atende a (NR32), confeccionado em EVA na cor branca, solado de borracha antiderrapante, resistente ao escorregamento em piso cerâmico com solução de detergente e piso de aço com solução de glicerol (SRC), resistente ao óleo combustível (FO) e à absorção de energia na região do salto (e). | | | | | |
| 34 | | Unid. | 20 | MONSEG | 68,00 | 1.360,00 |
| | Tênis soft works cor branca ref. Bb80, par, nº 38 calçado ocupacional de uso profissional tipo tênis (OB), fechado na parte do calcanhar e na parte superior atende a (NR32), confeccionado em EVA na cor branca, solado de borracha antiderrapante, resistente ao escorregamento em piso cerâmico com solução de detergente e piso de aço com solução de glicerol (SRC), resistente ao óleo combustível (FO) e à absorção de energia na região do salto (e). | | | | | |
| 35 | | Unid. | 15 | MONSEG | 68,00 | 1.020,00 |
| | Tênis soft works cor branca ref. Bb80, par, nº 39 calçado ocupacional de uso profissional tipo tênis (OB), fechado na parte do calcanhar e na parte superior atende a (NR32), confeccionado em EVA na cor branca, solado de borracha antiderrapante, resistente ao escorregamento em piso cerâmico com solução de detergente e piso de aço com solução de glicerol (SRC), resistente ao óleo combustível (FO) e à absorção de energia na região do salto (e). | | | | | |
| 36 | | Unid. | 4 | MONSEG | 63,98 | 255,92 |
| | Tênis soft works cor branca ref. Bb80, par, nº 40 calçado ocupacional de uso profissional tipo tênis (OB), fechado na parte do calcanhar e na parte superior atende a (NR32), confeccionado em EVA na cor branca, solado de borracha antiderrapante, resistente ao escorregamento em piso cerâmico com solução de detergente e piso de aço com solução de glicerol (SRC), resistente ao óleo combustível (FO) e à absorção de energia na região do salto (e). | | | | | |
| 37 | | Unid. | 5 | MONSEG | 68,00 | 340,00 |
| | Tênis soft works cor branca ref. Bb80, par, nº 41 calçado ocupacional de uso profissional tipo tênis (OB), fechado na parte do calcanhar e na parte superior atende a (NR32), confeccionado em EVA na cor branca, solado de borracha antiderrapante, resistente ao escorregamento em piso cerâmico com solução de detergente e piso de aço com solução de glicerol (SRC), resistente ao óleo combustível (FO) e à absorção de energia na região do salto (e). | | | | | |
| 38 | | Unid. | 2 | MONSEG | 68,00 | 136,00 |
| | Tênis soft works cor branca ref. Bb80, par, nº 42 calçado ocupacional de uso profissional tipo tênis (OB), fechado na parte do calcanhar e na parte superior atende a (NR32), confeccionado em EVA na cor branca, solado de borracha antiderrapante, resistente ao escorregamento em piso cerâmico com solução de detergente e piso de aço com solução de glicerol (SRC), resistente ao óleo combustível (FO) e à absorção de energia na região do salto (e). | | | | | |
| 39 | | Unid. | 5 | MONSEG | 68,42 | 342,10 |
| | Tênis soft works cor preto ref. Bb80, par, nº 35 calçado ocupacional de uso profissional tipo tênis (OB), fechado na parte do calcanhar e na parte superior atende a (NR32), confeccionado em EVA na cor preto, solado de borracha antiderrapante, resistente ao escorregamento em piso cerâmico com solução de detergente e piso de aço com solução de glicerol (SRC), resistente ao óleo combustível (FO) e à absorção de energia na região do salto (e). | | | | | |
| 40 | | Unid. | 3 | MONSEG | 68,43 | 205,29 |
| | Tênis soft works cor preto ref. Bb80, par, nº 36 calçado ocupacional de uso profissional tipo tênis (OB), fechado na parte do calcanhar e na parte superior atende a (NR32), confeccionado em EVA na cor preto, solado de borracha antiderrapante, resistente ao escorregamento em piso cerâmico com solução de detergente e piso de aço com solução de glicerol (SRC), resistente ao óleo combustível (FO) e à absorção de energia na região do salto (e). | | | | | |
| 41 | | Unid. | 4 | MONSEG | 68,44 | 273,76 |
| | Tênis soft works cor preto ref. Bb80, par, nº 37 calçado ocupacional de uso profissional tipo tênis (OB), fechado na parte do calcanhar e na parte superior atende a (NR32), confeccionado em EVA na cor preto, solado de borracha antiderrapante, resistente ao escorregamento em piso cerâmico com solução de detergente e piso de aço com solução de glicerol (SRC), resistente ao óleo combustível (FO) e à absorção de energia na região do salto (e). | | | | | |
| 42 | | Unid. | 10 | MONSEG | 68,35 | 683,50 |
| | Tênis soft works cor preto ref. Bb80, par, nº 39 calçado ocupacional de uso profissional tipo tênis (OB), fechado na parte do calcanhar e na parte superior atende a (NR32), confeccionado em EVA na cor preto, solado de borracha antiderrapante, resistente ao escorregamento em piso cerâmico com solução de detergente e piso de aço com solução de glicerol (SRC), resistente ao óleo combustível (FO) e à absorção de energia na região do salto (e). | | | | | |
| 43 | | Unid. | 6 | MONSEG | 68,38 | 410,28 |
| | Tênis soft works cor preto ref. Bb80, par, nº 40 calçado ocupacional de uso profissional tipo tênis (OB), fechado na parte do calcanhar e na parte superior atende a (NR32), confeccionado em EVA na cor preto, solado de borracha antiderrapante, resistente ao escorregamento em piso cerâmico com solução de detergente e piso de aço com solução de glicerol (SRC), resistente ao óleo combustível (FO) e à absorção de energia na região do salto (e). | | | | | |
| 44 | | Unid. | 4 | MONSEG | 68,43 | 273,72 |
| | Tênis soft works cor preto ref. Bb80, par, nº 41 calçado ocupacional de uso profissional tipo tênis (OB), fechado na parte do calcanhar e na parte superior atende a (NR32), confeccionado em EVA na cor preto, solado de borracha antiderrapante, resistente ao escorregamento em piso cerâmico com solução de detergente e piso de aço com solução de glicerol (SRC), resistente ao óleo combustível (FO) e à absorção de energia na região do salto (e). | | | | | |
| 45 | | Unid. | 4 | MONSEG | 68,45 | 273,80 |
| | Tênis soft works cor preto ref. Bb80, par, nº 42 calçado ocupacional de uso profissional tipo tênis (OB), fechado na parte do calcanhar e na parte superior atende a (NR32), confeccionado em EVA na cor preto, solado de borracha antiderrapante, resistente ao escorregamento em piso cerâmico com solução de detergente e piso de aço com solução de glicerol (SRC), resistente ao óleo combustível (FO) e à absorção de energia na região do salto (e). | | | | | |
| 46 | | Unid. | 10 | MONSEG | 68,43 | 684,30 |

1. O valor total da Ata de Registro de Preços é de **R\$ 15.418,02 (Quinze Mil e Quatrocentos e Dezoito Reais e Dois Centavos)**.

2. As quantidades descritas acima são estimadas, podendo haver variações, conforme a demanda da Administração Municipal durante o período de vigência do Registro de Preços, respeitados os limites do art. 65, § 1º, da Lei Federal nº 8.666/1993.

3. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a contratação pretendida, sendo assegurada ao beneficiário do Registro a preferência de contratação em igualdade de condições.

4. Os pagamentos decorrentes da contratação prevista na presente licitação correrão por conta da seguinte dotação orçamentária nº 05.00 Departamento de Obras e Serviços Rodoviários; 05.01 Divisão de Serviços rodoviários; 2678200052.011 Atividades operacionais da divisão de serviços rodoviários; 33.90.30 Material de Consumo; Despesa 446.

Bom Sucesso do Sul, 29 de Dezembro de 2021.

NILSON ANTONIO FEVERSANI

Prefeito Municipal

4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 2697/2020, CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE ITAPEJARA D'OESTE E A EMPRESA DE LARA & DE LARA CONSTRUÇÃO E PAVIMENTAÇÃO LTDA – ME CNPJ sob nº 32.913.003/0001 - 02, objeto a contratação do tipo empreitada global, de empresa especializada na prestação de serviços de obras de Engenharia Civil com a finalidade de executar pavimentação poliédrica com pedras irregulares em vias localizadas na Linha Sete de Setembro e Linha Santa Bárbara, Zona Rural do Município, conforme projetos e memoriais descritivos, e de acordo com as condições e especificações mínimas exigidas no **Edital de Tomada de Preços nº 012/2020**, fica prorrogado o prazo contratual em mais 120 (cento e vinte) dias, passando sua vigência de 13 (treze) de outubro de 2021, para 13 (treze) de fevereiro de 2022, de acordo com o ofício encaminhado pela empresa, com o parecer técnico, emitido pelo Departamento Municipal de Urbanismo, conforme a justificativa do executivo municipal, e de acordo com os Art. 57 e 65 da Lei nº 8666/93. Itapejara D'Oeste, 08 (oito) de outubro de 2021.

MUNICÍPIO DE MARIÓPOLIS
AVISO DE LICITAÇÃO. EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 6/2021. PROCESSO Nº 1154/2021. O Município de Mariópolis, através do Prefeito Municipal Mario Eduardo Lopes Paulek e da Comissão Permanente de Licitação, designada pela Portaria nº 32/2021 de 11 de Janeiro de 2021, torna público aos interessados, que até o dia **08 de FEVEREIRO de 2022, às 14h00 (QUATORZE) horas**, estará recebendo o envelope nº 1 com os Documentos de Habilitação e envelope nº 2 contendo o Projeto de Vendas para credenciamento ao Edital de Chamamento Público nº 6/2021, que tem por objeto a aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar e/ou empreendedor familiar rural para a destinação mínima de 30% (trinta por cento) dos recursos recebidos através do PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar) atendendo aos alunos matriculados na rede municipal de educação básica pública, cumprindo os mandamentos da Lei nº 11.947/2009 e da Resolução/CD/FNDE nº 26, de 17 de junho de 2013 e suas alterações com a Resolução nº 4, de 3 de Abril de 2015. A licitação será regida pela Lei nº 8.666/93, suas posteriores alterações e demais legislação pertinente. O inteiro teor do ato convocatório e seus anexos estarão à disposição dos interessados para ser examinado, a partir desta data, junto à Comissão Permanente de Licitações, na Prefeitura Municipal de Mariópolis, no horário de expediente, na Rua Seis, nº 1030, em Mariópolis-PR, no Portal Transparência do Município ou pelo site www.mariopolis.pr.gov.br, aba licitações. Informações adicionais, dúvidas e esclarecimentos deverão ser dirigidos a Comissão Permanente de Licitação, no endereço acima mencionado – telefone (046) 3226-8100 ou no e-mail: francisco.bueno@mariopolis.pr.gov.br. Mariópolis, 29 de Dezembro de 2021. Mario Eduardo Lopes Paulek - Prefeito Municipal.

MUNICÍPIO DE MARIÓPOLIS
AVISO DE LICITAÇÃO. EDITAL DE CONCORRÊNCIA Nº 12/2021. Processo nº 960/2021. O Município de Mariópolis, através do Senhor Prefeito Municipal Mário Eduardo Lopes Paulek, e da Comissão Permanente de Licitação designada pela Portaria nº 32/2021 de 11 de Janeiro de 2021, de conformidade com a Lei Federal nº 8.666/93 e suas posteriores alterações, Decreto Municipal nº 43/2007, Lei Complementar nº 123/2006, Lei Complementar nº 147/2014, Decreto nº 8.538/2015, Lei Municipal Complementar nº 41/2009, Decreto Municipal nº 36/2010, e demais normas regulamentares aplicáveis à espécie, torna público aos interessados que realizará **LICITAÇÃO EXCLUSIVA PARA A PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESAS - ME, EMPRESAS DE PEQUENO PORTE – EPP, AO MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL – MEI E Sociedade Cooperativa (S.C.)**, e que até o dia **07 de FEVEREIRO de 2022, às 09h00 (NOVE) horas**, estará recebendo, no Protocolo de Licitações da Prefeitura Municipal de Mariópolis, o credenciamento, e os envelopes contendo a Documentação de Habilitação e Proposta de Preços do EDITAL DE CONCORRÊNCIA Nº 12/2021, que tem por objeto a implantação de registro de preços para futura eventual aquisição de peças para linha pesada, que serão utilizadas nos diversos veículos da frota municipal, de acordo com as especificações contidas no Anexo IV, que faz parte do edital, sendo a licitação do tipo "MENOR PREÇO POR ITEM". O inteiro teor do ato convocatório e seus anexos estarão à disposição dos interessados, a partir desta data, junto à Comissão Permanente de Licitações no telefone 46-3226-8100, na Prefeitura Municipal de Mariópolis, no horário de expediente, localizada na Rua Seis, nº 1030, Centro, pelo e-mail francisco.bueno@mariopolis.pr.gov.br, no Portal Transparência do Município ou pelo site www.mariopolis.pr.gov.br, na aba Licitações. Mariópolis, 29 de Dezembro de 2021. Mario Eduardo Lopes Paulek - Prefeito Municipal.

Para Publicações Legais

Jornal Diário do Povo
Pato Branco – (PR)



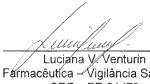
PREFEITURA MUNICIPAL DE PATO BRANCO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
DIVISÃO DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA
Rua Xavantes, 411– Centro- Pato Branco –PR. CEP: 85501220
FONE/FAX: (46) 3213-1720. E-mail: vigilancia@patobranco.pr.gov.br

LIBERAÇÃO PARA COMÉRCIO DE MEDICAMENTO

Conforme a Portaria Nº 6 de 29 de janeiro de 1999 artigo 124, a empresa DROGARIA ULTRA POPULAR PATO BRANCO LTDA, CNPJ: 40.918.330.0001-85, Rua Guarani 282, lote 8, quadra 1, Centro, apresentou seu cadastro junto a Vigilância Sanitária local e fica **LIBERADA** a aquisição e venda de medicamentos de uso sistêmico à base de substâncias da Lista "C," (retinóides) da Portaria nº 344/98 e de suas atualizações na quantidade estimada de consumo médio mensal, conforme tabela abaixo:

| Produto | Quantidade/mês |
|---------------------------------------|----------------|
| Roacutam 10mg com 30 comprimidos | 5 caixas |
| Roacutam 20mg com 30 comprimidos | 5 caixas |
| Isotretinoína 10mg com 30 comprimidos | 5 caixas |
| Isotretinoína 20mg com 30 comprimidos | 5 caixas |
| Acnova 10mg com 30 comprimidos | 5 caixas |
| Acnova 20mg c/ 30 comprimidos | 5 caixas |
| Isotrat 10mg com 30 cápsulas | 5 caixas |
| Isotrar 20mg com 30 cápsulas | 5 caixas |
| Ison 10mg com 30 cápsulas | 5 caixas |
| Ison 20mg com 30 cápsulas | 5 caixas |

O cadastro acima citado só perderá sua validade quando houver mudança de endereço, razão social, e ou quantidade em estoque. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.



Lucijana V. Venturin
Farmacêutica – Vigilância Sanitária
CRF – PR 21473

Em, 03 de dezembro de 2021

| | |
|---|--|
| LEI Nº 2846/2021 | |
| SÚMULA: Dispõe sobre a Revisão do Plano Diretor Participativo do Município de Palmas – Paraná e dá outras providências. | |
| A Câmara Municipal de Palmas, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Orgânica Municipal, APROVOU e eu, Prefeito Municipal SANCIONO a seguinte: | |
| TÍTULO I - DA FUNDAMENTAÇÃO DO PLANO DIRETOR | |
| Art. 1º Esta Lei dispõe sobre a revisão do Plano Diretor de Palmas, de acordo com o disposto no art. 40, § 3º da Lei Federal nº 10.257, de 10 de julho de 2001 - Estatuto da Cidade, na Carta Mundial pelo Direito à Cidade, na Constituição do Estado do Paraná, na Lei Orgânica do Município de Palmas, e demais legislações correlatas e pertinentes à matéria, constituindo o instrumento básico e estratégico da política de desenvolvimento do Município, aplicável em todo o seu território, pelos agentes públicos e privados. | |
| Art. 2º O Plano Diretor é parte integrante do processo de planejamento municipal, devendo o Plano Plurianual, as Diretrizes Orçamentárias e o Orçamento Anual incorporar as políticas públicas, programas, projetos, planos, diretrizes e as prioridades nele contidas, nos termos do que determina o art. 40, § 1º, do Estatuto da Cidade. | |
| Art. 3º Os instrumentos legais conexos à política de desenvolvimento do Município serão desenvolvidos e adaptados em consonância com este Plano Diretor, constituindo parte do processo contínuo e integrado de planejamento territorial, respeitando e garantindo a participação popular. | |
| Art. 4º Integram o Plano Diretor, instituído pela presente Lei, as seguintes leis: | |
| I. | Lei do Perímetro Urbano; |
| II. | Lei de Zoneamento de Uso e Ocupação do Solo Urbano; |
| III. | Lei de Parcelamento e Uso do Solo Urbano; |
| IV. | Lei que institui a Política Municipal de Mobilidade; |
| V. | Lei da Hierarquia do Sistema Viário Básico; |
| VI. | Código de Obras e Edificações Municipal; |
| VII. | Código de Posturas Municipal; |
| VIII. | Lei que institui a Política Municipal Ambiental; |
| IX. | Legislação específica dos instrumentos de política urbana previstos neste Plano Diretor. |
| Parágrafo único. Outras Leis e Decretos poderão regulamentar o Plano, desde que, cumulativamente: | |
| I. | tratem de matéria pertinente ao planejamento municipal e ao desenvolvimento urbano e rural; |
| II. | mencionem, expressamente, em seu texto, a condição de integrantes do conjunto de Leis componentes do Plano; |
| III. | definam as ligações existentes e a compatibilidade entre os seus dispositivos e aqueles das outras leis já componentes do Plano, fazendo remissão, quando for o caso, aos artigos dessas Leis. |
| Art. 5º Integram esta Lei os seguintes anexos: | |
| I. | ANEXO I – Mapa do Macrozoneamento Municipal; |
| II. | ANEXO II – Mapa das Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS) do TIPO 1, de Regularização Fundiária de Interesse Social (REURB-S). |
| TÍTULO II - DOS PRINCÍPIOS E OBJETIVOS DO PLANO DIRETOR | |
| CAPÍTULO I - DOS PRINCÍPIOS DO PLANO DIRETOR | |
| Art. 6º Constituem princípios deste Plano Diretor: | |
| I. | a função social e ambiental da propriedade, da terra e da cidade; |
| II. | a inclusão social; |
| III. | a preservação e a conservação do meio ambiente e de seus recursos naturais; |
| IV. | a preservação e valorização da paisagem e do patrimônio histórico e cultural de Palmas; |
| V. | a garantia do direito a uma cidade compacta e sustentável, entendida como aquela que proporciona o acesso igualitário à terra urbana, à moradia digna e acessível, ao saneamento básico ambiental, aos equipamentos comunitários, às infraestruturas urbanas, ao transporte coletivo e aos serviços públicos, ao trabalho e ao lazer, preservando os recursos naturais e a garantia de desenvolvimento socioeconômico, para as presentes e futuras gerações; |
| VI. | o respeito aos direitos culturais e territoriais das comunidades tradicionais; |
| VII. | a gestão democrática da cidade; |
| VIII. | a adaptação e a mitigação dos impactos relacionados às mudanças climáticas no Município, perpassando transversalmente aos temas abrangidos nesta Lei; |
| IX. | a gestão e preservação dos mananciais de abastecimento e aos recursos hídricos no geral, de forma a garantir o fornecimento, acesso, qualidade e quantidade de água potável à população urbana e rural; |
| X. | a sustentabilidade e equidade social, econômica e ambiental. |
| Parágrafo único. Os usos, costumes e tradições das comunidades tradicionais que vivem em Palmas devem ser respeitados em virtude da importância da diversidade dos grupos étnicos que formam a sociedade local, cada qual com seus próprios valores culturais, relações socioambientais, territorialidades e formas de organização coletiva. | |
| CAPÍTULO II - DOS OBJETIVOS DO PLANO DIRETOR | |
| Art. 7º São objetivos deste Plano Diretor: | |
| I. | democratizar o acesso à terra, à moradia e aos serviços públicos de qualidade, revertendo o processo de segregação socioespacial; |
| II. | promover a qualidade de vida e do ambiente urbano e rural, por meio da preservação, conservação, manutenção e recuperação dos recursos naturais, em especial a água, do uso de energias e tecnologias sustentáveis e da promoção e manutenção do conforto ambiental; |
| III. | adotar medidas mitigadoras e de adaptação para a resiliência climática; |
| IV. | preservar as áreas de várzea de todos os rios e afluentes no município de Palmas e proteger a bacia hidrográfica de manancial de abastecimento público; |
| V. | promover o desenvolvimento sustentável do município, integrando a política físico-territorial e ambiental com a política socioeconômica; |
| VI. | fomentar, promover, desenvolver e aprimorar atividades e processos tecnológicos que resultem na redução das emissões de gases de efeito estufa; |
| VII. | reafirmar os compromissos para com o desenvolvimento urbano sustentável; |
| VIII. | promover o reordenamento do território priorizando-se a racionalização, a sustentabilidade e a ocupação dos vazios urbanos; |
| IX. | fomentar a diversidade econômica no Município disciplinando a instalação de usos e atividades e criando mecanismos para a disseminação de centralidades no território; |
| X. | promover a distribuição dos equipamentos urbanos e comunitários, dos espaços livres de uso público e das áreas verdes, de forma a atender à população residente em todas as áreas do Município; |
| XI. | universalizar a mobilidade e acessibilidade; |
| XII. | proporcionar à população o acesso à rede de transporte coletivo eficiente e de qualidade, bem como disponibilizar infraestrutura de suporte à utilização de modos de transporte não motorizados; |
| XIII. | promover a captação de recursos que possibilitem o cumprimento das estratégias, planos, programas e projetos, inclusive mediante a criação de incentivos; |
| XIV. | coibir o uso especulativo do imóvel urbano de modo a assegurar o cumprimento da função social da propriedade; |
| XV. | ordenar e controlar os usos do solo e atividades, de forma a evitar: |
| a) | a utilização inadequada dos imóveis urbanos; |
| b) | a proximidade de usos incompatíveis ou inconvenientes; |
| c) | o parcelamento do solo, a edificação ou o uso excessivos ou inadequados em relação à infraestrutura; |
| d) | a instalação de empreendimentos ou atividades que possam funcionar como polos geradores de tráfego, sem a previsão da infraestrutura correspondente; |
| e) | a retenção especulativa de imóvel urbano, que resulte na subutilização ou não utilização; |
| f) | a deterioração das áreas urbanizadas; |
| g) | a poluição e a degradação ambiental. |
| Parágrafo único. Os compromissos referidos no inciso VII deste artigo são expressos, entre outros, pela implementação da Nova Agenda Urbana integrada à Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável da Organização das Nações Unidas - ONU, com o alcance das metas e Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS, em especial os seguintes, selecionados para o contexto de Palmas: | |
| I. | tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis; |
| II. | assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades; |
| III. | assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos; |
| IV. | alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas; |
| V. | assegurar a disponibilidade e gestão sustentável da água e saneamento para todos; |
| VI. | assegurar o acesso confiável, sustentável, moderno e a preço acessível à energia para todos; |
| VII. | promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todos; |
| VIII. | construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação; |
| IX. | reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles; |
| X. | assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis; |
| XI. | tomar medidas urgentes para combater a mudança do clima e seus impactos; |
| XII. | proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda de biodiversidade. |
| TÍTULO III - DO ORDENAMENTO TERRITORIAL | |
| CAPÍTULO ÚNICO - DO MACROZONEAMENTO MUNICIPAL | |
| Art. 8º O Macrozoneamento Municipal é o instrumento de ordenamento e gestão territorial do Município, no qual são estabelecidas áreas diferenciadas de adensamento, uso e ocupação do solo, prevendo a cada região a melhor utilização em função das diretrizes de expansão urbana, de mobilidade, das características ambientais e locais, objetivando o desenvolvimento municipal sustentável e o bem-estar de seus habitantes. | |
| Art. 9º O território do município é constituído por 8 (oito) Macrozonas, as quais são espacializadas no Mapa do ANEXO I desta Lei, compreendendo: | |
| I. | Macrozona Urbana; |
| II. | Macrozona de Proteção dos Mananciais de Abastecimento Público; |
| III. | Macrozona de Preservação e Interesse Ambiental; |
| IV. | Macrozona do Refúgio de Vida Silvestre dos Campos de Palmas; |
| V. | Macrozona de Desenvolvimento Agrossilvipastoril; |
| VI. | Macrozona Especial de Transição 1; |
| VII. | Macrozona Especial de Transição 2. |
| § 1º As Macrozonas caracterizam-se como espaços territoriais homogêneos, com | |
| características socioeconômicas, culturais, espaciais e ambientais similares, tendo seus usos e sua ocupação subordinados às restrições ambientais, locais e funcionais presentes no território de Palmas. | |
| § 2º O adensamento, bem como os usos e atividades permitidos, serão conformados às características de cada Macrozona, orientando a oferta de infraestruturas de serviços públicos, buscando a redução dos custos da administração municipal. | |
| Art. 10 A Lei de Zoneamento de Uso e Ocupação do Solo Urbano regulamenta os parâmetros de uso e ocupação do solo da Macrozona Urbana e de parte das Macrozonas Especiais de Transição 1 e 2, na forma do instrumento do Zoneamento, o qual é subdividido em Zonas e Eixos, de acordo com a capacidade de suporte natural do território e o acesso às infraestruturas e serviços públicos, definindo os parâmetros de uso e de ocupação do solo de acordo com os padrões desejáveis para cada área. | |
| § 1º A área na qual incide o Zoneamento de Uso e Ocupação do Solo de Palmas corresponde à delimitação do Perímetro Urbano da Sede de Palmas, definido por lei municipal específica. | |
| § 2º Os parâmetros urbanísticos de uso e de ocupação do solo, os objetivos e a categorização das atividades nas Zonas e Eixos Urbanos estão definidos na Lei de Zoneamento de Uso e Ocupação do Solo. | |
| SEÇÃO I - Da Macrozona Urbana | |
| Art. 11 A Macrozona Urbana compreende a maior parte do Perímetro Urbano da Sede de Palmas e tem como objetivos precípuos a consolidação e a estruturação da cidade, tendo: | |
| I. | características essencialmente urbanas; |
| II. | diversidade de atividades, de parâmetros de uso e de ocupação do solo; |
| III. | concentração das maiores densidades construtivas e demográficas do município; |
| IV. | tipologias diferenciadas de urbanização e de edificação; |
| V. | integração socioespacial. |
| Parágrafo único. São objetivos principais da Macrozona Urbana: | |
| I. | promover a reestruturação, transformação, recuperação e a melhoria do ambiente urbano; |
| II. | qualificar a ocupação urbana e infraestrutura as áreas com vulnerabilidade social; |
| III. | distribuir bens e serviços essenciais para a saúde e o bem-estar da população de forma equânime; |
| IV. | induzir o parcelamento de glebas e a ocupação de imóveis subutilizados e de vazios urbanos, possibilitando maior integração entre as áreas e garantindo o atendimento à função social da propriedade e da cidade; |
| V. | direcionar, ordenar e controlar a ocupação e seu adensamento, tendo em vista a oferta e a demanda por infraestruturas urbanas, serviços públicos, equipamentos comunitários e demais atividades que possibilitem o direito à cidade sustentável; |
| VI. | promover a reestruturação, transformação, recuperação e a melhoria ambiental das áreas verdes livres e espaços públicos; |
| VII. | promover a compatibilização dos diferentes interesses e demandas por usos, em especial, aqueles relacionados às atividades produtivas, de habitação e lazer, buscando o aumento da coesão social e da qualidade de vida da população; |
| VIII. | proteger, respeitar e recuperar as Áreas de Preservação Permanente (APPs), os remanescentes e maciços de vegetação, em especial, as áreas com maior fragilidade ambiental; |
| IX. | propiciar a diversificação econômica no território e a dinamização de atividades, com a otimização da logística, decorrente das condições e características inerentes ao Município; |
| X. | adequar as instalações industriais às condições sanitárias e ambientais, próprias do meio urbano e incentivar a instalação de indústrias não poluentes e de inovação tecnológica. |
| SEÇÃO II - Da Macrozona de Proteção dos Mananciais de Abastecimento Público | |
| Art. 12 A Macrozona de Proteção dos Mananciais de Abastecimento Público incide nas sub-bacias do Rio Caldeiras e do Rio da Bandeira, que correspondem aos mananciais de abastecimento público atual e futuro da área urbana de Palmas. | |
| Parágrafo único. A Macrozona de Proteção dos Mananciais de Abastecimento Público tem como objetivos principais: | |
| I. | garantir a utilização racional dos recursos hídricos, assegurando o acesso das gerações futuras a estes recursos; |
| II. | controlar as atividades desenvolvidas na Macrozona e seu entorno, evitando-se a contaminação dos solos da região, dos corpos hídricos e seus afluentes; |
| III. | mitigar possíveis impactos ambientais gerados pelas atividades existentes, através da exigência de medidas de contingência e mitigadoras e/ou compensatórias, através de TAC (Termo de Ajustamento de Conduta) junto de órgãos responsáveis; |
| IV. | promover o desenvolvimento econômico sustentável, compatível com a proteção das sub-bacias de manancial de abastecimento da área urbana de Palmas; |
| V. | proibir o uso de agrotóxicos e agroquímicos capazes de produzir poluição química e bacteriológica e a contaminação dos mananciais; |
| VI. | promover a preservação e a recuperação socioambiental, através de ações de ordenamento e adequação das atividades, dos usos, da ocupação e parcelamento do solo na área, de forma a garantir condições de qualidade das águas compatíveis com o abastecimento público, com enfoque no manejo sustentável do solo; |
| VII. | preservar o potencial de produção e distribuição de água em qualidade e quantidade adequadas ao consumo e à utilização; |
| VIII. | acompanhar o controle, avaliação e monitoramento da qualidade de água dos rios que compõem as sub-bacias; |
| IX. | promover obras prioritárias de redes de infraestruturas de saneamento básico. |
| SEÇÃO III - Da Macrozona de Preservação e Interesse Ambiental | |

Art. 13 A Macrozona de Preservação e Interesse Ambiental corresponde às faixas de preservação ambiental permanentes ao longo dos cursos do Rio Chopim, com 100m (cem metros) de largura e do Rio Iratim, com 50m (cinquenta metros), conforme as dimensões das larguras dos cursos d’água, visando a preservação da mata ciliar e das várzeas dos rios que delimitam a divisa municipal ao Norte de Palmas, com Coronel Domingos Soares, e na área Nordeste, com o mesmo município, Bituruna e General Carneiro.

I. (VETADO)

Parágrafo único. A Macrozona de Preservação e Interesse Ambiental tem como objetivos principais:

- I. promover a preservação e a restauração das matas ciliares e das áreas de várzea do Rio Chopim e do Rio Iratim e a fiscalização de usos e da ocupação da área;
- II. promover e incentivar o desenvolvimento de atividades de turismo, esportes aquáticos e de lazer, público e privado, nas corredeiras e nas cachoeiras existentes ao longo dos corpos hídricos;
- III. restringir e controlar o uso de agrotóxicos capazes de produzir poluição química e bacteriológica na área e entorno;
- IV. adequar e compatibilizar as atividades agrossilvipastoris com as demais atividades permitidas na Macrozona;
- V. proporcionar ao cidadão e visitante, o direito de usufruir da paisagem e dos patrimônios naturais de Palmas.

SEÇÃO IV - Da Macrozona do Refúgio de Vida Silvestre dos Campos de Palmas

Art. 14 A Macrozona do Refúgio da Vida Silvestre dos Campos de Palmas incide na área da Unidade de Conservação (UC) do Refúgio de Vida Silvestre (RVS) dos Campos de Palmas, instituída pelo Decreto Federal s/nº de 03 de abril de 2006, que compreende uma área com o ecossistema dos Campos Naturais.

§ 1º A Macrozona inclui a área do Refúgio e sua Zona de Amortecimento e Conectividade (ZA), que compreende uma faixa de 500m (quinhentos metros) de amortecimento no entorno da UC, destinada a minimizar possíveis impactos negativos sobre a Zona Núcleo.

§ 2º Na Macrozona do Refúgio de Vida Silvestre dos Campos de Palmas incide o zoneamento específico previsto em seu Plano de Manejo, instituído em 2016, em conformidade com o Decreto que a instituiu, de forma que:

- I. não será permitida a supressão de vegetação nativa nesta Macrozona;
- II. poderão ser mantidas atividades agropecuárias e de silvicultura, previamente autorizadas, quando consideradas compatíveis com a finalidade da UC, e desde que sejam adotados técnicas de manejo que minimizem e que restrinjam o uso de agrotóxicos, para evitar a contaminação dos recursos naturais e impedir a disseminação de espécies exóticas na área.

§ 3º São objetivos da Macrozona do Refúgio de Vida Silvestre dos Campos de Palmas:

- I. proteger os ambientes naturais necessários à existência e à reprodução da flora e da fauna residente e migratória na área, especialmente os remanescentes de estepe gramíneo-lenhosa de floresta ombrófila mista, as áreas de campos úmidos e várzeas;
- II. promover a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades controladas de educação ambiental e de turismo na Macrozona.

SEÇÃO V - Da Macrozona de Desenvolvimento Agrossilvipastoril

Art. 15 A Macrozona de Desenvolvimento Agrossilvipastoril compreende a maior parte do território do Município de Palmas, na qual o principal objetivo é o desenvolvimento das atividades agrícolas, de pecuária, de silvicultura e manejo ambiental, desde que em consonância com as legislações e fragilidades ambientais, sobretudo nas áreas correspondentes às sub-bacias do Rio Caldeiras e Rio da Bandeira, bem como nas áreas com altas declividades na região Nordeste de Palmas.

Parágrafo único. Os objetivos da Macrozona de Desenvolvimento Agrossilvipastoril, de acordo com suas características e destinação, consistem em:

- I. manter e incentivar atividades agrossilvipastoris, de turismo, de recuperação e de manejo ambiental, de forma sustentável;
- II. ordenar e monitorar os usos e a ocupação da área rural;
- III. controlar, recuperar e preservar as reservas legais, a mata ciliar e a biodiversidade;
- IV. promover o desenvolvimento das comunidades agrícolas e o incentivo ao turismo rural, aliados à proteção do patrimônio ambiental, histórico-cultural e conservação do meio ambiente;
- V. reforçar a fração mínima de parcelamento do módulo fiscal rural;
- VI. incentivar o manejo das atividades agropecuárias, de exploração florestal e das atividades ambientalmente sustentáveis;
- VII. promover a fiscalização compartilhada para manutenção e restituição das áreas de preservação definidas pelo Código Florestal;
- VIII. promover apoio técnico e acompanhar a produção agrofamiliar e de subsistência, respeitando as características e potencialidades e aptidão do solo de cada região do município, priorizando a produção de hortaliças, fruticultura, pastagens, avicultura, pecuária leiteira e piscicultura;
- IX. incentivar a produção agroecológica de hortaliças e frutas, por meio da orientação associativa, acompanhamento dos produtores, envolvimento das Organizações de Controle Social - OCS, possibilitando a venda direta de produtos agrícolas com certificação de produto orgânico;
- X. promover a integração de usos diversificados pela proximidade de atividades compatíveis, assegurando a preservação dos recursos naturais existentes;
- XI. estabelecer novos padrões produtivos que utilizem racionalmente os recursos naturais de forma a evitar o esgotamento da capacidade produtiva das propriedades, sobretudo as de domínio da agricultura familiar;
- XII. difundir práticas de manejo e de conservação de solos, buscando recuperar a capacidade produtiva, aumentar a produtividade, reduzir o uso do fogo e evitar a abertura de novas áreas, tendo como consequência a preservação dos recursos hídricos;
- XIII. buscar apoio estadual, em especial nas ações referentes ao programa de assistência técnica e extensão rural, bem como para a capacitação de produtores, visando fomentar o desenvolvimento do setor produtivo rural

municipal;

- XIV. organizar o sistema viário municipal, com diretrizes e parâmetros para abertura das estradas vicinais e manutenção das existentes, priorizando aquelas de maior importância social, econômica ou ambiental, com estudo específico a ser realizado pelo órgão responsável pelo planejamento territorial do Município em parceria com demais órgãos responsáveis,
- XV. incentivar atividades turísticas rurais e vinculadas à Rota da Cerveja.

SEÇÃO VI - Da Macrozona da Terra Indígena de Palmas

Art. 16 A Macrozona da Terra Indígena Palmas incide na porção palmense da Terra Indígena Palmas (TI Palmas), incluindo seu núcleo principal.

§ 1º A Macrozona incide em um território classificado como “Tradicionalmente Ocupado”, sendo de direito originário dos povos indígenas, conforme processo de demarcação disciplinado pelo Decreto Federal nº 1.775/1996.

§ 2º Em acordo com o disposto na Constituição Federal de 1988, o usufruto da terra ocupada pelos povos indígenas tradicionais é um direito garantido, constituindo um bem da União, cuja gestão territorial e atendimento da comunidade são realizados pela Coordenação Técnica Local (CTL) da Fundação Nacional do Índio (FUNAI).

§ 3º Os povos indígenas possuem direito ao usufruto exclusivo dos recursos localizados nesta Macrozona, cuja área é de posse permanente deste povo.

§ 4º A Macrozona da Terra Indígena de Palmas é inalienável e indisponível, e os direitos sobre ela imprescritíveis.

§ 5º É proibido aos índios, não-índios ou ao Poder Público realizar qualquer transação comercial e negócio jurídico que prejudique o direito de posse permanente e o usufruto exclusivo dos índios das áreas localizadas nesta Macrozona.

§ 6º Havendo sobreposição de Unidades de Conservação (UC) na Macrozona das Terras Indígenas de Palmas, serão estabelecidas normas e ações específicas destinadas a compatibilizar a presença das populações indígenas residentes com os objetivos da unidade, sem prejuízo dos modos de vida, das fontes de subsistência e os locais de moradia destas populações.

Art. 17 Os principais objetivos desta Macrozona são:

- I. garantir a permanência das formas de uso e de ocupação do solo segundo os costumes e tradições das comunidades tradicionais que vivem na área;
- II. garantir o desenvolvimento socioeconômico sustentável das comunidades, com a preservação dos recursos naturais;
- III. promover o reconhecimento e a consolidação dos direitos dos povos tradicionais e a preservação cultural, histórica, de costumes e de práticas comunitárias dos residentes na Macrozona;
- IV. promover ações articuladas, entre Município, entidades e órgãos responsáveis, visando a melhoria da qualidade de vida das comunidades, com enfoque à acessibilidade e mobilidade e à prestação de serviços públicos básicos, em acordo com as características culturais e demandas específicas.

Art. 18 Deverá ser assegurada a participação da população indígena no planejamento, gestão e elaboração de intervenções e ações que digam respeito à Macrozona da Terra Indígena de Palmas, ou que possam vir a impactar este território, em conformidade com o preconizado pela legislação federal.

SEÇÃO VII - Das Macrozonas Especiais de Transição

Art. 19 (VETADO):

- I. Macrozona Especial de Transição 1 (MET-1);
- II. Macrozona Especial de Transição 2 (MET-2).

Parágrafo único. (VETADO).

Art. 20 A Macrozona Especial de Transição 1 (MET-1) incide na área à Nordeste do perímetro urbano da Sede de Palmas, que tem como objetivos:

- I. constituir uma área de controle e de amortecimento da ocupação urbana;
- II. manter o caráter perirubano da ocupação;
- III. manter as baixas densidades construtivas e demográficas;
- IV. promover a preservação dos remanescentes de vegetação e dos corpos hídricos;
- V. controlar a expansão urbana sobre a macrozona;
- VI. promover o reconhecimento e consolidação dos direitos dos povos tradicionais e a preservação cultural, histórica, de costumes e de práticas comunitárias dos residentes na Macrozona.

§ 1º O limite da MET-1, constante no ANEXO I desta Lei, coincide com o perímetro definido pelo processo de autodemarcação, realizado junto da Comunidade Quilombola residente na área.

§ 2º Após a homologação da afetação, decorrente do processo de titulação expedido pelo INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), o Município de Palmas expedirá Decreto instituindo a abrangência definitiva da MET-1.

§ 3º O INCRA é o órgão responsável pela condução dos processos de demarcação territorial dos povos tradicionais em território nacional, sendo a certificação realizada em acordo com o direito à autodefinição, preconizado pela legislação federal e pela Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT).

Art. 21 A Macrozona Especial de Transição 2 (MET-2) incide na área à Noroeste do perímetro urbano da Sede de Palmas, tendo como objetivos:

- I. promover usos e atividades de caráter rural, de preservação ambiental e de manejo florestal;
- II. constituir área de controle e de amortecimento da ocupação urbana;
- III. manter as baixas densidades construtivas e demográficas;
- IV. promover a preservação dos remanescentes de vegetação nativa e dos corpos hídricos;
- V. controlar a expansão urbana sobre a macrozona;
- VI. promover o reconhecimento e consolidação dos direitos dos povos tradicionais e a preservação cultural, histórica, de costumes e práticas comunitárias dos residentes na Macrozona.

§ 1º O limite da MET-2, constante no ANEXO I desta Lei, coincide com o perímetro definido pelo processo de autodemarcação, realizado junto da Comunidade Quilombola residente na área.

§ 2º Após a homologação da afetação, decorrente do processo de titulação expedido pelo INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), o Município de Palmas expedirá Decreto instituindo a abrangência definitiva da MET-2.

Art. 22 As disposições e os anexos desta Lei deverão ser ajustados e compatibilizados, caso necessário, em virtude do processo de titulação e de afetação das áreas das Comunidades Remanescentes Quilombolas de Palmas.

TÍTULO IV - DAS DIRETRIZES, OBJETIVOS E AÇÕES ESTRATÉGICAS DO PLANO DIRETOR

CAPÍTULO I - DAS ESTRATÉGIAS DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

Art. 23 São diretrizes de desenvolvimento institucional:

- I. aperfeiçoamento da Estrutura Administrativa da Prefeitura Municipal com vistas a otimizar a prestação dos serviços públicos, o planejamento do território municipal e a gestão democrática da cidade;
- II. fortalecimento dos instrumentos de gestão e planejamento territorial.

Art. 24 São objetivos do desenvolvimento institucional:

- I. esclarecer as atribuições das Secretarias nos processos de concessão de licenças, alvarás e fiscalização;
- II. promover qualificação técnica dos servidores para atuar nas atividades relacionadas ao planejamento municipal;
- III. definir estrutura administrativa capacitada responsável pelo desenho urbano da cidade e pelo planejamento municipal;
- IV. fortalecer a participação dos Conselhos Municipais na tomada de decisão de gestão e de planejamento territorial.

Art. 25 São ações estratégicas prioritárias para o desenvolvimento institucional:

- I. atualizar a Lei Municipal de Estruturação Administrativa da Prefeitura, em função da realidade do organograma municipal e as propostas de implementação deste Plano Diretor;
- II. qualificar os profissionais dos órgãos e secretarias municipais para a gestão territorial de Palmas, implementação de um programa municipal de treinamento e desenvolvimento para gestores municipais, contemplando:
 - a) os entraves da cultura organizacional;
 - b) a qualificação para a gestão pública e o planejamento do território;
 - c) a comunicação interna;
 - d) um sistema de avaliação de desempenho;
- III. realizar estudo orçamentário para verificar a viabilidade da contratação de profissionais, através de realização de concurso(s) público(s), para a complementação do quadro técnico da Prefeitura Municipal com relação à implementação do Plano Diretor;
- IV. atualizar a Planta Cadastral do Município, com a inclusão de informações acerca dos imóveis do perímetro urbano com relação ao cumprimento da função social da terra urbana, conforme os critérios estabelecidos pela Lei do Plano Diretor (se imóvel subutilizado, não utilizado ou não edificado)
- V. atualizar a Planta Genérica de Valores
- VI. aplicar os instrumentos urbanísticos definidos pela Lei do Plano Diretor e por legislação municipal específica;
- VII. implantar o Sistema Municipal de Monitoramento e Controle do Plano Diretor;
- VIII. estruturar e alimentar, periodicamente, um Sistema de Informações Municipais integrado, para utilização pelas diferentes Secretarias Municipais, para gestão, planejamento e fiscalização territorial de Palmas, com vieses ambiental, tributário e urbanístico.

CAPÍTULO II - DAS ESTRATÉGIAS DE PRESERVAÇÃO E PROTEÇÃO DO MEIO AMBIENTE

Art. 26 São diretrizes para o desenvolvimento sustentável, preservação e proteção do meio ambiente:

- I. promoção da utilização racional dos recursos hídricos e valorização destes enquanto patrimônio natural, histórico e cultural do município;
- II. aprimoramento da gestão e da utilização dos recursos naturais e do controle das problemáticas ambientais do município de Palmas.

Art. 27 São diretrizes para preservação e proteção do meio ambiente e para a mitigação e adaptação às alterações climáticas:

- I. integrar as estratégias de mitigação e adaptação às mudanças climáticas com outras políticas públicas municipais, estaduais e federais, em especial as de meio ambiente, ordenamento urbano, competitividade econômica, transporte, energia, saúde, saneamento, indústria, agropecuária e atividades florestais;
- II. contribuir para a minimização dos efeitos das ilhas de calor e da impermeabilização do solo;
- III. elevar a qualidade do ambiente urbano e rural, por meio da preservação e recuperação dos recursos naturais;
- IV. conscientizar a população, por meio da educação ambiental, quanto à preservação do meio ambiente e as causas e efeitos das mudanças climáticas;
- V. reestruturar o mosaico da paisagem do município de forma a conectar as áreas especialmente protegidas e remanescentes florestais com as áreas de relevante interesse ambiental de forma a compor a infraestrutura verde do Município;
- VI. implementar mecanismos de recuperação da biodiversidade, para propiciar maior resiliência aos ecossistemas urbanos e rurais para enfrentar as mudanças climáticas e para a manutenção e recuperação dos serviços ambientais, além de contribuir como elemento de conforto ambiental, desenvolvimento econômico, qualificação urbanística, produção agrícola de baixo impacto e atividade turística;
- VII. elaborar e executar programas destinados à recuperação e preservação de Áreas de Preservação Permanente - APPs e dos corpos hídricos do Município, em especial para proteção das nascentes, proporcionando incentivos à população para a preservação dessas áreas;
- VIII. fortalecer e ampliar a fiscalização ambiental, com a participação das comunidades do seu entorno;
- IX. manter atualizado, no âmbito do Cadastro Municipal de Informações para o Planejamento, o estado de conservação do patrimônio ambiental do Município, visando orientar e agilizar a fiscalização e a aplicação das penalidades cabíveis diante de eventuais infrações contra o meio ambiente;

- X. criar programa permanente para prevenção e resposta a desastres naturais e ambientais, aí incluídas as queimadas, com gestão de risco e monitoramento contínuo, buscando a utilização de brigadistas voluntários;
- XI. combater a poluição sonora e revisar a legislação que trata sobre a geração de ruídos;
- XII. incentivar a adoção dos sistemas de drenagem sustentável em área urbana em complemento à drenagem artificial, recuperando e ampliando a capacidade de retenção, absorção e infiltração de águas pluviais no solo, como parte das ações de otimização da infraestrutura verde;
- XIII. elaborar o Plano de Arborização Urbana como instrumento do planejamento e desenvolvimento urbano sustentável, detalhando suas diretrizes e proposições, a ser aprovado por lei específica, no prazo de até 36 (trinta e seis) meses após a aprovação desta Lei.

Parágrafo único. Os projetos paisagísticos elaborados a partir da adoção de Áreas Verdes deverão ter anuência do órgão executor da Política Municipal de Meio Ambiente para sua execução.

Art. 28 São ações estratégicas prioritárias para o desenvolvimento sustentável, da preservação e da proteção do meio ambiente de Palmas:

- I. efetivar o monitoramento periódico dos parâmetros de qualidade das águas dos rios urbanos, com prioridade aos que compõem as sub-bacias dos mananciais de abastecimento urbano (atual e futuro) e adotar medidas para a proteção e controle dos mananciais subterrâneos;
- II. implantar programa municipal de ajustamento de conduta e de promoção de medidas compensatórias de saneamento e de preservação ambiental para as atividades com potencial poluidor, já instalados no entorno dos rios urbanos, sobretudo nos de captação de água para abastecimento urbano;
- III. desenvolver estudos que identifiquem o grau de necessidade de recuperação da vegetação nas Áreas de Preservação Permanente (APPs), em especial das matas ciliares e das nascentes dos principais rios de Palmas, incluindo o levantamento socioeconômico dos ocupantes de áreas ambientalmente frágeis e das redes (ou soluções) de saneamento básico;
- IV. promover campanhas municipais de adoção e de resgate dos rios com a participação da população e de organizações da sociedade civil, com destaque aos rios Lajeado e Caldeira, visando à recuperação da qualidade hídrica enquanto patrimônio histórico e cultural de Palmas, além de patrimônio natural;
- V. instituir um programa municipal permanente de controle de zoonoses, de vacinação e de controle dos animais de rua, devidamente acompanhados de ações educativas para a guarda e adoção responsável;
- VI. Promover a fiscalização, garantia e incentivo à prática da guarda e adoção responsável de animais de companhia e das diferentes formas de esterilização, através de campanhas e da promoção de eventos e palestras educativas;
- VII. Estruturar um sistema de monitoramento e controle dos parâmetros de qualidade do ar e da água na área urbana de Palmas;
- VIII. Realizar campanhas de conscientização com relação aos danos das queimadas que ocorrem na região, como o enfraquecimento do solo, desenvolvimento de processos erosivos, problemas respiratórios, e do uso irregular de agrotóxicos no perímetro urbano e entorno;
- IX. instituir Sistema de Gestão e Monitoramento das áreas de interesse ambiental no Município;
- X. elaborar Plano de Contingência Municipal e um programa municipal permanente para prevenção e resposta a desastres naturais e ambientais, aí incluídas as queimadas, com gestão de risco e monitoramento contínuo, buscando a utilização de brigadistas voluntários.

CAPÍTULO III - DAS ESTRATÉGIAS DE DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO

Art. 29 As diretrizes precípuas para o desenvolvimento socioeconômico de Palmas são o fortalecimento do ecossistema de inovação no Município e a diversificação das atividades econômicas.

Art. 30 São objetivos do desenvolvimento socioeconômico:

- I. diversificar e fortalecer a estrutura da atividade econômica;
- II. fortalecer as cadeias produtivas de turismo, saúde, educação, tecnologia e logística, de forma a promover a integração no nível regional e nacional;
- III. promover uma melhoria expressiva do ambiente de negócios para ganho de atratividade para empresas e investimentos, reduzindo a taxa de desocupação e fortalecendo o contínuo crescimento da renda média dos trabalhadores;
- IV. incentivar adoção de atividades e tecnologias de baixa emissão de Gases do Efeito Estufa (GEE) e o desenvolvimento de novos padrões sustentáveis de produção e consumo de forma a promover a transição para uma economia de baixo carbono e fortalecer a economia circular;
- V. introduzir o conceito de ativos ambientais, com vistas à valoração dos benefícios financeiros provenientes de investimentos públicos ou privados, que possam ser captados para o bem coletivo;
- VI. fomentar as centralidades de forma a promover o desenvolvimento econômico e social;
- VII. fortalecer as cadeias produtivas locais urbanas e rurais, incorporando transformações tecnológicas, processo, gestão para setores privados e públicos, agregando valor aos produtos e serviços gerados em Palmas;
- VIII. ordenar e disciplinar o desenvolvimento socioeconômico de modo a proporcionar uma integração das cadeias produtivas locais;
- IX. prospectar a captação de recursos provenientes dos setores público, privado e organizações não governamentais para viabilização dos projetos municipais;
- X. fomentar a integração entre equipamentos considerados vetores de crescimento econômico.

Art. 31 São ações estratégicas prioritárias para desenvolvimento socioeconômico:

- I. adequar a Lei Municipal de Inovação - Lei nº 2.427/2016, ao estabelecido pelo Decreto nº 9.283, de 7 de fevereiro de 2018, que regulamentou a Lei Federal nº 10.973, de 2 de dezembro de 2004 - Lei Federal de Inovação;
- II. elaborar uma Estratégia Municipal de Ciência, Tecnologia e Inovação, inclusive no que se refere ao fomento do empreendedorismo, à expansão de empresas de base tecnológica e startups no município de Palmas e à atração/fixação de talentos no município;

- III. recorrer aos estímulos de apoio à inovação previstos na Lei Municipal de Inovação, tendo por referência a Estratégia Municipal de Ciência, Tecnologia e Inovação elaborada;
- IV. promover estratégias de “especialização inteligente” no município;
- V. criar um Parque Tecnológico no município, em forma de rede, e integrá-lo ao Sistema Estadual de Parques Tecnológicos (SEPARTEC), instituído pelo Decreto Estadual nº 9.194, de 05 abril de 2018;
- VI. criar e estruturar um Porto Seco no município que permita a execução de serviços aduaneiros, tanto para a exportação, como para as importações;
- VII. elaborar uma estratégia municipal semelhante à Estratégia Brasileira de Transformação Digital - Decreto Federal nº 9.319/2018 para o Município;
- VIII. elaborar o Inventário Turístico de Palmas, considerando os atrativos turísticos religiosos, cervejeiro, relacionados à natureza e ao turismo de aventura, bem como as potencialidades relacionadas à história regional, ao clima e aos ativos ecológicos e tecnológicos existentes no Município, a exemplo do complexo de geração de energia eólica;
- IX. elaborar um Plano de Turismo Sustentável, considerando a elaboração de um estudo de viabilidade de estruturação das atividades turísticas de Palmas e a definição de instrumentos para a gestão turística;
- X. promover a qualificação da mão de obra local, a partir da articulação do Município com o Sistema "S" (SESI, SENAC, SEBRAE) e o IFPR;
- XI. elaborar um programa de incentivo ao primeiro emprego para os jovens do Município;
- XII. implantar as ações estabelecidas pelo Plano de Desenvolvimento Econômico Municipal em consonância com o Plano Diretor;
- XIII. elaborar um programa municipal específico para o desenvolvimento de atividades agroextrativistas da área rural, com enfoque à população dos assentamentos rurais.

CAPÍTULO IV - DAS ESTRATÉGIAS DE ACESSIBILIDADE UNIVERSAL E DE MOBILIDADE

Art. 32 São diretrizes para a mobilidade urbana:

- I. promover a integração com a política de desenvolvimento urbano, de habitação e de desenvolvimento econômico do Município;
- II. priorizar os modos de transportes não motorizados sobre os motorizados e os dos serviços de transporte público coletivo sobre o transporte individual motorizado;
- III. integrar os modos e serviços de transporte urbano;
- IV. criar sistema de mobilidade e transporte, considerando a otimização das rotas e a construção de ciclovias e calçadas acessíveis, seguras, sombreadas por arborização e conectadas aos pontos de ônibus;
- V. mitigar os custos ambientais, sociais e econômicos dos deslocamentos de pessoas e cargas na cidade;
- VI. incentivar o uso de energias renováveis e menos poluentes;
- VII. promover acessibilidade, conforto e segurança aos pedestres, intensificando a iluminação ao longo das vias e instalação de semáforos com sonorizadores nos locais de maior movimentação de pedestres;
- VIII. promover estudos visando à viabilização da implantação do transporte coletivo adequado à demanda e necessidades da população rural.

Art. 33 São estratégias da mobilidade urbana:

- I. criação de sistema integrado de mobilidade, dando prioridade à otimização das rotas e à construção de ciclovias e calçadas, de forma a conectá-las com os pontos de ônibus;
- II. elaboração do Plano Municipal de Mobilidade Urbana;
- III. implementação da rede cicloviária, identificando os trechos prioritários, interligando os trechos já existentes e promovendo a construção de paraciclos e de pontos de apoio aos ciclistas, com arborização das ciclovias;
- IV. melhoria das redes cicloviárias e das calçadas, exigindo a aplicação de padronização municipal quando da implantação de novos parcelamentos;
- V. requalificação do entorno dos equipamentos públicos com foco na priorização de pedestres;
- VI. promoção periódica de campanhas educativas para a mobilidade sustentável, abordando inclusive o respeito ao pedestre;
- VII. priorização do transporte público coletivo e dos modos não motorizados de transporte;
- VIII. requalificação das áreas destinadas a estacionamentos considerando a ampla inserção de paraciclos e de arborização.

Parágrafo único. A padronização das calçadas será objeto de lei específica de iniciativa do Poder Público, acompanhada de Cartilha Explicativa para divulgação junto à população.

Art. 34 O Plano de Mobilidade Municipal de Palmas deverá ser elaborado em conformidade com a Lei Federal nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012, e suas alterações, e contemplará princípios, os objetivos e as diretrizes deste Plano Diretor, como:

- I. serviços de transporte público coletivo, inclusive transporte escolar, táxi e bicicleta pública;
- II. circulação viária, incluindo sistema viário, hierarquização de vias e gestão;
- III. infraestruturas do sistema de mobilidade urbana, tratando dos instrumentos de gestão de demandas por viagens;
- IV. acessibilidade para pessoas com deficiência e restrição de mobilidade;
- V. integração dos modos de transporte público e destes com os privados e os não motorizados;
- VI. operação e o disciplinamento do transporte de carga na infraestrutura viária;
- VII. os polos geradores de viagens;
- VIII. as áreas de estacionamentos públicos e privados, gratuitos ou onerosos;
- IX. as áreas e horários de acesso e circulação restrita ou controlada;
- X. os mecanismos e instrumentos de financiamento do transporte público coletivo e da infraestrutura de mobilidade urbana;
- XI. a sistemática de avaliação, revisão e atualização periódica do Plano de

- Mobilidade Urbana em prazo não superior a 10 (dez) anos.
- Art. 35** O sistema viário básico de Palmas é composto pelos sistemas viários urbano, rural e pelo sistema rodoviário estadual.
- Parágrafo único.** A hierarquia viária, dimensão, espacialização, diretrizes viárias e as especificações técnicas do Sistema Viário constam na Lei do Sistema Viário Básico do Município de Palmas.
- Art. 36** São diretrizes para o Sistema Viário:
- I. garantir a segurança, a fluidez e o conforto na circulação de todos os modos de transporte;
- II. destinar vias ou faixas, preferenciais ou exclusivas, priorizando os modos não motorizados e coletivos de transporte;
- III. destinar espaços urbanos no sistema viário para a implantação de infraestrutura de apoio a todos os modos de transporte;
- IV. promover a acessibilidade de pedestres e ciclistas ao sistema de transporte;
- V. promover a implantação do sistema viário de forma ambientalmente sustentável;
- VI. promover medidas reguladoras para o transporte de cargas pesadas e cargas perigosas na rede viária urbana.

CAPÍTULO V - DAS ESTRATÉGIAS PARA O DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Art. 37 O desenvolvimento social compreende as políticas de:

- I. saúde;
- II. educação;
- III. cultura;
- IV. ação social;
- V. juventude;
- VI. segurança pública;
- VII. esporte e lazer.

Art. 38 São diretrizes de desenvolvimento social de Palmas:

- I. garantia da efetividade de um sistema de proteção social com ações intersetoriais;
- II. universalização da educação e da alfabetização em todos os níveis de ensino priorização do pedestre e de modais ativos nos deslocamentos intraurbanos;
- III. adequação dos espaços de atendimento público de saúde e de assistência social à demanda populacional;
- IV. ampliação do acesso da população às áreas verdes e aos equipamentos voltados para o lazer;
- V. valorização do patrimônio histórico-cultural do Município;
- VI. adequação e ampliação das condições de acesso aos serviços de saneamento básico ambiental.

SEÇÃO I - Da Política de Saúde

Art. 39 O Município de Palmas tem como perspectiva a implementação coletiva da saúde, enquanto qualidade de vida, buscando parcerias com o setor privado e com o conjunto da população, visando uma participação efetiva da comunidade e, além disso, a adequação dos espaços de atendimento público de saúde à demanda populacional.

Art. 40 A garantia do direito à saúde será efetivada mediante:

- I. promoção da intersetorialidade enfatizando-a com o intuito de se proporcionar à população uma assistência contínua, integrada e especializada;
- II. aumento do alcance das políticas setoriais de saúde por meio da viabilização de oportunidades reais nas diferentes inciativas das áreas setoriais em especial saúde, que impactam na superação das condições de pobreza e vulnerabilidade;
- III. adequação da capacidade de atendimento dos equipamentos públicos de saúde à projeção populacional prevista para o horizonte temporal do Plano Diretor (ano de 2030);
- IV. a revisão do Plano Municipal de Saúde segundo os apontamentos do Plano Diretor Municipal, com atenção à universalização do acesso à saúde por meio do aumento da cobertura territorial dos serviços de saúde pública.
- V. adequação da capacidade de atendimento dos equipamentos públicos de saúde prevista para o horizonte temporal do Plano Diretor (ano de 2030) e melhoria das condições físicas dos equipamentos para contemplar a população palmensê, considerando a diversidade de povos e etnias.

SEÇÃO II - Da Política de Educação

Art. 41 A garantia do direito à educação será efetivada mediante:

- I. universalização da oferta de matrículas de crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos, na pré-escola, em caráter obrigatório, e a ampliação da oferta de educação infantil em creches, cujo atendimento deverá ter um alcance de, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das crianças até os 3 (três) anos até o ano de 2024;
- II. aumento do atendimento na educação infantil, de forma atender as metas estabelecidas no Plano Nacional de Educação (PNE) e no Plano Municipal de Educação (PME);
- III. garantia do atendimento à demanda por escolarização no município, em parceria com entidades civis, ONGs, entre outros, proporcionando espaços alternativos de formação, que vão além das escolas;
- IV. redução da taxa de analfabetismo (Meta 1 do PNE para EJA) e Meta 2, que estabelece elevar a oferta desta modalidade de ensino;
- V. garantia de acesso de profissionais da educação básica à formação continuada e cursos de pós graduação stricto ou lato sensu, em conformidade com o PNE;
- VI. sistematização de dados e informações educacionais que subsidiem as ações e tomada de decisão;
- VII. redução das taxas de reprovação, abandono escolar e elevação dos resultados da Prova Brasil evoluindo no IDEB;
- VIII. viabilização de oportunidades reais nas diferentes inciativas das áreas setoriais em especial educação e qualificação para o trabalho, que impactam na

- superação das condições de pobreza e vulnerabilidade;
- IX. combate às desigualdades educacionais existentes na rede escolar, de modo que todas as escolas ofereçam um ensino de qualidade, independente das condições socioeconômicas dos respectivos territórios em que se encontram inseridas;
- X. melhoria da oferta de serviços de educação, dentre outras, é representada pela estruturação e adequação da rede escolar pública de acordo com as prioridades estabelecidas no estudo elaborado pelo grupo de trabalho.
- XI. Institucionalização do grupo de trabalho para elaborar um estudo com uma análise da rede física escolar pública, bem como estabelecer proposições para um plano de obras prioritizadas de escolas (novas unidades e ampliações), assim como, a otimização de uso dos prédios escolares;
- XII. fortalecimento da educação ambiental, por meio da intensificação de ações em todo o Município e promoção de ações junto às comunidades locais, visando à conscientização para proteção de:
- a) áreas verdes;
 - b) Áreas de Preservação Permanente (APPs);
 - c) mananciais e nascentes;
 - d) demais áreas ambientalmente sensíveis.

SEÇÃO III - Da Política de Assistência Social

- Art. 42** A Política de Assistência Social do Município é exercida mediante:
- I. atendimento domiciliar na forma de prestação de serviço social e público às famílias em condições de vulnerabilidade ou risco social, incluindo as pessoas que ocupam logradouros e praças públicas;
 - II. adequação dos espaços de atendimento público de assistência social à demanda populacional;
 - III. adequação da capacidade de atendimento e o alcance das políticas socioassistenciais à projeção populacional prevista para o horizonte temporal do Plano Diretor (ano de 2030);
 - IV. melhoria das condições físicas dos equipamentos sociais para contemplar a população palmense de maneira adequada;
 - V. Proteção Social básica, média e integral abrangendo a consolidação de uma rede de serviços de forma efetiva, capaz de lidar adequadamente com situações de risco, ameaça e violação de direitos:
 - a) adoção da proteção integral com inciativas de diferentes setores da política pública para responder ao necessário para a proteção social de grupos e indivíduos socialmente vulneráveis;
 - b) atenção à população em situação de rua com medidas socioassistenciais;
 - c) desenvolvimento de políticas de gênero no espaço público;
 - d) aumento do alcance das políticas setoriais de assistência social.

SEÇÃO IV - Da Política para a Segurança Pública

- Art. 43** Compete à Política de Segurança Pública:
- I. apoiar programas voltados ao combate à violência, desenvolvendo programas de inclusão e ressocialização de populações em situação de vulnerabilidade;
 - II. facilitar, por meio da mobilidade urbana, rondas ostensivas municipais e instituir a fiscalização em praças e parques, além de operações específicas diversas, como guarda quarteirão, guardião escolar, proteção ao patrimônio público e outras;
 - III. intensificar o combate aos crimes ambientais;
 - IV. diminuir, de forma integrada com os demais órgãos de Segurança, os índices de criminalidade do Município de Palmas;
 - V. estimular o envolvimento da população nas questões relativas à segurança urbana e rural;
 - VI. realizar consultas públicas semestrais para estabelecer e atualizar as localidades e bairros onde o reforço à segurança pública é necessário.

SEÇÃO V - Da Política de Cultura

- Art. 44** Compete à Política de Cultura:
- I. desenvolver políticas públicas que assegurem o acesso e a democratização aos bens e serviços culturais, fomentando as diversas linguagens artístico-culturais, por meio da preservação da memória e do patrimônio material e imaterial;
 - II. apoiar e realizar eventos, editais de cultura e aprimoramento dos equipamentos culturais;
 - III. qualificação e estruturar espaços importantes para a cultura local, valorizando o patrimônio cultural e turístico de Palmas, considerando o acervo municipal material e imaterial, a diversidade cultural de palmas e as áreas rurais.

Parágrafo único. O incentivo à educação e promoção do conhecimento em Cultura abrange a capacitação de agentes culturais de Palmas e a promoção de convênios com entidades de natureza cultural e sem fins lucrativos, qualificação e ampliação dos espaços culturais e de entretenimento já existentes.

- Art. 45** O incentivo à criação, fruição, difusão, circulação e consumo de produtos culturais, é empreendido por meio da realização, dentre outras, das seguintes ações:
- I. valorização e fomento da cultura regional, aliado ao propósito de geração de emprego e renda;
 - II. aplicação de instrumentos urbanísticos que incentivem a preservação do patrimônio histórico e cultural de Palmas;
 - III. difusão da cultura local e desenvolvimento de projetos de cultura em diversas localidades da cidade;
 - IV. promoção de campanhas educativo-pedagógicas de valorização e de conscientização da população da importância histórico-cultural do Município e do conhecimento dos bens tombados pelo Estado do Paraná;
 - V. direcionamento de investimentos em parcerias junto às instituições de ensino local para pesquisa e valorização do patrimônio histórico do Município;
 - VI. instituição de uma comissão ou grupo de trabalho, com representação paritária da sociedade civil incluindo as comunidades tradicionais, para planejar as campanhas e planos de promoção dos bens;
 - VII. realização do inventario dos bens culturais Municipais;

- VIII. promoção de incentivos para salvaguardar bens imateriais e promover condições sociais e materiais de transmissão e reprodução que possibilitem sua existência:
- a) romarias e eventos religiosos e culturais;
 - b) eventos festivos e culturais diversos das culturas das etnias formadoras do município de Palmas;
 - c) outros.

Parágrafo único. Será fomentada a criação de novos espaços públicos adequados para a manifestação cultural da comunidade para atender as demandas locais.

SEÇÃO VI - Da Política para Esporte e Lazer

- Art. 46** Compete à Política de Esporte e Lazer:
- I. desenvolver e implantar uma política de incentivo ao esporte que promova investimentos como meio de transformação social e promova a utilização dos espaços existentes;
 - II. conservar espaços públicos na cidade em ambientes naturais que favoreçam a prática de atividades físicas, esporte e lazer, como pistas de caminhadas em parques, melhorias das calçadas, praças, quadras ao ar livre, entre outros locais favoráveis às atividades;
 - III. empreender ações para captação de recursos, advindas do setor público e privados para fomento ao lazer e aos esportes;
 - IV. estabelecer um plano de obras com cronograma de prioridades para a construção de estruturas de esporte e lazer;
 - V. estruturar áreas propícias ao desenvolvimento da cultura, lazer e práticas esportivas com iluminação pública na Área indígena Palmas, conforme resultado de consulta comunitária para o levantamento das demandas da população Kaingang;
 - VI. incentivar a maior apropriação e utilização dos parques urbanos pelos moradores de Palmas;
 - VII. aumento da participação da população em geral na prática de lazer e de atividade física, por meio do esporte, objetiva a melhoria das condições de saúde e qualidade de vida, devendo contemplar os gêneros e faixas etárias diversas, bem como provimento de equipamentos e infraestrutura adequada, inclusive para deficientes fisicos e pessoas com mobilidade reduzida e a população idosa;
 - VIII. reforçar e prestar apoio a atividades recreativas e esportivas, oficinas, de lazer, palestras e outras ações do interesse da população idosa;
 - IX. apoiar Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV);
 - X. atender à demanda por cultura, esporte e lazer em áreas carentes de equipamentos;
 - XI. disciplinar as receitas oriundas do ICMS Ecológico para a manutenção dos parques municipais;
 - XII. estruturar espaços para que a comunidade sedie eventos municipais de organização comunitária;
 - XIII. a promoção à oferta de infraestrutura adequada à prática esportiva e ao Lazer no Município envolve o fomento de novos espaços públicos para prática de esporte e lazer de acordo com a demanda da comunidade.

CAPÍTULO VI - DAS ESTRATÉGIAS PARA O SANEAMENTO BÁSICO AMBIENTAL

Art. 47 Considera-se como *saneamento básico* o conjunto de serviços, equipamentos, infraestruturas e instalações operacionais de abastecimento de água potável, esgotamento sanitário, limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos, drenagem e manejo das águas pluviais, limpeza e fiscalização preventiva das respectivas redes urbanas.

§ 1º A prestação de serviços públicos de saneamento observará o Plano Municipal de Saneamento Básico, que poderá ser, a critério do Poder Público, específico para cada serviço, abrangendo as questões indicadas na Política Nacional de Saneamento Básico, de que trata a Lei Federal nº 11.445, de 05 de janeiro de 2007.

§ 2º O Plano referido no parágrafo anterior deve ser compatível com os demais planos, programas e projetos referidos nesta Lei.

§ 3º A política de saneamento básico deverá estar em estrita consonância com a de Desenvolvimento Sustentável, Preservação e Proteção Ambiental e deverá instituir a gestão integrada, com vistas à prevenção e o controle da poluição, a proteção e a recuperação da qualidade do meio ambiente, a inclusão social e a promoção da saúde pública, assegurando o uso adequado dos recursos naturais.

Art. 48 A prestação de serviços de saneamento básico para a área urbana do Município deve ser priorizada, de modo compatível com os respectivos planos plurianuais e com outros planos governamentais correlatos, buscando-se a sustentabilidade econômico-financeira, sempre que possível, mediante remuneração pela cobrança dos serviços.

Art. 49 A prestação dos serviços atenderá a requisitos mínimos de qualidade, incluindo a regularidade e continuidade dos produtos oferecidos para atendimento dos usuários, obedecidas as normas regulamentares e contratuais.

Parágrafo único. Na ausência de redes públicas de saneamento básico, nas hipóteses de loteamentos existentes, serão admitidas soluções individuais de abastecimento de água e de afastamento e de destinação final dos esgotos sanitários, observadas as normas editadas pela entidade reguladora e pelos órgãos responsáveis pela política ambiental, sanitária e de recursos hídricos, conforme prevê a Lei Federal nº 11.445, de 05 de janeiro de 2007.

Art. 50 Deverão ser promovidos a compatibilização, a integração e, quando couber, o compartilhamento entre as redes de iluminação pública, de água, de esgotamento sanitário, de drenagem pluvial, de energia e de comunicação de dados nas fases de planejamento, projeto, implantação, operação e manutenção dos sistemas.

Art. 51 São diretrizes para o Saneamento Básico em Palmas:

- I. adotar tecnologias inovadoras, alternativas e sustentáveis para soluções de saneamento básico, fomentando o desenvolvimento científico e a capacitação de recursos humanos;
- II. articular os programas, projetos urbanísticos, o parcelamento do solo e a regularização fundiária com as ações de saneamento, de forma a assegurar a preservação dos mananciais, a produção de água tratada, o tratamento dos esgotos sanitários, a drenagem urbana, o controle de vetores e a adequada coleta e disposição final dos resíduos sólidos;
- III. integrar as políticas, programas, projetos e ações governamentais relacionadas

- com o saneamento, saúde, recursos hídricos, biodiversidade, desenvolvimento urbano e rural, habitação, uso e ocupação do solo;
- IV. estabelecer ações preventivas para a gestão dos recursos hídricos, realização da drenagem urbana, gestão integrada dos resíduos sólidos e líquidos e conservação das áreas de proteção e recuperação de mananciais e das unidades de conservação;
- V. adotar medidas para a sensibilização e participação social, assegurando a participação efetiva da sociedade na formulação das políticas, no planejamento e controle de serviços de saneamento;
- VI. priorizar planos, programas e projetos que visem à ampliação de saneamento das áreas ocupadas por população de baixa renda;
- VII. promover política tarifária que considere as condições econômicas, garantindo que a tarifa não seja empecilho para a prestação de serviços;
- VIII. estabelecer mecanismos de controle sobre a atuação de concessionários dos serviços de saneamento, de maneira a assegurar a melhoria da gestão e adequada prestação dos serviços e o pleno exercício do poder concedente por parte do Município;
- IX. promover o controle da poluição industrial, visando o enquadramento dos efluentes a padrões de lançamento previamente estabelecidos;
- X. incentivar sistemas de monitorização para o controle de contaminação do lençol freático nas áreas de depósito de resíduos industriais e de aterros sanitários;
- XI. promover o controle de vetores em todo o Município, visando à prevenção das zoonoses e à melhoria da qualidade de vida.

SEÇÃO I - Do Abastecimento de Água

Art. 52 O abastecimento de água é constituído pelos serviços necessários ao abastecimento público de água potável, desde a captação até as ligações prediais e respectivos instrumentos de medição.

Parágrafo único. São componentes do sistema de abastecimento de água:

- I. a infraestrutura de captação, tratamento, adução, armazenamento e distribuição de água potável;
- II. os mananciais hídricos.

Art. 53 Constituem diretrizes para o abastecimento de água:

- I. empreender ações para assegurar a oferta de água para consumo residencial e outros usos, com regularidade, em quantidade suficiente para atender às necessidades básicas e com qualidade compatível com padrões de potabilidade;
- II. promover a proteção e a recuperação das bacias hidrográficas dos mananciais;
- III. implantar medidas voltadas à redução das perdas nos sistemas de abastecimento de água;
- IV. controlar as atividades potencialmente ou efetivamente poluidoras das águas nas bacias dos mananciais de abastecimento, articulando ações, se necessário, com o Estado do Paraná, Estado de Santa Catarina e com Municípios vizinhos;
- V. adotar medidas para a proteção e controle dos mananciais superficiais e subterrâneos, com o controle da perfuração de poços artesianos e a proteção dos mesmos em relação à contaminação por atividades poluidoras no seu entorno;
- VI. desenvolver alternativas de reutilização de águas servidas para usos que não requeiram condições de potabilidade;
- VII. promover campanhas educativas que visem a contribuir para a redução e racionalização do consumo de água.

Art. 54 São estratégias para o abastecimento de água do Município de Palmas:

- I. implantar medidas voltadas à manutenção e recuperação dos mananciais utilizados para abastecimento humano e atividade agrícola;
- II. cadastrar as redes existentes e incluir no Plano Municipal de Saneamento Básico os projetos previstos para expansão de redes, adutoras e estações de tratamento de água;
- III. adoção de medidas para melhoria e ampliação de infraestrutura para o abastecimento de água nas comunidades rurais.

SEÇÃO II - Do Esgotamento Sanitário

Art. 55 O esgotamento sanitário compreende a coleta, transporte, tratamento e disposição final de esgotos sanitários, desde as ligações prediais até o seu lançamento final no meio ambiente, com a disposição final dos esgotos sanitários e dos lodos originários da operação de unidades de tratamento.

Parágrafo único. São diretrizes para o esgotamento sanitário:

- I. promover a implantação, ampliação e o aperfeiçoamento dos sistemas de coleta, tratamento e disposição final de esgoto;
- II. eliminar os lançamentos de esgotos nos cursos d’água e no sistema de drenagem e de coleta de águas pluviais, contribuindo para a recuperação de rios, córregos e represas;
- III. priorizar os investimentos para a implantação de sistema de esgotamento sanitário nas áreas desprovidas de redes, especialmente naquelas servidas por fossas rudimentares ou cujos esgotos sejam lançados na rede pluvial, ou quando as características hidrogeológicas favorecerem a contaminação das águas subterrâneas;
- IV. incluir no Plano Municipal de Saneamento Básico, na parte referente ao Esgotamento Sanitário, a previsão dos locais para os quais se prevê a instalação de estações elevatórias e de tratamento de esgotos, objetivando a informação da população e evitar conflitos com os moradores atuais e futuros dos parcelamentos adjacentes;
- V. incluir na Lei de Zoneamento de Uso e Ocupação do Solo, que na implantação de futuras estações de saneamento pela Concessionária de Serviços de Saneamento Municipal deverão possuir raio de 500m (quinhentos metros) de área não edificável prevista na área, do lote da estação de tratamento.

Art. 56 Constituem estratégias para o esgotamento sanitário:

- I. priorizar os investimentos para a implantação de sistema de esgotamento sanitário nas áreas desprovidas de redes, servidas por fossas rudimentares ou cujos esgotos sejam lançados na rede pluvial, ou quando as características

| | | | | | | | |
|--|---|--|---|---|---|---|---|
| hidrogeológicas favorecerem a contaminação das águas subterrâneas; | II. | estabelecimento de diretrizes para o uso de dispositivos artificiais de captação de águas pluviais para fins de retenção, aproveitamento e recarga de aquíferos em unidades imobiliárias e empreendimentos, indicando incentivos para sua implementação; | III. | fiscalização do cumprimento das taxas de permeabilidade mínima, conforme estabelecidas na Lei de Zoneamento de Uso e Ocupação do Solo Urbano. | IV. | (VETADO) | |
| II. | fornecer meios para implantação, em articulação com os órgãos competentes, sistemas individuais de esgotamento sanitário nos assentamentos isolados, com tecnologias adequadas a cada situação; | III. | cadastrar as redes existentes e incluir no Plano Municipal de Saneamento Básico os projetos previstos para sua expansão e estações de tratamento de esgoto. | IV. | (VETADO) | Parágrafo único. A taxa de permeabilidade tem por objetivo: | |
| III. | | I. | propiciar a infiltração de águas pluviais; | II. | contribuir para o conforto higrotérmico; | III. | contribuir com a evapotranspiração e com a redução de ilhas de calor; |
| | | IV. | favorecer a qualidade do ar; | V. | minimizar o escoamento superficial de águas pluviais e reduzir alagamentos; | VI. | contribuir para a paisagem e a qualidade do espaço urbano. |
| | | | | | | | |
| | | | | | | | |
| | | | | | | | |
| | | | | | | | |
| | | | | | | | |
| | | | | | | | |
| | | | | | | | |
| | | | | | | | |
| | | | | | | | |
| | | | | | | | |
| | | | | | | | |
| | | | | | | | |
| | | | | | | | |
| | | | | | | | |
| | | | | | | | |
| | | | | | | | |
| | | | | | | | |
| | | | | | | | |
| | | | | | | | |
| | | | | | | | |
| | | | | | | | |
| | | | | | | | |
| | | | | | | | |
| | | | | | | | |
| | | | | | | | |
| | | | | | | | |
| | | | | | | | |
| | | | | | | | |
| | | | | | | | |
| | | | | | | | |
| | | | | | | | |
| | | | | | | | |
| | | | | | | | |
| | | | | | | | |
| | | | | | | | |
| | | | | | | | |
| | | | | | | | |
| | | | | | | | |
| | | | | | | | |
| | | | | | | | |
| | | | | | | | |
| | | | | | | | |
| | | | | | | | |
| | | | | | | | |
| | | | | | | | |
| | | | | | | | |
| | | | | | | | |
| | | | | | | | |
| | | | | | | | |
| | | | | | | | |
| | | | | | | | |
| | | | | | | | |
| | | | | | | | |
| | | | | | | | |
| | | | | | | | |
| | | | | | | | |
| | | | | | | | |
| | | | | | | | |
| | | | | | | | |
| | | | | | | | |
| | | | | | | | |
| | | | | | | | |
| | | | | | | | |
| | | | | | | | |
| | | | | | | | |
| | | | | | | | |
| | | | | | | | |
| | | | | | | | |
| | | | | | | | |
| | | | | | | | |
| | | | | | | | |
| | | | | | | | |
| | | | | | | | |
| | | | | | | | |
| | | | | | | | |
| | | | | | | | |
| | | | | | | | |
| | | | | | | | |
| | | | | | | | |
| | | | | | | | |
| | | | | | | | |
| | | | | | | | |
| | | | | | | | |
| | | | | | | | |
| | | | | | | | |
| | | | | | | | |
| | | | | | | | |
| | | | | | | | |
| | | | | | | | |
| | | | | | | | |
| | | | | | | | |
| | | | | | | | |
| | | | | | | | |
| | | | | | | | |
| | | | | | | | |
| | | | | | | | |
| | | | | | | | |
| | | | | | | | |
| | | | | | | | |
| | | | | | | | |
| | | | | | | | |
| | | | | | | | |
| | | | | | | | |
| | | | | | | | |
| | | | | | | | |
| | | | | | | | |
| | | | | | | | |
| | | | | | | | |
| | | | | | | | |
| | | | | | | | |
| | | | | | | | |
| | | | | | | | |
| | | | | | | | |
| | | | | | | | |
| | | | | | | | |
| | | | | | | | |
| | | | | | | | |
| | | | | | | | |
| | | | | | | | |
| | | | | | | | |
| | | | | | | | |
| | | | | | | | |
| | | | | | | | |
| | | | | | | | |
| | | | | | | | |
| | | | | | | | |
| | | | | | | | |
| | | | | | | | |
| | | | | | | | |
| | | | | | | | |
| | | | | | | | |
| | | | | | | | |
| | | | | | | | |
| | | | | | | | |
| | | | | | | | |
| | | | | | | | |
| | | | | | | | |
| | | | | | | | |
| | | | | | | | |
| | | </ | | | | | |

| | | | | | |
|---|--|--|--|--|--|
| precários, a partir da flexibilização dos parâmetros urbanísticos locais; | | III. a preservação do meio ambiente ecologicamente equilibrado e a recuperação de áreas degradadas. | | d) a hidrografia; | |
| V. incentivar a consolidação e a implantação de empreendimentos habitacionais voltados à população de baixa renda. | | § 1º A regularização fundiária consiste nas medidas jurídicas, urbanísticas, ambientais e sociais destinadas à incorporação dos núcleos urbanos informais consolidados, até a data de aprovação desta Lei, ao ordenamento territorial do Município, com a titulação de seus ocupantes. | | e) os fragmentos da natureza remanescentes do processo de urbanização; | |
| Art. 72 As Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS) são as parcelas urbanas destinadas à moradia popular e de interesse social e à regularização fundiária, sujeitas a regras próprias de parcelamento, uso e ocupação do solo, regulamentadas por lei específica. | | § 2º A regularização fundiária no Município de Palmas obedece ao contido no Plano e na Lei Federal nº 13.465, de 11 de julho de 2017. | | f) os demais elementos da natureza; | |
| § 1º Os instrumentos de gestão urbana aplicáveis à instituição de ZEIS são, dentre outros, são: | | § 3º Considera-se Regularização Fundiária de Interesse Social (REURB-S), o conjunto de medidas que visem à regularização das áreas ocupadas irregularmente por população de baixa renda e que implica, consequentemente, em melhorias no ambiente urbano do assentamento, no resgate da cidadania e na qualidade de vida da população beneficiária. | | II. Patrimônio construído: | |
| I. Direito de Preempção; | | § 4º As áreas identificadas REURB-S são consideradas Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS), nos termos da Lei Federal nº 10.257/2001 - Estatuto da Cidade e das disposições deste Plano Diretor. | | a) as praças, vias e calçadas; | |
| II. Desapropriação; | | § 5º Considera-se Regularização Fundiária de Interesse Específico (REURB-E), aquela aplicável aos assentamentos irregulares que não se enquadrem na regularização de interesse social. | | b) os muros e as fachadas das edificações; | |
| III. Consórcio Imobiliário; | | Art. 80 Constituem diretrizes para a Regularização Fundiária (REURB): | | c) as construções; | |
| IV. reparcelamento ou unificação de lotes ou quadras; | | I. incrementar e fortalecer a fiscalização sobre áreas com indícios de novas ocupações e edificações irregulares, com o fortalecimento da capacidade do órgão responsável, promovendo a racionalidade de ocupação do território e evitando maiores gastos inerentes ao espraiamento da infraestrutura urbana; | | d) as infraestruturas, tais como estradas, vias, rede elétrica, dentre outros; | |
| V. Regularização Fundiária de Interesse Social (REURB-S) e Regularização Fundiária de Interesse Específico (REURB-E). | | II. estabelecer mecanismos para o monitoramento dos assentamentos urbanos informais; | | e) demais estruturas construídas pelo homem. | |
| Art. 73 A Zona Especial de Interesse Social, enquanto instrumento urbanístico instituído pela Lei Federal nº 10.257/2001 - Estatuto da Cidade e pela Lei do Plano Diretor de Palmas, apresenta duas tipologias distintas: | | III. reduzir os impactos de núcleos urbanos informais sobre unidades de conservação, inclusive áreas de proteção ambiental e parques estaduais e municipais, nos termos da legislação específica; | | § 1º A Paisagem Urbana é o grau de integração entre cidade e natureza, a forma como interagimos com nosso ambiente de outras maneiras, além da percepção visual. | |
| I. ZEIS - TIPO 1, que tem como objetivo permitir maior flexibilização dos parâmetros urbanísticos para a Regularização Fundiária (REURB), demarcação urbanística e qualificação de assentamentos urbanos precários e vulneráveis existentes em Palmas; | | IV. priorizar o atendimento à população residente em imóveis ou áreas insalubres, áreas de risco e áreas de preservação permanente; | | § 2º São temas inerentes à Paisagem Urbana, o uso dos espaços pela população, a caminhabilidade, o conforto térmico nos espaços públicos, as oportunidades de encontro, a ocupação dos espaços de convivência e lazer, o exercício da cidadania, a coesão social e cultural, a valorização da escala do pedestre e a qualidade de vida urbana. | |
| a) As ZEIS - Tipo 1, voltadas à regularização fundiária de ocupações existentes, serão regulamentadas por legislação municipal específica, podendo incidir em assentamentos consolidados precários em situação de vulnerabilidade social, ambiental e/ou fundiária, para os quais há interesse de regularização fundiária e/ou urbanística. | | V. aplicar os instrumentos previstos para a regularização fundiária de interesse social, em especial a demarcação urbanística e a legitimação da posse, inclusive em área de preservação ambiental, quando presentes os requisitos legais; | | Art. 83 São princípios da Paisagem Urbana: | |
| II. ZEIS - TIPO 2, que tem como objetivo a utilização de parâmetros específicos, mediante normas especiais de urbanização, ocupação e uso do solo, para a provisão de moradias populares e de interesse social. | | VI. implementar um processo de participação popular efetiva e contínua por parte dos beneficiários das ações de regularização fundiária, desde o planejamento inicial até o resultado final, com a instituição da Comissão de Regularização Fundiária - CRF. | | I. valorizar a paisagem como elemento de identidade da cidade, em sua singularidade, diversidade e totalidade; | |
| a) As ZEIS - TIPO 2 poderão prover novas áreas para habitação popular e de interesse social em áreas específicas, com parâmetros de uso e ocupação definidos pela Lei de Zoneamento de Uso e Ocupação do Solo. | | Art. 81 Constituem estratégias para a Regularização Fundiária: | | II. buscar aproximar as regiões da cidade, promovendo sua integração física, social e cultural, superando a dicotomia existente entre elas; | |
| Art. 74 Nas Zonas de Interesse Social (ZEIS) será permitida a flexibilização dos parâmetros urbanísticos de ocupação do solo, desde que previstas em projeto urbanístico específico e/ou por programa municipal voltado à regularização fundiária, e após a análise técnica conjunta favorável dos órgãos municipais de planejamento e de habitação e mediante a aprovação pelo Conselho Municipal de Urbanismo, Habitação e Meio Ambiente e eventual exigência de contrapartidas urbanísticas. | | I. Levantamento dos núcleos informais consolidados, existentes no Município, com a finalidade de: | | III. priorizar a coletividade, respeitando sua importância na concepção dos projetos de desenho urbano; | |
| Art. 75 Somente poderão ser criadas novas Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS) em áreas que estejam consolidadas e incluídas como urbanas na Lei do Perímetro Urbano, há pelo menos 5 (cinco) anos, e em áreas que possuam redes de infraestruturas básicas, equipamentos e serviços públicos, ou em áreas incluídas em projeto de expansão destas melhorias urbanas. | | a) classificação em Regularização Fundiária de Interesse Social (REURB-S), para aqueles ocupados predominantemente por população de baixa renda e Regularização Fundiária Específica (REURB-E), para as ocupações com população de outras faixas de renda, identificando, sempre que possível, aqueles que se encontram em áreas públicas; | | IV. introduzir a Paisagem Urbana como critério de composição do sistema edificado; | |
| Parágrafo único. Novas Zonas Especiais de Interesse Social só poderão ser criadas, instituídas e regulamentadas pelo órgão municipal de habitação e/ou urbanismo e aprovação do legislativo mediante lei municipal específica. | | b) estabelecer as prioridades de intervenção, identificando as ocupações que, pelos fatores ambientais, de risco e de necessidade de equipamentos urbanos a serem instalados, demandem ações mais imediatas; | | V. zelar pelas ambiências urbanas que possuem significado especial para a população, em específico os espaços físico e seus processos histórico, culturais, sociais e econômicos, de forma a contribuir para o fortalecimento do sentimento de pertencimento ao lugar e à cidade; | |
| Art. 76 Caberá ao órgão municipal de planejamento e habitação, a análise e a aprovação da viabilidade de projetos de criação e delimitação de Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS) e Empreendimentos Habitacionais Populares e de Interesse Social no território do Município de Palmas. | | II. elaboração de Projetos Específicos de Regularização Fundiária, para a REURB-S, quer se encontrem em terras do Município ou em áreas particulares, que conterão as estratégias para a efetiva ação em cada área, considerando suas especificidades; | | VI. acolher as iniciativas culturais da cidade, ampliando e potencializando os espaços públicos, com vistas a fomentar manifestações populares em geral; | |
| § 1º Os projetos destinados às Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS) e Empreendimentos Habitacionais Populares e de Interesse Social, não ficarão isentos de análise quanto aos impactos que possam causar ao meio ambiente. | | III. estabelecimento de prazo e condições para que os núcleos informais classificados como REURB-E adotem as providências pertinentes, aí incluído o projeto urbanístico de regularização fundiária a ser submetido ao Poder Público, nos termos do contido na Lei Federal nº 13.645/2017, sob pena de serem adotadas as providências para sua desconstituição. | | VII. incentivar atividades diversas nos espaços públicos, estimulando o convívio social e a interação com a paisagem; | |
| § 2º O rito do processo de tramitação, dos pedidos e normas para a avaliação e aprovação para pedidos de criação e delimitação de Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS) e Empreendimentos Habitacionais Populares e de Interesse Social, será estabelecido mediante regulamento a ser expedido pela Prefeitura Municipal através do órgão municipal de habitação e/ou urbanismo. | | IV. a Prefeitura de Palmas deverá criar uma estrutura apropriada para Fiscalização de Áreas Ocupadas Irregularmente e/ou em Situação de Vulnerabilidade, em todo o território urbano e rural do Município, tendo em vista os procedimentos e sanções administrativas para coibir tais ocupações e penalizar seus promotores, bem como os procedimentos e sanções necessárias na esfera judicial, conforme previsto na Lei Federal nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, e demais leis específicas do Município. | | VIII. criar regulamentações e campanhas educativas que destaquem a importância pela preservação e qualidade da paisagem. | |
| Art. 77 Na recuperação, regularização fundiária e urbanização dos imóveis integrantes das ZEIS, e na implantação de habitações populares e de interesse social, deverão ser respeitadas as diretrizes estabelecidas por projeto urbanístico específico e/ou por programa municipal voltado à regularização fundiária, previstas no art. 27 da Lei Federal nº 11.266, de 16 de dezembro de 2004, devendo ser observadas: | | § 1º A Prefeitura de Palmas deverá promover acordos e termos de cooperação institucional com o Ministério Público Estadual, com a Corregedoria Geral de Justiça e outros órgãos pertinentes, em relação a fiscalização das ocupações irregulares e definição de um Procedimento Operacional Padrão - POP. | | IX. os Planos de Arborização, Mobilidade Urbana e Desenvolvimento Econômico, dentre outros, deverão incorporar as diretrizes de paisagem urbana. | |
| I. a situação socioeconômica da população; | | § 2º Os recursos advindos das ações de fiscalização deverão ser prioritariamente investidos em: | | SEÇÃO II - Dos Logradouros e Espaços Públicos | |
| II. as restrições ambientais indicadas por impacto ambiental, nos termos da Lei Federal nº 10.257/2001 - Estatuto da Cidade; | | I. monitoramento dos assentamentos urbanos informais: | | Art. 84 É diretriz da Paisagem Urbana ampliar, incrementar e conservar os logradouros e espaços públicos, dentre outras, pelas seguintes estratégias: | |
| III. a participação da comunidade de moradores durante o desenvolvimento de todas as etapas das medidas a que se refere o caput deste artigo. | | II. modernização dos equipamentos e fortalecimento institucional da fiscalização municipal; | | I. qualificação dos logradouros e espaços públicos por meio de arborização, iluminação e mobiliário urbano tendo como prioridade a escala do pedestre, mantendo-os em bom estado de conservação; | |
| Art. 78 Poderá ser admitida a regularização de empreendimentos já instalados no perímetro urbano, desde que se adequem às diretrizes e aos parâmetros desta Lei, a projetos e/ou programas municipais de regularização fundiária e aos estudos específicos realizados pelo órgão municipal responsável pelo planejamento territorial e aos dispositivos da Lei Federal nº 13.465/2017 e da legislação municipal específica. | | III. campanhas periódicas de informação à população sobre áreas irregulares e como adquirir um imóvel regularizado. | | II. ampliação e padronização das calçadas e ciclovias, de forma a dotá-las de identidade visual, uniformidade e acessibilidade; | |
| § 1º A regularização de empreendimentos do caput deste artigo será constituída na forma de unidades territoriais de urbanização específica, nos termos do artigo 3º da Lei Federal nº 6.766/1979 e dos dispositivos da Lei Federal nº 13.465/2017 e legislação municipal específica, incidindo sobre as mesmas as obrigações tributárias, edículas e de posturas previstas para as atividades urbanas de Palmas. | | § 3º Na hipótese de regularização urbanística de empreendimentos beneficiados por infraestrutura implantada com recursos públicos, os beneficiários da regularização deverão arcar com o pagamento de uma compensação urbanística, a ser definida por regulamentação específica, em valores compatíveis ao ônus da infraestrutura que seria de sua responsabilidade. | | III. otimização e dinamização dos logradouros e espaços públicos com instalação de equipamentos comunitários e mobiliários urbanos, incentivando atividades diversas e tornando-os mais atrativos; | |
| § 2º Deverão ser promovidos estudos para avaliar a possibilidade de regularização das áreas já ocupadas por ocupações irregulares e em situação de vulnerabilidade social, ambiental e fundiária, condicionada aos dispositivos da Lei do Plano Diretor. | | SEÇÃO III - Do Paisagismo Urbano | | IV. alocação de equipamentos comunitários quando da implantação de praças e parques urbanos, como mecanismos de vigilância compartilhada destes locais, com dimensionamento adequado à área onde serão instalados; | |
| § 3º O prazo para as regularizações acima citadas é de 180 (cento e oitenta) dias a contar da data de publicação desta Lei. | | CAPÍTULO IX - DOS LOGRADOUROS PÚBLICOS, DA PAISAGEM E DOS ESPAÇOS DE ESPECIAL INTERESSE DA PAISAGEM | | V. incentivo à adoção de áreas verdes públicas pela iniciativa privada; | |
| SEÇÃO II - Da Estratégia de Regularização Fundiária | | SEÇÃO I - Da Paisagem Urbana | | VI. estabelecimento de parceria entre o Município e os proprietários ou inquilinos dos imóveis frontantes para a conservação das respectivas calçadas; | |
| Art. 79 A regularização fundiária do Município será realizada com fulcro na garantia do direito à moradia e na racionalidade da ocupação do território, objetivando primordialmente: | | Art. 82 Entende-se como Paisagem Urbana a interação entre o patrimônio natural e o construído, incluindo o ser humano, considerando como: | | VII. priorização da instalação de infraestrutura e equipamentos urbanos e comunitários em áreas já consolidadas, e não atendidas satisfatoriamente por estes serviços. | |
| I. a inclusão social, com a aplicabilidade da garantia do direito social à moradia; | | I. Patrimônio natural: | | Art. 85 São diretrizes da Paisagem Urbana para a implantação dos empreendimentos de parcelamento do solo: | |
| II. o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana; | | a) a flora; | | I. preservar as áreas com maiores concentrações de espécies nativas, as quais serão contempladas como Áreas Verdes e Praças; | |
| | | b) a fauna; | | II. (VETADO); | |
| | | c) a geografia; | | III. implantar as áreas verdes como espaço qualificado, coibindo o cômputo de fragmentos residuais sem interesse para a função a que se destinam; | |
| | | | | IV. fomentar a diversidade de usos, incentivando a implantação de bairros humanizados; | |
| | | | | V. promover a compatibilização do projeto urbanístico com a situação fundiária, flexibilizando o desenho urbano, adequando-o ao perímetro das glebas; | |
| | | | | VI. para integração dos espaços públicos e privados ampliar a permeabilidade visual dos elementos construtivos para fechamento dos lotes em pelo menos 50% (cinquenta por cento), com incentivo ao uso de gradis, cercas e outros elementos vazados. | |

nos termos dos artigos 28 e 31 do Estatuto da Cidade e de acordo com a lei municipal específica deste instrumento.

Parágrafo único. A Outorga Onerosa do Direito de Construir - OODC, a que se refere este artigo será regulamentada por lei municipal específica, que estabelecerá as áreas que poderão receber e as condições a serem observadas para sua aplicação.

Art. 108 A OODC poderá ser aplicada nas áreas definidas em lei municipal específica, tendo como referência a capacidade da infraestrutura, a acessibilidade a equipamentos e serviços, a proteção ambiental e os vetores de crescimento da cidade, conforme disposto neste Plano Diretor.

Art. 109 A Outorga Onerosa de Alteração de Uso - OOAU configura contrapartida pela alteração dos usos e de atividades rurais em urbanas, que venham a acarretar a valorização de unidades imobiliárias, passando a incidir nas situações indicadas em lei municipal específica, conforme os parâmetros a serem estabelecidos pela Lei de Zoneamento de Uso e Ocupação do Solo Urbano.

Parágrafo único. Até promulgação da Lei de Zoneamento de Uso e Ocupação do Solo ou da lei municipal específica, a OOAU incide nas unidades imobiliárias onde houver:

- I. alteração do uso rural para urbano, na Zona de Controle de Ocupação (ZCO);
- II. alteração de uso de solo de glebas.

Art. 110 Legislação específica estabelecerá as condições a serem observadas para as concessões da OODC e da OOAU, determinando:

- I. a fórmula de cálculo para a cobrança;
- II. os casos passíveis de isenção do pagamento da outorga;
- III. a contrapartida do beneficiário;
- IV. estudos técnicos, nos casos necessários.

Art. 111 As receitas auferidas com a utilização da OODC ou da OOAU serão destinadas ao Fundo Municipal de Desenvolvimento Urbano, regulamentado em lei específica.

Parágrafo único. Para todos os efeitos legais, os recursos provenientes da contrapartida resultante da adoção dos institutos jurídicos da OODC e da OOAU serão aplicados para fins de:

- I. regularização fundiária;
- II. execução de programas e projetos habitacionais populares e de interesse social;
- III. constituição de reserva fundiária;
- IV. ordenamento e estruturação da expansão urbana;
- V. promoção, proteção e preservação do patrimônio ambiental, natural e cultural;
- VI. criação e melhoramento de espaços de uso público de lazer e áreas verdes;
- VII. implantação e melhoramento de equipamentos públicos urbanos e comunitários;
- VIII. obras de implantação e de melhoramento do sistema viário, calçadas, paisagismo e arborização viária e infraestruturas cicloviárias.

Art. 112 A contrapartida exigida dos beneficiários em função da utilização do instituto da OODC, atendidos os requisitos da lei municipal específica, poderá ser feita mediante:

- I. pecúnia, como regra;
- II. custeio de obras, edificações, aquisição de imóveis, custeio de planos, projetos, estudos técnicos de viabilidade econômico-financeira e de viabilidade ambiental, bem como serviços como exceção, desde que seja imperativa tal forma de pagamento para alcançar a função social vinculada ao benefício auferido pela intervenção;
- III. custeio de equipamentos urbanos e comunitários necessários, adequados aos interesses e necessidades da população beneficiária ou usuária e às características locais;
- IV. doação de unidades habitacionais populares e/ou de interesse social;
- V. urbanização de áreas públicas;
- VI. outros meios, definidos em legislação municipal específica.

§ 1º Nos casos previstos nos incisos II a V, as compensações deverão ter valor correspondente ao da contrapartida em pecúnia.

§ 2º A escolha da contrapartida deverá estar de acordo com os princípios e objetivos deste Plano Diretor.

Seção IV - Da Transferência do Potencial Construtivo – TPC

Art. 113 A transferência do potencial construtivo consiste na faculdade do Poder Público, mediante lei municipal específica, autorizar o proprietário de imóvel urbano a:

- I. exercer totalmente ou em parte o seu direito de construir, limitado pelo coeficiente de aproveitamento máximo do lote, em outro local passível de receber o potencial construtivo adicional;
- II. alienar, total ou parcialmente, o seu direito de construir, mediante escritura pública, que poderá ser aplicado em locais onde o coeficiente de aproveitamento máximo do lote o permita.

Parágrafo único. A lei específica referida no *caput* estabelecerá as condições relativas à aplicação da transferência do potencial construtivo em Palmas.

Art. 114 Tendo como referência a capacidade das infraestruturas, a acessibilidade aos equipamentos e serviços públicas, a proteção ambiental e os vetores de crescimento da cidade, conforme disposto neste Plano Diretor, a *transferência* do potencial construtivo poderá ser aplicada nos imóveis situados na:

- I. Zona Central;
 - II. Zona de Consolidação - Centro Expandido;
 - III. Zona Especial de Transição 1;
 - IV. Zona Especial de Transição 2;
 - V. Zona Ambiental e de Risco;
 - VI. Zona de Controle da Ocupação;
 - VII. Eixo da Avenida Bento Munhoz da Rocha;
- Parágrafo único.** Este instrumento urbanístico será utilizado preferencialmente para o *recebimento* de potencial em áreas indicadas que incidem na:

- I. Zona Central;
- II. Zona de Consolidação - Centro Expandido;
- III. Eixo da Avenida Bento Munhoz da Rocha;
- IV. Eixo Comercial e de Serviços;
- V. Eixo de Adensamento e Diversificação.

Art. 115 A transferência do potencial construtivo, a que se refere o art. 35 do Estatuto da Cidade, somente será autorizada para os seguintes fins:

- I. implantação e melhoramento de equipamentos públicos urbanos e comunitários, e espaços de uso público e lazer;
- II. preservação de imóvel ou área considerada de interesse histórico, paisagístico, social ou cultural;
- III. atendimento a programas de regularização fundiária, urbanização de áreas ocupadas por população de baixa renda e construção de habitações populares e de interesse social;
- IV. melhoria do sistema municipal de mobilidade.

§ 1º A mesma faculdade poderá ser concedida ao proprietário que doar ao Poder Público seu imóvel, ou parte deste, para os fins previstos nos incisos deste artigo.

§ 2º Independente da Zona e Eixo determinados como receptor ou transferidor de potencial, o Poder Público poderá definir outras áreas para aplicação do TPC, desde que atendam aos interesses citados no *caput* deste artigo.

Art. 116 A utilização do potencial construtivo passível de transferência, nos termos dispostos no Estatuto da Cidade, deverá obedecer ao coeficiente de equivalência entre os imóveis cedente e receptor, considerado o coeficiente máximo do lote receptor, devendo os documentos referentes à transferência e à alienação do direito de construir serem averbados no registro imobiliário, junto à matrícula do imóvel cedente e do receptor.

Seção V - Do Direito de Preempção

Art. 117 O Poder Público poderá exercer o direito de preempção para aquisição de imóvel urbano objeto de alienação onerosa entre particulares, nos termos dos artigos 25, 26 e 27 do Estatuto da Cidade.

Parágrafo único. Lei municipal indicará as áreas nas quais incidirá o direito de preempção, enquadrando-as em uma ou mais das finalidades estabelecidas no artigo 26 do Estatuto da Cidade, fixando o prazo de vigência e de renovação, após o decurso do prazo inicial, conforme estabelece a lei federal.

Seção VI - Da Operação Urbana Consorciada

Art. 118 Considera-se *operação urbana consorciada*, o conjunto de intervenções e medidas coordenadas pelo Poder Público Municipal, com a participação dos proprietários, moradores, usuários permanentes e investidores privados, com o objetivo de alcançar em uma área transformações urbanísticas estruturais, melhorias sociais e a valorização ambiental.

§ 1º As áreas do território municipal onde poderá ser aplicada a operação urbana consorciada serão definidas por legislações específicas que estabelecerão o respectivo plano, que terá, como conteúdo mínimo, o definido no art. 33 do Estatuto da Cidade.

§ 2º Poderão ser previstas nas operações urbanas consorciadas, entre outras medidas:

- I. a modificação de índices e características de parcelamento, uso e ocupação do solo e subsolo, bem como alterações das normas edílicas, considerado o impacto ambiental delas decorrente;
- II. a regularização de construções, reformas ou ampliações executadas em desacordo com a legislação vigente;
- III. a concessão de incentivos a operações urbanas que utilizam tecnologias visando à redução de impactos ambientais, e que comprovem a utilização, nas construções e uso de edificações urbanas, de tecnologias que reduzam os impactos ambientais e economizem recursos naturais, especificadas as modalidades de design e de obras a serem contempladas.

Art. 119 Consórcio Imobiliário é a forma de viabilizar planos de urbanização ou edificação por meio da qual o proprietário transfere ao Poder Público Municipal seu imóvel e, após a realização das obras, recebe, como pagamento, unidades imobiliárias devidamente urbanizadas ou edificadas.

§ 1º O valor das unidades imobiliárias, a serem entregues ao proprietário, será correspondente ao valor do imóvel antes da execução das obras.

§ 2º O Poder Público municipal poderá facultar ao proprietário da área atingida pela obrigação de parcelar, edificar ou utilizar compulsoriamente ou objeto de regularização fundiária urbana para fins de regularização fundiária, o estabelecimento de consórcio imobiliário como forma de viabilização financeira do aproveitamento do imóvel.

Seção VIII - Do Estudo de Impacto de Vizinhança

Art. 120 O Estudo de Impacto de Vizinhança - EIV destina-se à avaliação dos efeitos negativos e positivos decorrentes da implantação de empreendimento ou atividade econômica em um determinado local e a identificação de medidas para a redução, mitigação ou extinção dos efeitos negativos.

§ 1º A Lei Municipal específica define os empreendimentos e atividades privados ou públicos, em área urbana, que dependerão de elaboração de EIV para obtenção das licenças ou autorizações de construção, ampliação ou funcionamento, a cargo do Poder Público Municipal.

§ 2º A realização do Estudo de Impacto de Vizinhança não substituirá o Estudo de Impacto Ambiental e respectivo Relatório de Impacto Ambiental - EIA/RIMA nos casos exigidos pela legislação ambiental.

Art. 121 O Estudo de Impacto de Vizinhança deverá conter, no mínimo:

- I. definição dos limites da área impactada, em função do porte do empreendimento ou atividade, e das características quanto ao uso e sua localização;
- II. avaliação técnica quanto às interferências que o empreendimento ou atividade possa causar na vizinhança, na infraestrutura de saneamento básico, no sistema viário, no meio ambiente, na paisagem e no bem-estar da população;
- III. descrição das medidas mitigadoras dos impactos negativos decorrentes da implantação do empreendimento ou atividade e seus procedimentos de controle.

Seção IX - Sistema Municipal de Licenciamento, Monitoramento e Fiscalização Urbana

Art. 122 O órgão municipal de planejamento territorial do Município de Palmas, será responsável pela Política de Desenvolvimento Urbano ficará encarregada pelo controle e monitoramento do uso e da ocupação do solo e da gestão urbana do Município.

§ 1º Na realização de suas atividades o referido órgão atuará, no que couber, em regime de cooperação e parceria com os demais órgãos e entidades integrantes do Sistema Municipal de Monitoramento e Controle do Plano Diretor, bem assim com as unidades de governo responsáveis pelas áreas de meio ambiente e desenvolvimento rural e econômico.

§ 2º Cabe também ao mesmo órgão manter e coordenar ações para a implementação do Cadastro Territorial Multifinalitário.

Art. 123 São objetivos do Sistema Municipal de Licenciamento, Monitoramento e Fiscalização Urbana fortalecer a fiscalização, com a participação de corpo de fiscais específico ao qual será atribuída o encargo de exercer a vigilância sobre:

- I. uso, ocupação e parcelamento do solo e aplicação da legislação urbanística;
- II. acompanhamento permanente da ocupação e das tendências de crescimento do Município;
- III. monitoramento e avaliação da aplicação dos instrumentos de política urbana previstos nas áreas definidas neste Plano Diretor ou na Lei de Uso e Ocupação do Solo, principalmente os referentes a densidades e coeficientes de aproveitamento e, também, dos instrumentos de gestão urbana, sobretudo:
 - a) Parcelamento, Edificação ou Utilização Compulsórios (PEUC), inclusive o IPTU Progressivo no tempo;
 - b) Outorga Onerosa do Direito de Construir (OODC);
 - c) Outorga Onerosa de Alteração de Uso (OOAU);
 - d) Transferência do Potencial Construtivo (TPC);
 - e) Direito de Preempção;
 - f) Operações Urbanas Consorciadas;
 - g) Consórcio Imobiliário.

Art. 124 Constituem diretrizes para o licenciamento e fiscalização urbana:

- I. promover a capacitação contínua de fiscais, servidores e guardas municipais, bem como a conscientização da população, visando coibir a ocupação irregular das terras, inclusive a formação de assentamentos e condomínios não autorizados;
- II. promover a integração entre fiscalização urbanística e ambiental;
- III. proceder ao monitoramento e a avaliação dos instrumentos de controle urbanístico relacionados ao licenciamento e aos atos da fiscalização para verificação da aplicação e do cumprimento das leis, regulamentos, normas e instruções relacionados ao ordenamento territorial e urbano.

CAPÍTULO IV - DO SISTEMA DE MONITORAMENTO E CONTROLE DO PLANO DIRETOR

Art. 125 O Poder Público de Palmas implantará o Sistema de Monitoramento e Controle do Plano Diretor, que tem por objetivo promover o monitoramento contínuo da Política Urbana disposta nesta Lei, da seguinte forma:

- I. estruturar, gerenciar e analisar as informações municipais, relacionando-as aos princípios, diretrizes e objetivos desta Lei, a fim de verificar os resultados alcançados;
- II. acompanhar a execução e integração intersetorial de planos, programas, projetos urbanísticos, estudos e ações decorrentes de suas propostas.

Parágrafo único. Ato do Poder Público instituirá o Sistema de Monitoramento e Controle do Plano Diretor.

Art. 126 São diretrizes do Sistema de Monitoramento e Controle do Plano Diretor:

- I. acompanhar o desempenho alcançado a partir de indicadores estabelecidos para avaliar o resultado da implantação deste Plano Diretor, nos termos estabelecidos na Subseção Única deste Capítulo;
- II. fornecer informações necessárias à tomada de decisão sobre a necessidade de ajustes, adaptações ou revisões do Plano Diretor, de forma a contribuir para a melhoria da gestão municipal;
- III. articular as ações entre os diversos órgãos municipais, em específico, aquelas necessárias à implantação das disposições deste Plano Diretor;
- IV. celebrar convênios ou consórcios para estruturação do Sistema e para a viabilização de planos, programas e projetos;
- V. propor a convocação de reuniões intersetoriais e de conselhos municipais, quando necessário;
- VI. firmar convênios ou consórcios com Municípios vizinhos, para articulação de planos, programas e ações de interesse comum.

Art. 127 Integram o Sistema Municipal de Monitoramento e Controle do Plano Diretor os seguintes órgãos da estrutura administrativa municipal:

- I. a Secretaria Municipal de Planejamento Urbano e Habitação, como órgão responsável pelo Planejamento Territorial do Município, e pelo acompanhamento da implantação do Plano Diretor, e pelas revisões da legislação urbanística e coordenação das ações junto aos demais órgãos componentes do Sistema no que se refere ao uso e à ocupação do solo;
- II. os órgãos setoriais da administração municipal, vinculados direta ou indiretamente ao desenvolvimento urbano e ao meio ambiente, responsáveis pelas políticas públicas setoriais estabelecidas neste Plano Diretor.

Parágrafo único. O Sistema Municipal de Monitoramento e Controle do Plano Diretor é presidido pela Secretaria Municipal de Planejamento Urbano e Habitação, sendo que a esta compete a implantação, desenvolvimento e gerenciamento de mecanismos adequados de controle, medição e acompanhamento de desempenho da execução do Plano Diretor, durante sua vigência.

Art. 128 Além das competências de que trata o artigo anterior, compete a Secretaria Municipal de Planejamento Urbano e Habitação:

- I. coordenar as ações, visando à implantação e à implementação do Plano Diretor;
- II. propor normas e definir parâmetros que garantam a implementação e a continuidade dos estudos referentes ao planejamento do território, bem como

edificações, com galerias para pedestres e a ampliação das dimensões de calçadas.

Art. 19 Na Zona Central serão aplicáveis instrumentos urbanísticos instituídos pela Lei do Plano Diretor e regulamentados por leis municipais específicas, conforme indicações:

- será aplicável o instrumento da Transferência de Potencial Construtivo (TPC), com vistas a promover a preservação e a utilização das edificações de interesse histórico-cultural existentes na área, incluindo imóveis tombados, como o Museu Histórico de Palmas, bem como visa permitir uma ocupação mais adensada, com possibilidade de maior verticalização edilícia;
- será aplicável o instrumento da Outorga Onerosa do Direito de Construir (OODC), com o intuito de propiciar maior adensamento das áreas já dotadas de infraestruturas, equipamentos e serviços públicos, bem como para captar recursos financeiros que serão aplicados em ações de ordenamento, estruturação e qualificação da área urbana;
- será aplicável o conjunto de instrumentos do Parcelamento, Edificação ou Utilização Compulsórios (PEUC) e IPTU Progressivo no Tempo, nos imóveis não utilizados, não edificadas ou subutilizados da área central de Palmas, os quais tem acessibilidade às infraestruturas, serviços e equipamentos públicos.

Parágrafo único. Os imóveis não utilizados, não edificadas ou subutilizados, do inciso II do *caput*, são assim caracterizados de acordo com a lei municipal específica do Parcelamento, Edificação ou Utilização Compulsórios (PEUC) e IPTU Progressivo no Tempo e conforme o Coeficiente de Aproveitamento (CA) mínimo, constante na tabela de parâmetros de ocupação do solo, ANEXO III desta Lei.

Art. 20 Na ZC haverá flexibilização do número de vagas de estacionamento para os Usos Comercial e de Serviços de, no máximo, 20% (vinte por cento), conforme a quantidade mínima estabelecida no Código de Obras e Edificações.

CAPÍTULO II - DA ZONA DE CONSOLIDAÇÃO

Art. 21 (VETADO).

§ 1º A ocupação urbana da Zona de Consolidação é caracterizada por usos habitacionais, com presença de usos comerciais, de serviços e áreas de lazer dispersas e por lotes não utilizados, não edificadas ou subutilizados.

§ 2º A Zona de Consolidação tem como principais objetivos:

- promover a ampliação do caráter central para a área de seu entorno próximo, com vistas a consolidar um centro expandido;
- promover densidades construtiva e demográfica de média a alta da cidade, com enfoque à cidade sustentável compacta, frente ao acesso facilitado às redes de infraestruturas, equipamentos públicos e serviços urbanos existentes;
- promover a diversificação de atividades e os usos mistos;
- incentivar a consolidação, o adensamento e a verticalização da ocupação para otimizar o uso das infraestruturas, serviços e equipamentos existentes; elevar as densidades construtiva e demográfica.

Art. 22 Na Zona de Consolidação serão aplicáveis instrumentos urbanísticos instituídos pela Lei do Plano Diretor e regulamentados por leis municipais específicas, conforme indicações:

- será aplicável o instrumento da Transferência de Potencial Construtivo (TPC), com vistas a promover a preservação de áreas com interesse histórico e de proteção e preservação ambiental, bem como visa consolidar uma ocupação mais adensada, com possibilidade de verticalização edilícia;
- será aplicável o conjunto de instrumentos do Parcelamento, Edificação ou Utilização Compulsórios (PEUC) e IPTU Progressivo no Tempo, nos imóveis não utilizados, não edificadas ou subutilizados, os quais tem acessibilidade às infraestruturas, serviços e equipamentos públicos;
- serão aplicáveis Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS) - Tipo 2, com vistas à promoção de habitações populares e de interesse social.

Parágrafo único. Os imóveis não utilizados, não edificadas ou subutilizados, no inciso II do *caput*, são assim caracterizados de acordo com a lei específica do Parcelamento, Edificação ou Utilização Compulsórios (PEUC) e do IPTU Progressivo no Tempo e conforme o Coeficiente de Aproveitamento (CA) mínimo, constante na tabela de parâmetros de ocupação do solo, ANEXO III desta Lei.

CAPÍTULO III - DA ZONA RESIDENCIAL 1

Art. 23 (VETADO).

Parágrafo único. A Zona Residencial 1 tem como principais objetivos:

- consolidar usos habitacionais e de lazer em consonância com as condicionantes ambientais presentes no território, tais como a presença de corpos hídricos e áreas com vegetação nativa com interesse de preservação e conservação;
 - permitir o uso e a ocupação do solo desde que preservadas as áreas com relevância e fragilidade ambiental;
 - promover a ocupação de baixa densidade construtiva e demográfica;
 - articular a ocupação da área aos demais bairros e loteamentos urbanos através da estruturação viária local, em concordância com as diretrizes viárias indicadas pela Lei da Hierarquia do Sistema Viário Básico;
 - qualificar a paisagem urbana, através do investimento em espaços públicos livres e do incentivo à preservação de remanescentes de vegetação nativa.
- Art. 24** Na Zona Residencial 1 serão aplicáveis instrumentos urbanísticos instituídos pela Lei do Plano Diretor e regulamentados por leis municipais específicas, com o objetivo de promover a preservação de áreas com interesse de preservação e proteção ambiental e os remanescentes de vegetação, conforme indicações:
- a Transferência de Potencial Construtivo (TPC);
 - as Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS) - Tipo 2, com vistas à promoção de habitações populares e de interesse social.

CAPÍTULO IV - DA ZONA RESIDENCIAL 2

Art. 25 (VETADO).

§ 1º A paisagem urbana desta Zona caracteriza-se pela presença de importantes condicionantes físico-ambientais, tais como declividades elevadas,

corpos hídricos e remanescentes de vegetação nativa e pelo predomínio de usos habitacionais.

§ 2º A Zona Residencial 2 tem como principais objetivos:

- promover a ocupação urbana de baixa a média densidade, conciliando os usos diversos e a ocupação às condicionantes e fragilidades ambientais;
 - promover e consolidar os usos habitacionais;
 - estruturar e qualificar o uso e a ocupação do solo a partir de investimentos prioritários na área em obras de infraestruturas, em conformidade com as restrições físico-ambientais;
 - qualificar a paisagem urbana através do direcionamento de investimentos na implementação de novos espaços públicos livres e melhoria urbanística dos existentes;
 - promover incentivos à implementação e à padronização de passeios, à preservação de remanescentes de vegetação nativa;
 - promover a regularização fundiária e urbanística de espaços informais de moradia.
- Art. 26** Na Zona Residencial 2 serão aplicáveis os instrumentos instituídos pela Lei do Plano Diretor e regulamentados por leis municipais específicas:
- do Direito de Preempção;
 - das Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS) - Tipo 2, com vistas à promoção de habitações populares e de interesse social.

CAPÍTULO V - DA ZONA RESIDENCIAL 3

Art. 27 (VETADO).

Parágrafo único. A Zona Residencial 3 tem como principais objetivos:

- consolidar os usos habitacionais e articulá-los aos usos mistos ao longo do Eixo da Rua Capitão Paulo Araújo;
 - estruturar os usos e a ocupação do solo da zona mediante a qualificação e ampliação da infraestrutura viária existente;
 - promover a conformação de uma ocupação com média densidade construtiva e demográfica;
 - qualificar a paisagem urbana, através de incentivos à implementação e padronização de passeios, à preservação de remanescentes de vegetação nativa e à regularização urbanística de espaços informais de moradia.
- Art. 28** Na Zona Residencial 3 serão aplicáveis os instrumentos instituídos pela Lei do Plano Diretor e regulamentados por leis municipais específicas:
- do Direito de Preempção;
- VII.** das Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS) - Tipo 2, com vistas à promoção de habitações populares e de interesse social.

CAPÍTULO VI - DA ZONA RESIDENCIAL 4

Art. 29 (VETADO).

§ 1º A ocupação da Zona Residencial 4 é caracterizada pelo predomínio de usos habitacionais e usos comerciais e de serviço concentrados nas vias arteriais e coletoras.

§ 2º A ZR-4 tem como principais objetivos:

- consolidar os usos habitacionais;
- promover a diversificação de atividades e os usos mistos, vinculados à hierarquia viária;

III. incentivar a consolidação, o adensamento e a verticalização da ocupação para otimizar o uso das infraestruturas, serviços e equipamentos existentes;

IV. elevar as densidades construtiva e demográfica da área;

V. qualificar a paisagem urbana.

Art. 30 Na Zona Residencial 4 serão aplicáveis instrumentos urbanísticos instituídos pela Lei do Plano Diretor e regulamentados por leis municipais específicas, conforme indica:

- será aplicável o instrumento da Transferência de Potencial Construtivo (TPC), com vistas a promover e consolidar uma ocupação mais adensada na zona;
- será aplicável o conjunto de instrumentos do Parcelamento, Edificação ou Utilização Compulsórios (PEUC) e IPTU Progressivo no Tempo, nos imóveis não utilizados, não edificadas ou subutilizados, os quais tem acessibilidade às infraestruturas, serviços e equipamentos públicos;
- serão aplicáveis as Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS) - Tipo 2, com vistas à promoção de habitações populares e de interesse social.

Parágrafo único. Os imóveis não utilizados, não edificadas ou subutilizados, do inciso I do *caput*, são assim caracterizados de acordo com a lei municipal específica do Parcelamento, Edificação ou Utilização Compulsórios (PEUC) e do IPTU Progressivo no Tempo e conforme o Coeficiente de Aproveitamento (CA) mínimo, constante na tabela de parâmetros de ocupação do solo, ANEXO III desta Lei.

CAPÍTULO VII - DA ZONA DE CONTROLE DA OCUPAÇÃO

Art. 31 (VETADO).

Parágrafo único. A Zona de Controle da Ocupação tem como principais objetivos:

- admitir usos habitacionais, chácaras de lazer e atividades de características rurais, desde que em consonância com as condicionantes ambientais presentes no território, sobretudo, devido à presença do manancial de abastecimento público;
- tolerar usos industriais e habitacionais existentes, enquanto atividades toleradas, mediante análise de impacto e exigência de adequação de conduta com previsão de medidas compensatórias e/ou mitigadoras dos impactos gerados pelos empreendimentos à sub-bacia de abastecimento público de água;
- permitir a ocupação e o parcelamento do solo desde que atendidos aos parâmetros da legislação urbanística e desde que mantidas as baixas densidades construtiva e demográfica;
- qualificar a paisagem urbana através do investimento em infraestrutura básica e incentivos à preservação de remanescentes de vegetação.

Art. 32 O uso e a ocupação do solo na Zona de Controle da Ocupação deverão atender ao disposto nesta Lei e, e somente serão autorizados atividades e usos geradores de impacto nas áreas de mananciais de abastecimento público de água mediante a aprovação do Conselho Municipal de Urbanismo, Habitação e Meio Ambiente de Palmas, o qual estabelecerá a adoção de medidas compensatórias e a mitigação de possíveis impactos ambientais mediante o estabelecimento de Termo de Ajuste de Conduta (TAC).

Art. 33 Na Zona de Controle da Ocupação serão aplicáveis instrumentos instituídos pela Lei do Plano Diretor e regulamentados por leis municipais específicas, com o objetivo de promover a preservação da área de proteção de manancial de abastecimento, dos corpos hídricos e dos remanescentes de vegetação, conforme indicações:

- a Transferência de Potencial Construtivo (TPC);
- a Outorga Onerosa de Alteração de Uso, na alteração de uso rural para uso urbano.

CAPÍTULO VIII - DA ZONA DE DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL E TECNOLÓGICO

Art. 34 (VETADO).

Parágrafo único. A Zona de Desenvolvimento Industrial e Tecnológico tem como principais objetivos:

- incentivar a consolidação e a instalação dos usos industriais e de serviços de médio a grande porte em área propícia para estas finalidades;
- permitir e concentrar empreendimentos com impacto socioambiental positivo em área exclusiva;
- promover a implantação, qualificação e readequação da estruturação física e das redes de infraestruturas necessárias para o desenvolvimento das atividades industriais;
- propiciar o escoamento facilitado da produção através das rodovias estaduais PRC-280 e PR-449.

Art. 35 Na ZDIT será aplicável o instrumento do Direito de Preempção, instituído pela Lei do Plano Diretor de Palmas e regulamentado por lei municipal específica.

CAPÍTULO IX - DA ZONA INSTITUCIONAL

Art. 36 A Zona Institucional incide em áreas com instalações de instituições federais, estaduais e municipais.

§ 1º A Zona Institucional (ZI) abrange o entorno do acesso urbano, próximo da Avenida Bento Munhoz da Rocha Neto na área do Instituto Federal do Paraná (IFPR), a 15ª Companhia de Engenharia e Combate Mecanizada do Exército Brasileiro, a área do Parque de Exposições Pé Vermelho e do Parque Estadual de Palmas.

§ 2º A Zona Institucional tem como principais objetivos:

- promover os usos institucionais, conforme as legislações próprias incidentes nestas áreas, desde que compatíveis com as condicionantes territoriais e físico-ambientais locais;
- restringir o parcelamento do solo e a ocupação urbana;
- permitir atividades voltadas ao lazer público, desde que compatíveis com as condicionantes físico-ambientais locais;
- prever incentivos para a preservação de vegetação nativa;
- promover atividades de pesquisa científica, educação ambiental, recomposição florística e recuperação de áreas degradadas.

CAPÍTULO X - DA ZONA AMBIENTAL

Art. 37 A Zona Ambiental e de Risco incide sobre áreas com fragilidades físico-ambientais relevantes, tais como a presença de declividades elevadas, remanescentes de vegetação nativa e corpos hídricos.

Parágrafo único. A Zona Ambiental e de Risco tem como principais objetivos:

- prever incentivos para a preservação de remanescentes de vegetação nativa;
- recuperar áreas ambientalmente frágeis;
- restringir o parcelamento do solo e evitar a ocupação de áreas sujeitas à riscos ambientais;
- incentivar usos e atividades voltados para o lazer público, desde que compatíveis com as condicionantes físico-ambientais do entorno;
- promover atividades de pesquisa científica, educação ambiental, recomposição florística e recuperação de áreas degradadas;
- florística e recuperação de áreas degradadas;
- (VETADO).**

CAPÍTULO XI - DO EIXO DE ADENSAMENTO E DIVERSIFICAÇÃO

Art. 38 O Eixo de Adensamento e Diversificação compreende os lotes de frente para o trecho viário da Rua Carlos Seixas Saldanha, a partir de seu cruzamento com a Avenida Bento Munhoz da Rocha Neto, seguindo pela Rua Sete de Setembro e a Rua Capitão Paulo Araújo.

Parágrafo único. O Eixo de Adensamento e Diversificação tem como principais objetivos:

- promover os usos mistos;
 - incentivar usos comerciais e de serviços de pequeno e médio porte;
 - reduzir a dependência dos bairros urbanos exclusivamente dos serviços existentes na área central, a partir da distribuição linear de comércios e serviços;
 - elevar as densidades construtiva e demográfica de seu entorno imediato;
- Art. 39** No Eixo de Adensamento e Diversificação serão aplicáveis instrumentos urbanísticos instituídos pela Lei do Plano Diretor e regulamentados por leis municipais específicas, conforme indicações:
- será aplicável o instrumento da Transferência de Potencial Construtivo (TPC), com vistas a preservar os remanescentes vegetais e a promover uma ocupação mais adensada, com possibilidade de maior verticalização edilícia;
 - será aplicável o conjunto de instrumentos do Parcelamento, Edificação ou Utilização Compulsórios (PEUC) e IPTU Progressivo no Tempo, nos imóveis não utilizados, não edificadas ou subutilizados, os quais tem acessibilidade às infraestruturas, serviços e equipamentos públicos;
 - serão aplicáveis as Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS) - Tipo 2, com vistas à promoção de habitações populares e de interesse social.

Parágrafo único. Os imóveis não utilizados, não edificadas ou subutilizados, no inciso II do *caput*, são assim caracterizados de acordo com a lei específica do Parcelamento, Edificação ou Utilização Compulsórios (PEUC) e IPTU Progressivo no Tempo e conforme o Coeficiente de Aproveitamento (CA) mínimo, constante na tabela de parâmetros de ocupação do solo, ANEXO III desta Lei.

Art. 40 (VETADO).

CAPÍTULO XII - DO EIXO DE DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL E LOGÍSTICO

Art. 41 O Eixo de Desenvolvimento Industrial e Logístico abrange os lotes lineiores aos trechos urbanos das rodovias PRC-280 e PR-449, inseridos no perímetro urbano.

§ 1º O Eixo de Desenvolvimento Industrial e Logístico tem como principais objetivos:

- incetivar a consolidação dos usos industriais e de serviços de médio e grande porte no entorno dos trechos urbanos das rodovias PRC-280 e PR-449, considerando as condicionantes ambientais locais;
 - otimizar o uso da infraestrutura rodoviária existente para o escoamento da produção, sem prejuízos à mobilidade urbana;
 - promover a implantação de novas infraestruturas e qualificação da existente para o desenvolvimento das atividades industriais.
- § 2º** Os acessos das atividades lineíreas às rodovias somente serão autorizados a partir da rodovia ou das respectivas vias marginais, podendo ser aceita outra opção de acesso viário direto no caso da ausência da via marginal, desde que devidamente aprovado junto aos órgãos rodoviários.

Parágrafo único. Não poderão ser abertas vias paralelas a esses imóveis, isto é, perpendiculares às rodovias e vias rurais principais.

Art. 42 A profundidade máxima de ocupação dos lotes que compreendem o EDIL será de até 500m (quinhentos metros), a partir do final da caixa das rodovias e da via urbana.

Art. 43 Nos imóveis do Eixo de Desenvolvimento Industrial e Logístico será aplicável o instrumento do Direito de Preempção, instituído pela Lei do Plano Diretor de Palmas e regulamentado por lei municipal específica.

CAPÍTULO XIII - EIXO DA AVENIDA BENTO MUNHOZ DA ROCHA NETO

Art. 44 O Eixo da Avenida Bento Munhoz da Rocha Neto abrange os lotes de frente para esta avenida até o cruzamento desta com a Rua Carlos Saldanha Seixas.

§ 1º O Eixo da Avenida Bento Munhoz da Rocha Neto tem como principais objetivos:

- incentivar a implantação de atividades voltadas para o lazer, turismo de negócios, eventos e habitação transitória;
- promover a instalação de serviços e comércio de médio a grande porte, considerando as condicionantes ambientais locais e a mobilidade facilitada pela avenida;
- promover o aumento das densidades construtivas e demográficas em seu entorno imediato;
- distribuir e qualificar a dinâmica urbana no entorno do Instituto Federal do Paraná.

Art. 45 Nos imóveis do Eixo da Avenida Bento Munhoz da Rocha Neto serão aplicáveis instrumentos urbanísticos instituídos pela Lei do Plano Diretor e regulamentados por leis municipais específicas, conforme indicações:

- será aplicável o instrumento da Transferência de Potencial Construtivo (TPC), com vistas a preservar os remanescentes florestais e de vegetação nativa e a promover uma ocupação mais adensada, com possibilidade de maior verticalização edilícia;
- será aplicável o Direito de Preempção;
- serão aplicáveis as Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS) - Tipo 2, com vistas à promoção de habitações populares e de interesse social.

Art. 46 (VETADO).

CAPÍTULO XIV - DO EIXO COMERCIAL E DE SERVIÇOS

Art. 47 (VETADO).

Parágrafo único. O Eixo Comercial e de Serviços tem como principais objetivos:

- promover a instalação de comércio e serviço de pequeno e médio porte;
- distribuir e qualificar a dinâmica urbana na região do Lagoão;
- aproveitar a localização estratégica da via entre a área urbana consolidada e áreas de crescimento extensivo da ocupação urbana;
- (VETADO).**
- favorecer a geração de empregos e a dinâmica econômica do município.

Art. 48 No Eixo Comercial e de Serviços será aplicável a Transferência de Potencial Construtivo (TPC), de forma a promover maior densidade construtiva neste eixo e a possibilidade de maior verticalização edilícia.

CAPÍTULO XV - DAS ZONAS ESPECIAIS

Seção I - Da Zona Especial De Transição 1

Art. 49 A Zona Especial de Transição 1 (ZET-1).

Parágrafo único. A Zona Especial de Transição 1 tem como principais objetivos:

- incentivar a manutenção da ocupação de baixa densidade;
- controlar o parcelamento do solo para fins urbanos na zona;
- manter a ambiência urbano-rural e os usos e atividades de baixo impacto, em consonância com a preservação cultural e ambiental;
- promover a diversificação de usos compatíveis com o uso residencial, como comércio e serviços vicinais e áreas públicas de lazer e esporte;
- manter as características de transição urbano-rural em consonância com as condicionantes ambientais presentes no território, como a presença de áreas de várzea, corpos hídricos e remanescentes de vegetação nativa;
- garantir que a ocupação se mantenha em concordância com as restrições construtivas impostas pelo zoneamento da área do Aeródromo de Palmas;
- garantir que quaisquer intervenções, obras ou empreendimentos, públicos ou privados, independente da tipologia de uso, parcelamento ou ocupação, sejam obrigatoriamente submetidos aos protocolos de consulta prévia dos povos tradicionais residentes na zona;
- qualificar a paisagem urbana e a ocupação da área, através de investimentos prioritários em infraestruturas básicas, na manutenção dos espaços de interesse cultural aos povos tradicionais e incentivos à preservação de áreas frágeis e de remanescentes de vegetação nativa.

Art. 50 Na Zona Especial de Transição 1 será aplicável a Transferência de Potencial Construtivo (TPC), visando a preservação dos remanescentes de vegetação e as áreas ambientalmente frágeis da região.

Art. 51 A realização de quaisquer intervenções na área da Zona Especial de Transição 1 deverá respeitar o direito à Consulta Prévia dos Povos Tradicionais quilombolas, conforme estabelecido pela Decreto Presidencial nº 5.051/2004.

Parágrafo único. A Zona Especial de Transição 1 (ZET-1) constitui a parte inserida no Perímetro Urbano da Macrozona Especial de mesmo nome (MET-1), devendo atender aos dispositivos do Capítulo II, Título II desta Lei,

à Lei do Plano Diretor de Palmas e às demais legislações superiores correlatas.

Seção II - Da Zona Especial De Transição 2

Art. 52 (VETADO).

Parágrafo único. A Zona Especial de Transição 2 tem como principais objetivos:

- incentivar a manutenção da ocupação de baixa densidade;
- controlar o parcelamento do solo para fins urbanos na zona;
- manter as características de usos e de ocupação essencialmente rurais da zona, em consonância com as condicionantes ambientais e antrópicas, como a presença de áreas de várzea, corpos hídricos, remanescentes de vegetação nativa e de povos tradicionais;
- garantir que quaisquer intervenções, obras ou empreendimentos, públicos ou privados, independente da tipologia de uso ou de ocupação, sejam obrigatoriamente submetidos aos protocolos de consulta prévia dos povos tradicionais residentes na zona;
- qualificar a paisagem urbana e a ocupação da zona, através de investimentos prioritários em infraestruturas básicas, na manutenção dos espaços de interesse cultural aos povos tradicionais e incentivos à preservação de remanescentes de vegetação nativa;
- qualificar a paisagem através de investimentos em infraestruturas básicas e equipamentos públicos, manutenção dos espaços de interesse cultural aos povos tradicionais e incentivo à preservação de áreas frágeis e de remanescentes de vegetação nativa.

Art. 53 Na Zona Especial de Transição 2 será aplicável a Transferência de Potencial Construtivo (TPC), visando a preservação dos remanescentes de vegetação e as áreas ambientalmente frágeis da região.

Art. 54 A realização de quaisquer intervenções na área da Zona Especial de Transição 2 deverá respeitar o direito à Consulta Prévia dos Povos Tradicionais quilombolas, conforme estabelecido pela Decreto Presidencial nº 5.051/2004.

Parágrafo único. A Zona Especial de Transição 2 (ZET-2) constitui a parte inserida no Perímetro Urbano da Macrozona Especial de mesmo nome (MET-2), devendo atender aos dispositivos do Capítulo II, Título II desta Lei, à Lei do Plano Diretor de Palmas e às demais legislações superiores correlatas.

Seção III - Da Zona Especial De Interesse Social (Zeis)

Art. 55 As Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS) compreendem áreas do território municipal destinadas à recuperação urbanística, social e ambiental, à regularização fundiária de ocupação irregular existente, à implantação de habitações populares e de interesse social, de equipamentos comunitários, espaços públicos, serviços e comércio de caráter local, com os seguintes objetivos:

- incentivar a consolidação e a promoção de habitação digna e acessível para a população de baixa renda;
- promover a implantação e ampliação das redes de infraestruturas básicas necessárias para a regularização urbanística de espaços informais de moradia, desde que estes não estejam localizados em áreas que apresentem riscos à vida da população;

- III. facilitar o acesso da população de baixa renda aos equipamentos e aos serviços públicos;
- IV. promover a regularização fundiária - urbanística e jurídica - de assentamentos precários, a partir da flexibilização dos parâmetros urbanísticos locais;
- V. incentivar a consolidação e a implantação de empreendimentos habitacionais voltados à população de baixa renda.

Art. 56 A Zona Especial de Interesse Social, enquanto instrumento urbanístico instituído pela Lei Federal nº 10.257/2001 - Estatuto da Cidade e pela Lei do Plano Diretor de Palmas, apresenta duas tipologias distintas:

- I. ZEIS - TIPO 1, que tem como objetivo permitir maior flexibilização dos parâmetros urbanísticos para a Regularização Fundiária (REURB), demarcação urbanística e qualificação de assentamentos urbanos precários e vulneráveis existentes em Palmas;
- II. ZEIS - TIPO 2, que tem como objetivo a utilização de parâmetros específicos, mediante normas especiais de urbanização, ocupação e uso do solo, para a provisão de moradias populares e de interesse social.

§ 1º As ZEIS - TIPO 1, voltadas à regularização fundiária de ocupações existentes, serão regulamentadas por legislação municipal específica, podendo incidir em assentamentos consolidados precários em situação de vulnerabilidade social, ambiental e/ou fundiária, para os quais há interesse de regularização fundiária e/ou urbanística.

§ 2º As ZEIS - TIPO 2 poderão prover novas áreas para habitação popular e de interesse social em áreas específicas do zoneamento, sendo aplicável:

- I. na Zona de Consolidação;
- II. nas Zonas Residenciais 1, 2, 3 e 4;
- III. no Eixo de Adensamento e Diversificação;
- IV. no Eixo da Avenida Bento Munhoz da Rocha Neto.

§ 3º Somente poderão ser criadas novas Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS) em áreas que estejam consolidadas e incluídas como urbanas na Lei do Perímetro Urbano, há pelo menos 5 (cinco) anos, e em áreas que possuam redes de infraestruturas básicas, equipamentos e serviços públicos, ou em áreas incluídas em projeto de expansão destas melhorias urbanas.

§ 4º Novas Zonas Especiais de Interesse Social só poderão ser criadas, instituídas e regulamentadas pelo órgão municipal de habitação e/ou de planejamento territorial e aprovação do legislativo mediante lei municipal específica.

§ 5º Os projetos destinados às ZEIS e respectivos empreendimentos habitacionais populares e de interesse social, não ficarão isentos de análise quanto aos impactos que possam causar ao meio ambiente.

§ 6º O processo de tramitação de pedidos e de normas para avaliação e aprovação da criação e delimitação de Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS) será estabelecido mediante regulamento a ser expedido pela Prefeitura Municipal, através do órgão municipal de habitação e/ou de planejamento territorial.

Art. 57 Os parâmetros de uso e ocupação do solo das ZEIS constam nos ANEXOS III e IV, partes integrantes desta Lei.

Art. 58 Nas Zonas de Interesse Social (ZEIS), conforme dispõe a Lei do Plano Diretor, será permitida a flexibilização dos parâmetros urbanísticos de ocupação do solo, desde que previstas em projeto urbanístico específico e/ou

por programa municipal voltado à regularização fundiária, e após a análise técnica conjunta favorável dos órgãos municipais de planejamento e de habitação e mediante a aprovação pelo Conselho Municipal de Urbanismo, Habitação e Meio Ambiente e eventual exigência de contrapartidas urbanísticas.

Art. 59 Na recuperação, regularização fundiária e urbanização dos imóveis integrantes das ZEIS, e na implantação de habitações populares e de interesse social, deverão ser respeitadas as diretrizes estabelecidas por projeto urbanístico específico e/ou por programa municipal voltado à regularização fundiária, previstas no art. 27 da Lei Federal nº 11.266, de 16 de dezembro de 2004, devendo ser observadas:

- I. a situação socioeconômica da população;
- II. as restrições ambientais indicadas por impacto ambiental, nos termos da Lei Federal nº 10.257, de 10 de julho de 2001 - Estatuto da Cidade;
- III. a participação da comunidade de moradores durante o desenvolvimento de todas as etapas das medidas a que se refere o *caput* deste artigo.

Art. 60 Poderá ser admitida a regularização de empreendimentos já instalados no perímetro urbano, desde que se adequem às diretrizes e aos parâmetros desta Lei, a projetos e/ou programas municipais de regularização fundiária e aos estudos específicos realizados pelo órgão municipal responsável pelo planejamento territorial e aos dispositivos da Lei Federal nº 13.465/2017 e da legislação municipal específica.

§ 1º A regularização de empreendimentos do *caput* deste artigo será constituída na forma de unidades territoriais de urbanização específica, nos termos do artigo 3º da Lei Federal nº 6.766/1979 e dos dispositivos da Lei Federal nº 13.465/2017 e legislação municipal específica, incidindo sobre as mesmas as obrigações tributárias, edilícias e de posturas previstas para as atividades urbanas de Palmas.

§ 2º Deverão ser promovidos estudos para avaliar a possibilidade de regularização das áreas já ocupadas por ocupações irregulares e em situação de vulnerabilidade social, ambiental e fundiária, condicionada aos dispositivos da Lei do Plano Diretor.

§ 3º O prazo para as regularizações acima citadas é de 180 (cento e oitenta) dias a contar da data de publicação da Lei de Revisão do Plano Diretor de Palmas.

TÍTULO IV - DO USO DO SOLO URBANO

Art. 61 O uso do solo nas Zonas e Eixos urbanos está vinculado à garantia das funções sociais da propriedade e da cidade, expressas nas atividades de interesse ao desenvolvimento urbano e sustentável do município.

CAPÍTULO I - DA CLASSIFICAÇÃO DE USOS E ATIVIDADES

Art. 62 Para efeito desta Lei, o *uso do solo* é o conjunto das diversas atividades a serem desenvolvidas em cada Zona ou Eixo de acordo com a capacidade de harmonizar-se ou causar conflitos com os demais usos na vizinhança, especialmente aos usos habitacionais, sendo classificados quanto ao grau de adequação, natureza, uso, categoria e porte.

§ 1º Quanto ao grau de adequação à Zona ou Eixos, os usos são classificados em:

- I. PERMITIDOS: atividades compatíveis com as finalidades urbanísticas da área da Zona ou Eixo correspondente, sem restrições, que dependem apenas dos alvarás de construção e de funcionamento;
- II. PERMISSÍVEIS: atividades cuja compatibilidade com as finalidades da Zona ou Eixo correspondente deverá ser demonstrada segundo os critérios estabelecidos e analisados pelo Conselho Municipal de Urbanismo, Habitação e Meio Ambiente, qual poderá exigir medidas mitigadoras e/ou compensatórias, visando diminuir potenciais conflitos com o entorno, ou indicar parâmetros de ocupação iguais ou mais restritivos que aqueles estabelecidos para a Zona ou Eixo;
- III. PROIBIDOS: atividades inadequadas que, por sua categoria, porte ou natureza, são nocivas, perigosas, incômodas ou incompatíveis com as finalidades da Zona ou Eixo correspondente. São as atividades que não estão especificadas no Quadro do ANEXO IV desta Lei;
- IV. TOLERADOS: atividades que foram previamente licenciadas, porém, estão em desacordo com a legislação urbanística vigente, podendo ser classificadas como compatíveis ou incompatíveis:

- a) **(VETADO)**.
- b) **INCOMPATÍVEIS**: são aquelas que não se enquadram entre as atividades adequadas para a respectiva Zona ou Eixo, e que apresentam condições relativas a dimensionamento e funcionamento que descaracterizam e que comprometem a segurança e o sossego da vizinhança. No caso das atividades incompatíveis, será dado um prazo, pelo Conselho Municipal de Urbanismo, Habitação e Meio Ambiente, para que o proprietário adeque as atividades ao zoneamento previsto na presente Lei.

§ 2º Quanto à natureza das atividades, os usos são classificados em:

- I. PERIGOSOS: usos que podem dar origem a explosões, incêndios, trepidações, produção de gases, exalações e resíduos danosos à saúde, ou que possam pôr em perigo pessoas ou propriedades circunvizinhas;
- II. NOCIVOS: usos que impliquem na manipulação de ingredientes, matérias primas ou processos que prejudiquem a saúde ou cujos líquidos ou gases possam poluir a atmosfera, cursos d'água e solos;
- III. INCÔMODOS: usos que possam produzir ruídos, trepidações, poeiras, exalações ou conturbações no tráfego; poluição sonora, atmosférica, hídrica, geração de resíduos; exercício de atividade em desacordo com os condicionantes locais e com a legislação vigente, causando reação adversa sobre a vizinhança, tendo em vista suas condições habitacionais e vivências sociais.

§ 3º A aprovação dos USOS PERMISSÍVEIS com limitações será deliberada pelo Conselho Municipal de Urbanismo, Habitação e Meio Ambiente, podendo ser exigido estudo específico, como o Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV), durante o processo de análise e aprovação do empreendimento, visando determinar a compatibilidade do uso com o entorno. Caso seja comprovado que sua instalação não apresenta riscos, tampouco seja incômoda às atividades do entorno e desde que não contradiça ou interfira nos demais usos previstos para a zona, a mesma poderá ser aprovada pelos órgãos municipais competentes.

§ 4º Os USOS PERMISSÍVEIS deverão ter os Alvarás renovados a cada 2 (dois) anos, se mantiverem a mesma categoria, porte, natureza e ramo de atividade.

§ 5º São vedadas quaisquer obras de reformas e/ou ampliação da edificação existente que impliquem em acréscimo ou decréscimo da área construída do imóvel, mesmo que atendam aos parâmetros estabelecidos nesta Lei, sem a emissão de novos Alvarás de Construção e de Localização e Funcionamento.

Art. 63 Os usos que não constam indicados no Quadro de Parâmetros de Usos, no ANEXO IV, que estão listados nos exemplos do ANEXO V, são considerados PROIBIDOS para a respectiva Zona ou Eixo.

Parágrafo único. Os demais usos não explicitados na lista de exemplos do ANEXO V, são considerados casos omissos, os quais deverão ser submetidos à análise pelo Conselho Municipal de Urbanismo, Habitação e Meio Ambiente.

Art. 64 Os empreendimentos que englobem USOS MISTOS, habitacionais e outros usos não habitacionais, no mesmo lote, deverão ter acessos independentes e exclusivos para cada atividade distinta.

Art. 65 (VETADO).

Art. 66 As atividades e os empreendimentos geradores de impacto de vizinhança são aqueles, conforme o disposto no art. 37 da Lei Federal nº 10.257/2001, que, por seu porte ou natureza, possam causar impactos relacionados à sobrecarga na capacidade de atendimento da infraestrutura urbana e viária, bem como à deterioração das condições ambientais e da qualidade de vida do entorno da sua localização.

§ 1º A aprovação para o funcionamento dos empreendimentos que causem impacto somente será concedida pelo Município após parecer favorável do Conselho Municipal de Urbanismo, Habitação e Meio Ambiente, com a realização de um Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV), regulamentado por lei municipal específica.

§ 2º A classificação das atividades e dos empreendimentos geradores de impacto de vizinhança, os procedimentos e a regulamentação do EIV são definidos em legislação municipal específica.

Art. 67 Os usos do solo, segundo suas categorias, classificam-se em:

- I. HABITACIONAL: destinadas à habitação permanente, institucional ou transitória;
- II. COMUNITÁRIO: espaços, estabelecimentos ou instalações, públicas ou privadas, destinadas ao ensino, cultura, esporte, lazer, saúde, assistência social, culto religioso, edifícios públicos administrativos, dentre outros;
- III. COMERCIAL E DE SERVIÇOS: atividades caracterizadas pela relação de troca visando o lucro, estabelecendo-se a circulação de mercadorias, ou pelo emprego de mão-de-obra ou assistência de ordem intelectual e institucional;
- IV. INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO: atividades das quais resulta a produção de bens pela transformação de insumos;
- V. AGROPECUÁRIA: atividades caracterizadas pela produção de plantas, criação de animais, agroindústrias, aquicultura e similares;
- VI. EXTRATIVISTA MINERAL: atividades de extração mineral e de processamento de material mineral, cuja adequação à vizinhança depende de licenciamento ambiental e de análise de impacto, independente da área construída, as quais deverão atender às disposições e procedimentos de licenciamentos ambiental e mineral da

Agência Nacional de Mineração (ANM) e do órgão ambiental estadual, bem como deverão ser submetidos à análise e aprovação pelo Conselho Municipal de Urbanismo, Habitação e Meio Ambiente.

§ 1º Os parâmetros de usos por Zonas e Eixos são definidos no ANEXO IV e a exemplificação das atividades por tipologias de usos, consta no ANEXO V, partes integrantes desta Lei.

§ 2º As atividades não exemplificadas na lista do referido ANEXO V deverão ser analisadas e enquadradas nos usos conforme similaridade de funcionamento e/ou processo produtivo com aquelas previstas nesta listagem, devendo ser enquadradas a cargo do órgão municipal de planejamento territorial, tomando-se por critério a similaridade com outras atividades e o grau de impacto gerado à vizinhança.

§ 3º Em caso de discordância da classificação efetuada pelo órgão municipal de planejamento territorial, o requerente poderá entrar com recurso endereçado ao Conselho Municipal de Urbanismo, Habitação e Meio Ambiente.

CAPÍTULO II - DO USO HABITACIONAL

Art. 68 A categoria de uso habitacional compreende:

- I. HABITAÇÃO UNIFAMILIAR: edificação isolada destinada à moradia, com apenas 01 (uma) unidade habitacional por lote;
- II. HABITAÇÃO MULTIFAMILIAR: destinada à moradia coletiva, incluindo-se edificações conjugadas ou assobradadas, e ainda subdivididas em:
- a) CONDOMÍNIO EDÍLIO HORIZONTAL: corresponde aos conjuntos de unidades habitacionais autônomas dispostas em série, paralelas ou transversais ao alinhamento predial, geminadas ou não, com acesso comum dentro de um único imóvel, que determinam o surgimento de matrículas individualizadas, vinculadas a matrícula original do imóvel, com ou sem áreas internas comuns;
- b) CONDOMÍNIO EDÍLIO VERTICAL: edificações que comportam 02 (duas) ou mais unidades residenciais autônomas, dispostas verticalmente, com áreas de acesso e de circulação interna comuns, instaladas em uma ou mais torres, dentro de um único imóvel, que determinam o surgimento de matrículas individualizadas, vinculadas à matrícula original do imóvel;
- III. HABITAÇÃO TRANSITÓRIA: destinada a receber hóspedes mediante remuneração, subdividida em:
- a) HABITAÇÃO TRANSITÓRIA 01: *apart-hotel*, hotel, *hostel*, pousada, motel e similares;
- b) HABITAÇÃO TRANSITÓRIA 02: hotel-fazenda, pousada rural e similares;
- IV. HABITAÇÃO INSTITUCIONAL: destinada à assistência social, que abriguem estudantes, crianças, idosos e necessitados, como albergue, alojamento estudantil, asilo, orfanato, convento, seminário, internato, casa de repouso e similares.
- V. HABITAÇÃO POPULAR E DE INTERESSE SOCIAL: quando nelas existirem habitações unifamiliares ou multifamiliares definidas como Zona

Especial de Interesse Social (ZEIS), ou que atendam famílias com renda não superior a 3,5 (três e meio) salários mínimos para Habitação de Interesse Social, ou com renda não superior a 6 (seis) salários mínimos para Habitação Popular.

§ 1º Será exigido Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV), conforme disposto na legislação municipal específica que regulamenta este instrumento:

- I. para os Condomínios HORIZONTAIS, a partir de 30 (trinta) unidades habitacionais;
- II. para os Condomínios VERTICAIS, a partir de 40 (quarenta) unidades habitacionais;
- III. para os CONDOMÍNIOS DE LOTES, de qualquer porte.
- § 2º O porte dos usos de HABITAÇÃO TRANSITÓRIA E INSTITUCIONAL diferencia-se em:

- I. PEQUENO PORTE: área total construída de até 300m² (trezentos metros quadrados);
- II. GRANDE PORTE: área total construída acima de 300m² (trezentos metros quadrados).

§ 3º Será exigido Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV), conforme disposto na legislação municipal específica que regulamenta este instrumento:

- I. para Habitação Transitória e Institucional, com área total construída acima de 1.000m² (mil metros quadrados);
- II. para Habitação Transitória e Institucional, com número de vagas de estacionamento a partir de 100 (cem) vagas;
- III. para Habitação Transitória e Institucional, com capacidade de lotação superior a 1.000 (mil) pessoas.

§ 4º A edificação de HABITAÇÃO TRANSITÓRIA 1 que estiver classificada como de grande porte será permitida apenas em Vias Arteriais e Vias Coletoras, e deverá implantar acesso interno para efetuar as operações de embarque e desembarque, conforme especificações do Código de Obras e Edificações Municipal.

Art. 69 As habitações geminadas nas Zonas Residenciais 1 e 2 serão limitadas a 2 (duas) unidades habitacionais por lote.

Art. 70 Em edificações com uso habitacional multifamiliar, a partir de 30 (trinta) unidades, é obrigatória a implementação de sistema de reaproveitamento das águas pluviais para fins não potáveis.

Art. 71 Os usos de HABITAÇÃO INSTITUCIONAL relacionados à segurança pública, tais como penitenciárias, delegacia com carceragem e similares, deverão ser encaminhados para análise do Conselho Municipal de Urbanismo, Habitação e Meio Ambiente.

Art. 72 Segundo os art. 61 e 63 da Lei Federal nº 13.465/2017, pode haver em lotes, partes designadas de lotes que são propriedade exclusiva e partes que são propriedade comum dos condôminos.

§ 1º A fração ideal de cada condômino poderá ser proporcional à área do solo de cada unidade autônoma, ao respectivo potencial construtivo ou a outros critérios indicados no ato de instituição.

§ 2º **(VETADO)**.

§ 3º Para fins de incorporação imobiliária, a implantação de toda a infraestrutura ficará a cargo do empreendedor.

§ 4º **(VETADO)**.

CAPÍTULO III - DOS CONDOMÍNIOS HABITACIONAIS HORIZONTAIS

Art. 73 Os CONDOMÍNIOS HABITACIONAIS constituem divisões de gleba ou fracionamento de imóvel sob a forma de unidades autônomas e de frações ideais de uso comum dos condôminos, exceto para o Condomínio Horizontal de Pequeno Porte.

Parágrafo único. São configurados através de unidades autônomas dispostas em série, paralelas ou transversais ao alinhamento predial; térreas, assobradadas, geminadas ou não; com acesso comum exclusivo ou não, dentro de um único imóvel, que determinam o surgimento de matrículas individualizadas, vinculadas à matrícula original do imóvel; sendo destinadas a usos habitacionais, comerciais, de serviços ou uso misto, respeitadas os parâmetros de usos desta Lei.

Art. 74 A *unidade autônoma* consiste na soma da área exclusiva da unidade, edificada, vinculada a uma fração ideal de lote, e às áreas de uso comum, constituída de dependências e instalações de uso privativo e de parcela das dependências e instalações de uso comum.

Parágrafo único. A área comum total deverá ser distribuída igualmente entre todas as unidades do condomínio.

Art. 75 Nos condomínios, o *sublote* poderá abrigar mais de uma construção, desde que o somatório das áreas construídas das edificações não exceda à Taxa de Ocupação Máxima (TO Máxima) determinada para a Zona ou Eixo em que se localizar a gleba ou o lote a ser edificado, e desde que limite-se a uma única indicação fiscal imobiliária municipal, nos termos do disposto na Lei de Zoneamento de Uso e Ocupação do Solo.

Parágrafo único. O *sublote* é a unidade autônoma e a fração ideal, que corresponde ao *lote* de Condomínios Edifícios Horizontais e Condomínios de Lotes.

Art. 76 Os CONDOMÍNIOS EDÍLIOS HORIZONTAIS e DE LOTES são categorizados em:

- I. CONDOMÍNIO HORIZONTAL DE PEQUENO PORTE - DE RESIDÊNCIAS EM SÉRIE: é o fracionamento do imóvel sob a forma de unidades autônomas isoladas entre si, configurado através de habitações unifamiliares em série, térreas, assobradadas, geminadas ou não, com as seguintes configurações e portes:

a) RESIDÊNCIAS EM SÉRIE PARALELAS AO ALINHAMENTO PREDIAL: com até 8 (oito) unidades autônomas e acesso direto através da via pública;

b) RESIDÊNCIAS EM SÉRIE TRANSVERSAIS AO ALINHAMENTO PREDIAL: com 9 (nove) até 16 (dezesseis) unidades autônomas e acesso às respectivas áreas exclusivas através de via interna, realizada pelo empreendedor, concomitante à implantação das obras de infraestrutura;

c) RESIDÊNCIAS EM SÉRIE MISTO: aqueles compostos por unidades autônomas em série, paralelas e transversais ao alinhamento predial, com o limite de 16 (dezesseis) unidades autônomas, geminadas ou não, com acesso por via pública e por via interna, realizada pelo empreendedor, concomitante à implantação das obras de infraestrutura;

- II. CONDOMÍNIO HORIZONTAL DE MÉDIO PORTE: é o fracionamento do imóvel sob a forma de unidades autônomas isoladas entre si, configurado através de habitações unifamiliares, térreas, assobradadas, geminadas ou não, realizadas pelo empreendedor, concomitante à implantação das obras de infraestrutura, com 17 (dezessete) unidades autônomas até 30 (trinta) unidades autônomas, observando o limite da área total máxima de 10.000m² (dez mil metros quadrados);

- III. CONDOMÍNIO HORIZONTAL DE GRANDE PORTE: é o fracionamento do imóvel sob a forma de unidades autônomas isoladas entre si, configurado através de habitações unifamiliares, térreas, assobradadas, geminadas ou não, realizadas pelo empreendedor, concomitante à implantação das obras de infraestrutura, com 31 (trinta e uma) unidades autônomas até 50 (cinquenta) unidades autônomas, observando o limite da área total máxima de 30.000m² (trinta mil metros quadrados).

IV. **(VETADO)**.

Art. 77 As habitações geminadas são unidades de moradia contíguas que possuem uma parede em comum, sendo que:

I. **(VETADO)**;

- II. somente serão permitidas residências geminadas em lotes com testada para via pública devidamente regularizada e com infraestrutura básica;

III. **(VETADO)**.

Art. 78 Não serão admitidos lotes, reservas imobiliárias ou parcelas remanescentes sem destinação de uso com mais de 20.000m² (vinte mil metros quadrados) ou 10% (dez por cento) da área total do empreendimento.

Art. 79 Para os condomínios realizados com frente e acesso por Vias Arteriais e Vias Coletoras, conforme a hierarquia da Lei da Hierarquia do Sistema Viário Básico, ambas as unidades frontais à via de acesso ao empreendimento poderão conter usos comerciais e de serviços, para conformação de fachadas ativas.

§ 1º Caso atendido ao *caput* deste artigo poderá ser sobreposta uma unidade residencial a cada unidade comercial e de serviços.

§ 2º As unidades frontais de comércio e/ou de serviços deste empreendimento serão dispensadas de vagas de estacionamento.

Art. 80 Somente serão aprovados projetos para a implantação de condomínios edifícios por unidades autônomas desde que os mesmos contemplem os projetos das respectivas construções individualizadas, onde a ocupação total proposta atenda aos parâmetros estabelecidos na legislação municipal.

Art. 81 Deverá ser consultada a Lei de de Parcelamento e Uso do Solo quanto às demais exigências e parâmetros a serem atendidas pelo empreendedor para o projeto, aprovação e implantação dos referidos condomínios regulamentados por este Capítulo.

CAPÍTULO IV - USO COMUNITÁRIO

Art. 82 A categoria de uso comunitário compreende:

- I. COMUNITÁRIO 01: destinadas a atividades de ensino, esporte, cultura e lazer; tais como:
- a) ENSINO: berçário, pré-escola, centro de educação infantil, escola especial, estabelecimentos de ensinos fundamental e médio, campus universitário, escola técnica, escola rural, estabelecimento de ensino superior, ensino técnico e similares;
- b) ESPORTE, LAZER E CULTURA: piscina, auditório, casa de espetáculos artísticos, centro de recreação, estádio, centro de convenções, centro de eventos e exposições, cinema, museu, sede cultural, esportiva e recreativa, sociedade cultural, teatro, biblioteca, zoológico e similares;
- II. COMUNITÁRIO 02: destinadas a atividades de atendimento de saúde e assistência social, exceto habitação transitória; tais como: unidade de saúde, maternidade, pronto-atendimento, centro de referência de assistência social, atendimento de assistência social, ambulatório e similares;
- III. COMUNITÁRIO 03: destinadas a cultos religiosos, templos, capela mortuária e similares;
- IV. COMUNITÁRIO 04: edifícios públicos administrativos municipais, estaduais e federais.

§ 1º Os portes do USO COMUNITÁRIO 01 e do USO COMUNITÁRIO 02 diferenciam-se em:

- I. PEQUENO PORTE: área total construída até 400m² (quatrocentos metros quadrados);
- II. MÉDIO PORTE: área total construída acima de 400m² (quatrocentos metros quadrados) até 1.600m² (dois mil metros quadrados);
- III. GRANDE PORTE: área total construída acima de 1.600m² (dois mil metros quadrados).

§ 2º Os portes do USO COMUNITÁRIO 03 diferenciam-se em:

- I. PEQUENO PORTE: área total construída até 200m² (duzentos metros quadrados);
- II. GRANDE PORTE: área total construída acima de 200m² (duzentos metros quadrados).

§ 3º Para o USO COMUNITÁRIO 04 são admitidos todos os portes.

§ 4º Será exigido Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV) dos USOS COMUNITÁRIOS 01 E 02, quando de grande porte, e do USO COMUNITÁRIO 03 de qualquer porte, conforme a legislação municipal específica que regulamenta este instrumento.

§ 5º Os berçários, as pré-escolas e os centros de educação infantil poderão ser instalados em Vias Locais, devendo ser encaminhados para anuência do Conselho Municipal de Urbanismo, Habitação e Meio Ambiente, quando enquadrados na metragem de médio ou grande porte.

as disposições relativas à segurança contra incêndio e as normas das concessionárias de serviços públicos.

§ 2º Será permitida a construção de sacadas, balcões, beirais, floreiras e marquises em balanço até a projeção horizontal máxima de 1,50m (um metro e cinquenta centímetros) sobre recuos frontais e afastamentos obrigatórios, desde que mantidas livres as faixas não edificáveis referentes ao alargamento progressivo das vias, de acordo com a Lei da Hierarquia do Sistema Viário Básico, e desde que atendidas as distâncias mínimas para aberturas em relação às divisas estabelecidas no Código Civil e ANEXO III desta Lei.

§ 3º A área resultante da construção de sacadas, balcões, beirais, floreiras e marquises em balanço excedente a 6,00m² (seis metros quadrados) por unidade autônoma será computada para o cálculo do Coeficiente de Aproveitamento.

§ 4º As edificações indicadas no §1º deste artigo são removíveis sem ônus para o Município de Palmas e os projetos deverão indicar expressamente esta circunstância.

§ 5º As edificações previstas neste artigo não serão consideradas para fins de cálculo do coeficiente de aproveitamento.

§ 6º Será tolerada altura máxima de 5,00m (cinco metros) para as edificações destinadas a portarias, guaritas, bilheterias e toldos.

Seção VII - Dos Afastamento Das Divisas

Art. 113 O afastamento das divisas é a distância mínima perpendicular entre a edificação e as linhas divisórias laterais e de fundos do lote onde ela se situa, medida em metros, a ser mantida sem construções.

§ 1º O afastamento das divisas pode ser diferenciado para o embasamento (BASE) e os demais pavimentos da edificação (TORRE), conforme a Zona ou Eixo, disposto na Tabela de Parâmetros de Ocupação no ANEXO III desta Lei.

§ 2º Será permitida construção de edícula no afastamento de lateral ou de fundo, pois constitui parte do embasamento (BASE), desvinculada da TORRE da edificação.

§ 3º Quando houver abertura, deverá ser mantida distância mínima de 1,50m (um metro e cinquenta) de afastamento das divisas.

§ 4º Quando não houver abertura, o afastamento das divisas para a BASE da edificação não é obrigatório.

§ 5º Para edificações com altura superior a 4 (quatro) pavimentos, o cálculo dos afastamentos mínimos de todas as divisas deverá obedecer a seguinte fórmula:

Afastamento mínimo do pavimento = H/8

Sendo:

H = altura da edificação, medida em metros, a partir do nível do pavimento térreo até o nível de cobertura do último pavimento, sendo desconsideradas as alturas de caixas d'água, dutos e chaminés, quando estes estiverem afastados dos limites da edificação

§ 6º Sacadas e balcões são considerados aberturas para fins de aplicação desta Lei.

Art. 114 As edificações de madeira deverão obedecer a um afastamento mínimo de 2,00m (dois metros) das divisas laterais e de fundo do lote e um afastamento mínimo de 5,00m (cinco metros) de outra edificação de madeira, independentemente da existência de aberturas, atendendo ao disposto no Código de Obras e Edificações Municipal.

Art. 115 O Conselho Municipal de Urbanismo, Habitação e Meio Ambiente poderá reduzir ou dispensar o afastamento quando houver construções vizinhas implantadas junto à divisa lateral e de fundos ou nos casos de regularização da edificação existente, sem prejuízo das edificações vizinhas.

Parágrafo único. (VETADO).

CAPÍTULO IV - DAS CONDIÇÕES ESPECIAIS DE OCUPAÇÃO DO LOTE

Art. 116 Objetivando a proteção e a preservação do Patrimônio Cultural, Natural e Ambiental de Palmas, ao imóvel que compõe esse patrimônio, poderá ser estabelecida condição especial de ocupação ou autorizado, pelo órgão municipal competente, a transferência a terceiros do potencial construtivo parcial ou total permitido no imóvel objeto de limitações.

Parágrafo único. Considera-se condição especial de ocupação do lote a autorização dada pelo Poder Público Municipal para edificar com parâmetros construtivos especiais, em virtude da existência de restrições legais, ambientais ou urbanísticas sobre o imóvel.

Art. 117 As condições especiais de ocupação do lote se aplicam aos seguintes objetivos:

- I. preservação e proteção do patrimônio ambiental natural ou cultural;
- II. desapropriação parcial ou total de imóveis necessários a:
 - a)adequação do sistema viário básico;
 - b)instalação de equipamentos urbanos e comunitários de uso público.

Art. 118 Constitui o patrimônio ambiental natural e cultural do Município de Palmas, o conjunto de bens existentes em seu território, de domínio público ou privado, cuja proteção e preservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história, quer por seu significativo valor arqueológico, artístico, arquitetônico, etnográfico, natural, paisagístico ou ambiental.

Art. 119 Legislação municipal específica tratará das condições especiais de ocupação dos lotes enquadrados neste capítulo.

Parágrafo único. Enquanto não houver legislação específica sobre o tema, caberá ao Conselho Municipal de Urbanismo, Habitação e Meio Ambiente, ouvidos os órgãos municipais de planejamento e de meio ambiente, quando for o caso, estabelecer as condições especiais de ocupação do lote.

Art. 120 Em caso de atingimento do lote por projeto de adequação do sistema viário, o coeficiente de aproveitamento será calculado com base na área original do lote, desde que o proprietário transfira sem ônus para o Município a propriedade da área atingida.

TÍTULO VI - DA PRESERVAÇÃO DE ÁREAS FRÁGEIS AMBIENTAIS E FUNDOS DE VALE

Art. 121 Os fatores urbanísticos e ambientais que implicam em fragilidade ambiental e na inaptidão do território à ocupação são regulados por legislação federal e estadual.

Parágrafo único. São consideradas áreas com fragilidade ambiental sujeitas ao controle do parcelamento do solo e da ocupação urbana:

- I. quanto à declividade do solo:
 - a)áreas com declividade acentuada, superior a 30% (trinta por cento), com propensão ao desenvolvimento de processos erosivos;
 - b)áreas com declividade inferior a 5% (cinco por cento), que configurem aluviões, terraços aluvionares e solos hidromórficos;
 - c)(VETADO).
 - d)(VETADO);
- II. quanto à geotecnia:
 - a)solos aluvionares, que coincidem com as porções de solos hidromórficos com lençol freático próximo da superfície;
 - b)terraços aluvionares em áreas onde as cotas de inundação se sobrepõem;
- III. quanto às Unidades de Conservação, área de manancial de abastecimento público e demais áreas verdes:
 - a)sub-bacias dos mananciais de abastecimento público de água;
 - b)Refúgio de Vida Silvestre (RVS) dos Campos de Palmas;
 - c)Parque Estadual de Palmas;
 - d)Parque Municipal da Gruta;
 - e)maciços vegetais, bosques e remanescentes florestais de araucárias e vegetais de espécies nativas;
 - f) reservas legais;
- IV. quanto à hidrografia:
 - a)áreas de foz e de várzea de rios e córregos;
 - b)áreas incluídas na curva de recorrência de inundação dos rios;
 - c)áreas de preservação permanente (APPs) de, no mínimo, 30m (trinta metros) às margens de rios;
 - d)áreas de preservação permanente (APPs) de, no mínimo, 50m (cinquenta metros) no entorno das nascentes;
 - e)áreas de entorno do reservatório de água, decorrentes de barramento e do represamento de cursos d'água naturais naturais, conforme definição estabelecida nas licenças ambientais dos empreendimentos;
 - f) áreas úmidas.

Art. 122 Para os efeitos de proteção necessária dos recursos hídricos do Município ficam definidas as faixas de drenagem dos cursos d'água e fundos de vale, de forma a garantir o perfeito escoamento das águas pluviais das bacias hidrográficas e preservação de áreas verdes.

§ 1º As faixas de terreno destinadas à preservação e reconstituição das matas ciliares em torno das nascentes e ao longo dos cursos d'água que se encontram dentro do perímetro urbano de Palmas, terão largura mínima de:

- I. 15,00m (quinze metros) para os cursos d'água com menos de 10,00m (dez metros) de largura;
- II. 50,00m (cinquenta metros) para os cursos d'água que tenham de 10,00m (dez metros) a 50,00m (cinquenta metros) de largura;

- III. 100,00m (cem metros) para os cursos d'água que tenham de 50,00m (cinquenta metros) a 200,00m (duzentos metros) de largura;
- IV. 50,00m (cinquenta metros) de raio contornando a cobertura ou nascentes dos rios, exceto quando já houver aruamento em torno destas, sendo então o limitante da faixa de preservação.

§ 2º (VETADO).

§ 3º Nos cursos d'água canalizados, cobertos ou entubados, deverá ser prevista uma faixa de manutenção não edificável de, no mínimo, 5,00m (cinco metros) para cada lado das paredes da canalização.

§ 4º (VETADO).

Art. 123 As faixas de drenagem deverão obedecer aos seguintes requisitos especiais:

- I. apresentar largura mínima de forma de acomodar satisfatoriamente um canal aberto (valeta), cuja seção transversal seja capaz de escoar as águas pluviais da bacia hidrográfica a montante do ponto considerado.
- II. para a determinação de seção de vazamento, deverá a bacia hidrográfica ser interpretada como totalmente urbanizada e ocupada.
- III. os elementos necessários aos cálculos de dimensionamento hidráulico, tais como intensidade das chuvas, coeficiente de distribuição das chuvas, tempo de recorrência, e outros, serão definidos pelo órgão técnico competente, levando sempre em consideração as situações críticas.

Art. 124 As áreas a serem loteadas e que apresentarem cursos d'água ou córrego ou mesmo em de qualquer porte ou fundos de vale, deverão receber as diretrizes de arruamento vinculadas às normas de proteção que trata o presente título.

Art. 125 O Município, a seu critério, poderá condicionar a permissão de obras de ampliação nos lotes existentes às margens já comprometidas dos cursos d'água, à feitura de obras de recuperação nos mesmos.

TÍTULO VII - DOS ALVARÁS, DO LICENCIAMENTO DE ESTABELECIMENTOS COMERCIAIS, DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E INDUSTRIAIS

Art. 126 Nenhum estabelecimento comercial, de prestação de serviços ou industrial poderá funcionar sem prévia licença da Prefeitura Municipal, a qual só será concedida se observadas as disposições desta Lei quanto ao uso do solo previsto para cada zona e demais normas legais e regulamentares pertinentes.

Art. 127 A tramitação dos processos de licença para localização e funcionamento de estabelecimento comercial, de prestação de serviços ou industrial, compreenderá as seguintes etapas:

- I. solicitação, pelo interessado, do Alvará de Localização e Funcionamento, através de formulário próprio, que deverá especificar com clareza:
 - a)o ramo do comércio ou da indústria ou o tipo de serviço a ser prestado;
 - b)o local em que o requerente pretende exercer sua atividade;
 - c)a área do estabelecimento para efeito de fiscalização sanitária;
- II. análise e expedição do Alvará por parte da Prefeitura Municipal.

Art. 128 O Alvará de Localização e Funcionamento será expedido somente se obedecidas as seguintes condições:

- I. dispor de projeto aprovado, Certificado de Conclusão de Obras e Vistoria (CVCO), abertura de firma e negativa de débitos municipais;
- II. apresentar no departamento competente da Prefeitura Municipal:
 - a)Vistoria do Corpo de Bombeiros do Estado do Paraná;
 - b)Vistoria da Vigilância Sanitária;
 - c)Placa, quando for o caso, colocada na entrada do estabelecimento, disposta em local visível, com indicação da lotação máxima.

Parágrafo único. A lotação máxima do estabelecimento será determinada pelo órgão competente, conforme projeto de prevenção apresentado e de responsabilidade do empreendedor/proprietário.

Art. 129 Os usos das edificações que contrariam as disposições desta Lei serão avaliados pela equipe técnica da Prefeitura e pelo Conselho Municipal de Urbanismo, Habitação e Meio Ambiente e, conforme a viabilidade, será estabelecido um prazo para sua regularização ou adequação.

§ 1º Para os usos que forem considerados inviáveis de serem regularizados não será renovado o Alvará de Localização e Funcionamento.

§ 2º Cabe à Prefeitura, dentro do prazo de 1 (ano) anos após a publicação desta Lei, os procedimentos para regularizar o exposto neste artigo.

Art. 130 Será proibida toda ampliação ou reforma nas edificações cujos usos contrariam as disposições desta Lei, sendo que a concessão de Alvará para construir ou reformar edificações de uso residencial, comercial, de prestação de serviços ou industrial somente poderá ocorrer com observância às normas de uso e ocupação do solo urbano estabelecidas nesta Lei.

Parágrafo único. O não cumprimento das normas de que trata o *caput* deste artigo implicará na incidência das penalidades previstas no Capítulo "Das Penalidades", Título VII desta Lei.

Art. 131 Os Alvarás de Construção expedidos anteriormente a esta Lei serão respeitados enquanto vigorarem.

Art. 132 Os Alvarás de Localização e Funcionamento de estabelecimentos comercial, de prestação de serviços ou industrial serão concedidos sempre a título precário.

Parágrafo único. Os Alvarás a que se refere o presente artigo poderão ser cassados, desde que o uso demonstre reais inconvenientes, que contrariem as disposições desta Lei ou demais leis pertinentes, sem direito a nenhuma espécie de indenização por parte do município.

Art. 133 A permissão para a localização de qualquer atividade considerada como perigosa, nociva ou incômoda, conforme dispõe o Capítulo I, Título IV desta Lei, dependerá de aprovação do projeto completo, quando for o caso, pelos órgãos federais, estaduais ou municipais competentes, além das exigências específicas para cada caso, devendo ainda ter o parecer da equipe técnica da Prefeitura e do Conselho Municipal de Urbanismo, Habitação e Meio Ambiente.

Art. 134 Nenhuma edificação já tombada localizada na Zona Central (ZC) poderá ser demolida ou reformada sem prévio parecer da Coordenação Estadual do Patrimônio Histórico, até que o Poder Executivo promova o levantamento e o mapeamento, bem como a regulamentação legal pertinente ao tombamento e preservação das construções de valor artístico, histórico ou cultural nela existentes, submetendo-os à aprovação da Câmara Municipal.

Art. 135 Qualquer alteração no sistema viário ou construção de obras, a serem realizadas por concessionárias ou permissionárias, no leito ou às margens das

rodovias que usam ou ocupam o solo no perímetro urbano de Palmas, deverá ser apresentado o respectivo projeto ao Poder Executivo Municipal, que ouvirá o Conselho Municipal de Urbanismo, Habitação e Meio Ambiente e realizará Audiência Pública sobre a conveniência e a oportunidade da proposta, como condição para sua aprovação.

CAPÍTULO ÚNICO - DAS PENALIDADES

Art. 136 Todo cidadão que cometer qualquer infração relacionada ao disposto nesta Lei estará sujeito à aplicação das penalidades descritas neste Capítulo.

Art. 137 Ocorrendo qualquer infração, o encarregado da fiscalização fará uma comunicação preliminar ao infrator, através de Notificação de Infração, devendo a situação ser regularizada no prazo que lhe for determinado.

Parágrafo único. Ao autuado assiste o direito de recorrer, no prazo determinado na notificação, apresentando defesa junto à Prefeitura Municipal, a qual emitirá parecer, num prazo máximo de 15 (quinze dias), informando ao autuado o resultado.

Art. 138 Caso ocorra decurso do prazo ou não seja cumprida a Notificação de Infração, o encarregado lavrará o Auto de Infração, com a respectiva aplicação de multa.

§ 1º A multa a que se refere este artigo poderá variar entre 5 (cinco) e 55 (cinquenta e cinco) UFM (Unidade Fiscal do Município).

§ 2º O pagamento da multa não eximirá o responsável das demais cominações legais, nem sana a infração, ficando o infrator sujeito a regularizar a situação de acordo com as disposições vigentes.

§ 3º A persistência da infração ou a reincidência específica da mesma acarretará, ao responsável, multa no valor do dobro da anterior e assim sucessivamente.

Art. 139 Para graduar a multa, quando da sua aplicação, ter-se-á em vista que:

- I. as multas de maior gravidade estão relacionadas com construções executadas sem alvarás, construções executadas em desacordo com a presente lei, localização de atividades sem solicitação de Alvará de Localização e Funcionamento, mudança de atividade sem consulta prévia à Prefeitura Municipal;
- II. a reincidência do infrator caracteriza a nova multa como grave.

Art. 140 Lavrado o Auto de Infração ou após ser indeferido o recurso, e comunicado o infrator, este, a partir da data da comunicação, deverá efetuar o recolhimento amigável da multa dentro de 5 (cinco) dias úteis, caso contrário será feita a cobrança judicial.

Art. 141 Os débitos decorrentes de multas não pagas nos prazos regulamentares serão atualizados nos seus valores monetários, na base dos coeficientes de correção monetária que estiverem em vigor na data de liquidação das importâncias devidas.

TÍTULO VIII - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 142 Os limites entre as Zonas indicados no Mapa de Zoneamento poderão ser ajustados, quando necessário, para conferir maior precisão ou para se

obter melhor adequação no sítio onde se propuser a alteração, considerando-se as o cadastro municipal de lotes, as divisas dos imóveis, o sistema viário ou a ocorrência de elementos naturais e outros fatores condicionantes, mediante a emissão de parecer técnico do órgão municipal de de planejamento territorial e aprovação do Conselho Municipal de Urbanismo, Habitação e Meio Ambiente.

Art. 143 Nos casos da regularização de edificações, nas condições estabelecidas pelo Plano Diretor, o Conselho Municipal de Urbanismo, Habitação e Meio Ambiente, enquanto não houver legislação específica, poderá admitir parâmetros menos restritivos que o disposto nesta Lei, desde que de caráter oneroso.

Parágrafo único. Os critérios para a regularização de edificações, assim como o caráter oneroso serão objeto de regulamentação específica.

Art. 144 Os parâmetros urbanísticos de uso e ocupação do solo e as demais normas contidos nas Leis Municipais nº 1.795/2008, bem como em suas respectivas alterações, manterão sua validade para:

I. projetos já licenciados;

II. (VETADO).

Art. 145 Os casos omissos desta Lei serão analisados pelo Conselho Municipal de Urbanismo, Habitação e Meio Ambiente através de decisão motivada e considerando os princípios adotados pelo Plano Diretor de Palmas e pela presente Lei.

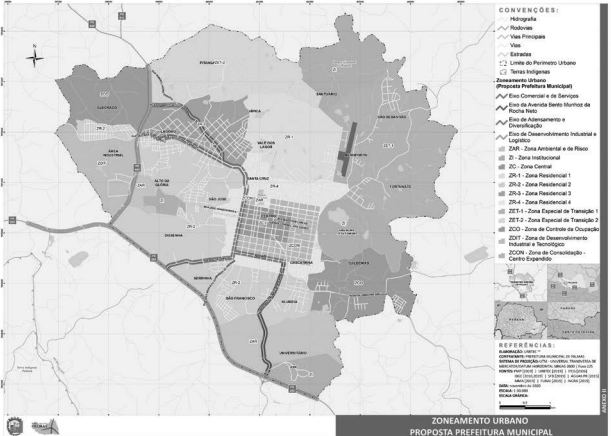
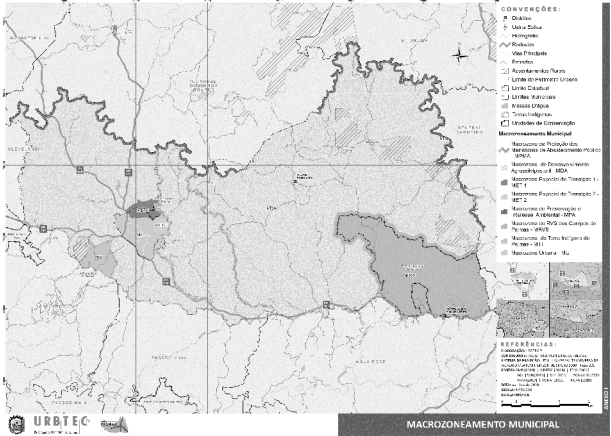
Art. 146 (VETADO)

Art. 147 Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Palmas, 29 de dezembro de 2021.

José Maria de Araújo Perpétuo Filho

Presidente do Legislativo



Anexo II - Mapa do Zoneamento Urbano.

(VETADO).

ANEXO III - TABELA DE PARÂMETROS DE OCUPAÇÃO DO SOLO - ZONEAMENTO URBANO

| PARÂMETROS DE USO DO SOLO | | |
|---------------------------|---|--|
| NOMES DAS ZONAS E EIXOS | USOS PERMITIDOS | USOS PERMISSÍVEIS |
| | construída acima de 400m² até 1.600m²) Comunitário 03 - Cultos Religiosos e Templos (Pequeno porte - área construída até de 200m²) Comunitário 04 - Edifícios Públicos Administrativos (Qualquer porte) Industrial de Transformação 01 (Pequeno porte - área construída até 200m²) Industrial de Transformação 02 (Pequeno porte - área construída até 200m²) Industrial de Elevada Intensidade Tecnológica (Pequeno porte - área construída até 200m²) Industrial de Transformação 01, 02, 03 e 04 (Qualquer porte consolidadas) | |
| ZONA RESIDENCIAL 1 | Habitacional Unifamiliar Habitação Popular e de Interesse Social Condomínio Edifício Horizontal e de Lotes (Pequeno porte - até 8 residências em série paralelas ao alinhamento predial, geminadas ou não, todas com acesso direto à via pública) Condomínio Edifício Horizontal e de Lotes (Pequeno Porte - de 9 até 16 unidades habitacionais em série, transversais ao alinhamento predial, geminadas ou não, com acesso através de via interna) Condomínio Edifício Horizontal e de Lotes (Médio porte - de 17 | Condomínio Edifício Horizontal e de Lotes (Grande Porte - até 31 até 50 unidades habitacionais) Habitacional Transitório 01 (<i>apart-hotel</i> , hotel, <i>hostel</i> , pousada, motel) Habitacional Institucional (albergue, alojamento, asilo, casas do estudante ou de repouso, orfanato, convento, seminário, internato) Comercial e de Serviço de Bairro (Médio porte - área construída acima de 200m² até 600m²) Comunitário 02 - Saúde e Assistência Social (Grande porte - Área Construída acima de 1.600m²) Serviços intensivos em conhecimento técnico-científico |

| PARÂMETROS DE USO DO SOLO | | |
|---------------------------|---|---|
| NOMES DAS ZONAS E EIXOS | USOS PERMITIDOS | USOS PERMISSÍVEIS |
| | até 30 unidades habitacionais) Condomínio Edifício Horizontal e de lotes (Pequeno porte – até 8 unidades) Condomínio Edifício Horizontal e de lotes (Pequeno porte – de 9 até 16 unidades) Condomínio Edifício Horizontal e de lotes (Médio porte – de 17 até 30 unidades) Condomínio Edifício Horizontal e de lotes (Grande porte – acima de 31 unidades) Condomínio Edifício Horizontal e de lotes (Porte especial – até 100 unidades) Comercial e de Serviço Vicinal (Pequeno porte - área construída até 200m²) Comunitário 01 - Ensino, Esporte, Cultura e Lazer (Pequeno porte - área construída até 400 m²) Comunitário 01 - Ensino, Esporte, Cultura e Lazer (Médio porte - área construída acima de 400m² até 1.600m²) Comunitário 01 Ensino, Esporte, Cultura e Lazer (Grande porte - área construída acima de 1.600m²) Comunitário 02 - Saúde e Assistência Social (Pequeno porte - área construída até 400m²) Comunitário 02 - Saúde e Assistência Social (Médio porte - área construída acima de 400m² até 1.600m²) Comunitário 03 - Cultos Religiosos e Templos (Pequeno porte - | Serviços Específicos 01 (crematórios, ossários e similares) Serviços Específicos 03 (aeroporto, aeródromos, clubes de <i>golf</i> , pista de <i>motocross</i>) Serviços Específicos 04 (infraestruturas urbanas de energia, água, esgoto, resíduos) Industrial de Transformação 01 (Pequeno porte - área construída até 200m²) Industrial de Transformação 02 (Pequeno porte - área construída até 200m²) Industrial de Elevada Intensidade Tecnológica (Pequeno porte - área construída até 200m²) |

| PARÂMETROS DE USO DO SOLO | | |
|------------------------------|---|--|
| NOMES DAS ZONAS E EIXOS | USOS PERMITIDOS | USOS PERMISSÍVEIS |
| | Área Construída até de 200m²) Comunitário 03 - Cultos Religiosos e Templos (Grande porte - área construída acima de 200m²) Comunitário 04 - Edifícios Públicos Administrativos (Qualquer porte) Industrial de transformação 01,02,03 e 04 (Qualquer porte consolidadas) | |
| ZONA ESPECIAL DE TRANSIÇÃO 1 | Habitacional Unifamiliar Comercial e de Serviço Vicinal (Pequeno porte - área construída até 200m²) Comunitário 01 - Ensino, Esporte, Cultura e Lazer (Pequeno porte - área construída até 400 m²) Comunitário 01 - Ensino, Esporte, Cultura e Lazer (Médio porte - área construída acima de 400m² até 1.600m²) Comunitário 02 - Saúde e Assistência Social (Pequeno porte - área construída até 400m²) Comunitário 03 - Cultos Religiosos e Templos (Pequeno porte - área construída até de 200m²) Industrial de transformação 01,02,03 e 04 (Qualquer porte consolidadas) | Habitação Popular e de Interesse Social Condomínio Edifício Horizontal (Pequeno porte - até 8 residências em série paralelas ao alinhamento predial, geminadas ou não, todas com acesso direto à via pública) Habitacional Transitório 01 (<i>apart-hotel</i> , hotel, <i>hostel</i> , pousada, motel) Habitacional Transitório 02 (hotel-fazenda, pousada rural e similares) Serviços Específicos 01 (crematórios, ossários e similares) Serviços Específicos 03 (aeroporto, aeródromos, clubes de <i>golf</i> , pista de <i>motocross</i>) Serviços Específicos 04 (infraestruturas urbanas de energia, água, esgoto, resíduos) Comunitário 01 - Ensino, Esporte, Cultura e Lazer (Grande porte - área construída acima de 1.600m²) Comunitário 02 - Saúde e Assistência Social (Médio porte - área construída acima de 400m² até 1.600m²) Comunitário 03 - Cultos Religiosos e Templos (Grande porte - área construída |

| PARÂMETROS DE USO DO SOLO | | |
|------------------------------|---|---|
| NOMES DAS ZONAS E EIXOS | USOS PERMITIDOS | USOS PERMISSÍVEIS |
| | | acima de 200m²) Industrial de Transformação 01 (Pequeno porte - área construída até 200m²) Agroindustrial 01 - Produção com caráter artesanal e semi-artesanal Pecuária, Produção Agrícola, Produção Florestal, Pesca e Aquicultura, Horticultura e Floricultura |
| ZONA ESPECIAL DE TRANSIÇÃO 2 | Habitacional Unifamiliar Comercial e de Serviço Vicinal (Pequeno porte - área construída até 200m²) Comunitário 01 - Ensino, Esporte, Cultura e Lazer (Pequeno porte - área construída até 400 m²) Comunitário 02 - Saúde e Assistência Social (Pequeno porte - área construída até 400m²) Comunitário 03 - Cultos Religiosos e Templos (Pequeno porte - Área Construída até de 200m²) Industrial de transformação 01,02,03 e 04 (Qualquer porte consolidadas) | Habitação Popular e de Interesse Social Habitacional Transitório 01 (<i>apart-hotel</i> , hotel, <i>hostel</i> , pousada, motel) Habitacional Transitório 02 (motel, hotel-fazenda, pousada rural e similares) Serviços Específicos 04 (infraestruturas urbanas de energia, água, esgoto, resíduos) Comunitário 01 - Ensino, Esporte, Cultura e Lazer (Médio porte - área construída acima de 400m² até 1.600m²) Comunitário 02 - Saúde e Assistência Social (Médio porte - área construída acima de 400m² até 1.600m²) Industrial de Transformação 01 (Pequeno porte - área construída até 200m²) Agroindustrial 01 - Produção com caráter artesanal e semi-artesanal Pecuária, Produção Agrícola, Produção Florestal, Pesca e Aquicultura, Horticultura e Floricultura |
| ZONA DE CONTROLE DA OCUPAÇÃO | Habitacional Unifamiliar Habitacional Transitório 02 (hotel-fazenda, pousada rural e similares) | Habitação Popular e de Interesse Social Habitacional Transitório 01 (<i>apart-hotel</i> , hotel, <i>hostel</i> , pousada, motel) Comercial e de Serviço Vicinal (Pequeno porte - área construída até 200m²) |

| PARÂMETROS DE USO DO SOLO | | |
|--|---|---|
| NOMES DAS ZONAS E EIXOS | USOS PERMITIDOS | USOS PERMISSÍVEIS |
| | Agroindustrial 01 - Produção com caráter artesanal e semi-artesanal Comercial e de Serviços Setorial Industrial de transformação 01,02,03 e 04 (Qualquer porte consolidadas) | Comunitário 01 - Ensino, Esporte, Cultura e Lazer (Qualquer porte) Comunitário 02 - Saúde e Assistência Social (Pequeno porte - área construída até 400m²) Comunitário 03 - Cultos Religiosos e Templos (Pequeno porte - área construída até de 200m²) Serviços Específicos 03 (aeroporto, aeródromos, clubes de <i>golf</i> , pista de <i>motocross</i>) Serviços Específicos 04 (infraestruturas urbanas de energia, água, esgoto, resíduos) Agroindustrial 02 Pecuária, Produção Agrícola, Produção Florestal, Pesca e Aquicultura, Horticultura e Floricultura |
| ZONA DE DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL E TECNOLÓGICO | Industrial de Transformação 01, 02, 03 e 04 (Qualquer porte) Industrial de Elevada Intensidade Tecnológica (Qualquer porte) Comercial e de Serviços Setorial Serviços intensivos em conhecimento técnico-científico Serviços Específicos 04 (infraestruturas urbanas de energia, água, esgoto, resíduos) Condomínios Empresariais Serviços específicos 02 (Posto de Combustíveis e Comércio varejista de combustível) em vias arteriais e vias coletoras Agroindustrial 02 | Habitacional Unifamiliar Habitação Popular e de Interesse Social Habitacional Transitório 01 (<i>apart-hotel</i> , hotel, <i>hostel</i> , pousada, motel) Comercial e de Serviços Geral (área construída máxima de 1.600m²) Serviços Específicos 03 (aeroporto, aeródromos, clubes de <i>golf</i> , pista de <i>motocross</i>) Agroindustrial 01 – Produção com caráter artesanal e semi-artesanal Agroindustrial 02 |

| PARÂMETROS DE USO DO SOLO | | |
|-----------------------------------|--|--|
| NOMES DAS ZONAS E EIXOS | USOS PERMITIDOS | USOS PERMISSÍVEIS |
| | Agroindustrial 01 – Produção com caráter artesanal e semi-artesanal | |
| ZONA INSTITUCIONAL | Comunitário 01 - Ensino, Esporte, Cultura e Lazer (Qualquer porte) Comunitário 04 - Edifícios Públicos Administrativos (Qualquer porte) | Habitacional Unifamiliar Serviços Específicos 03 (aeroporto, aeródromos, clubes de <i>golf</i> , pista de <i>motocross</i>) Serviços Específicos 04 (infraestruturas urbanas de energia, água, esgoto, resíduos) |
| ZONA ESPECIAL DE INTERESSE SOCIAL | Habitacional Unifamiliar Habitação Popular e de Interesse Social Condomínio Edifício Horizontal e de Lotes (Pequeno porte - até 8 residências em série paralelas ao alinhamento predial, geminadas ou não, todas com acesso direto à via pública) Condomínio Edifício Vertical Condomínio Edifício Horizontal e de Lotes (Pequeno Porte - de 9 até 16 unidades habitacionais em série transversais ao alinhamento predial, geminadas ou não, com acesso através de via interna) Comercial e de Serviço Vicinal (Pequeno porte - área construída até 200m²) Comunitário 01 - Ensino, Esporte, Cultura e Lazer (Pequeno porte - área construída até 400 m²) Comunitário 02 - Saúde e Assistência Social (Pequeno porte - área construída até 400m²) | Condomínio Edifício Horizontal (Médio porte - de 17 até 30 unidades habitacionais) Comunitário 01 - Ensino, Esporte, Cultura e Lazer (Médio porte - área construída acima de 400m² até 1.600m²) Comunitário 02 - Saúde e Assistência Social (Médio porte - área construída acima de 400m² até 1.600m²) Serviços Específicos 04 (infraestruturas urbanas de energia, água, esgoto, resíduos) |

| PARÂMETROS DE USO DO SOLO | | |
|--|--|--|
| NOMES DAS ZONAS E EIXOS | USOS PERMITIDOS | USOS PERMISSÍVEIS |
| | Comunitário 03 - Cultos Religiosos e Templos (Pequeno porte - Área construída até 200m²) | |
| EIXO COMERCIAL E DE SERVIÇOS | Comercial e de Serviços Geral (área construída máxima de 1.600m²) Comercial e de Serviços Setorial (7) Serviços Específicos 02 (postos de combustíveis e comércio varejista de combustível) Serviços Específicos 04 (infraestruturas urbanas de energia, água, esgoto, resíduos) Serviços intensivos em conhecimento técnico-científico Industrial de Transformação 01 (Pequeno porte – área construída até 200m²) - PERMITIDO quando o Eixo for incidente na Rua <i>Caingangues</i> Industrial de Transformação 02 (Médio porte – área construída até 800m²) - PERMITIDO quando o Eixo for incidente na Rua <i>Caingangues</i> Industrial de transformação 01,02,03 e 04 (Qualquer porte) | Habitacional Unifamiliar Habitação Popular e de Interesse Social Habitacional Transitório 01 (<i>apart-hotel</i> , hotel, <i>hostel</i> , pousada, motel) Habitacional Transitório 02 (hotel-fazenda, pousada rural e similares) Comercial e de Serviço de Bairro (Médio porte - área construída acima de 200m² até 600m²) Serviços Específicos 03 (aeroporto, aeródromos, clubes de <i>golf</i> , pista de <i>motocross</i>) Agroindustrial 01 – Produção com caráter artesanal e semi-artesanal Industrial de Transformação 03 Industrial de transformação 01,02,03 e 04 (Qualquer porte) Agroindustrial 02 Agroindustrial 01 – Produção com caráter artesanal e semi-artesanal Industrial de transformação 03 |
| EIXO DA AVENIDA BENTO MUNHOZ DA ROCHA NETO | Habitacional Unifamiliar Habitação Popular e de Interesse Social Condomínio Edifício Vertical Habitacional Transitório 01 (<i>apart-hotel</i> , hotel, <i>hostel</i> , pousada, | Condomínio Edifício Horizontal (Pequeno porte - até 8 residências em série paralelas ao alinhamento predial, geminadas ou não, todas com acesso direto à via pública) Comunitário 02 - Saúde e Assistência Social (Pequeno porte - área construída até 400m²) |

| PARÂMETROS DE USO DO SOLO | | |
|--|---|--|
| NOMES DAS ZONAS E EIXOS | USOS PERMITIDOS | USOS PERMISSÍVEIS |
| | motel) Habitacional Institucional (albergue, alojamento, asilo, casas do estudante ou de repouso, orfanato, convento, seminário, internato) Comunitário 01 - Ensino, Esporte, Cultura e Lazer (Qualquer porte) Comercial e de Serviço de Bairro (Médio porte - área construída acima de 200m² até 600m²) Serviços intensivos em conhecimento técnico-científico Comunitário 04 - Edifícios Públicos Administrativos (Qualquer porte) Serviços específicos 02 (Postos de combustíveis e comércio varejista de combustível) em vias arteriais e vias coletoras Industrial de Transformação 01,02,03 e 04 (Qualquer porte consolidadas) | Comunitário 02 - Saúde e Assistência Social (Médio porte - área construída acima de 400m² até 1.600m²) Comunitário 02 - Saúde e Assistência Social (Grande porte - Área Construída acima de 1.600m²) Comercial e de Serviços Setorial (7) Comercial e de Serviços Geral (área construída máxima de 1.600m²) |
| EIXO DE DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL E LOGÍSTICO | Industrial de Transformação 01,02,03 e 04 (Qualquer porte) Comercial e de Serviços Setorial Serviços Específicos 02 (postos de combustíveis e comércio varejista de combustível) Serviços Específicos 04 (infraestruturas urbanas de energia, água, esgoto, resíduos) Serviços intensivos em conhecimento técnico-científico Industrial de Transformação 02 (Médio porte - área construída | Habitacional Unifamiliar Habitação Popular e de Interesse Social Habitacional Transitório 01 (<i>apart-hotel</i> , hotel, <i>hostel</i> , pousada, motel) Habitacional Transitório 02 (motel, hotel-fazenda, pousada rural e similares) Comercial e de Serviços Geral (área construída máxima de 1.600m²) Comunitário 01 - Ensino, Esporte, Cultura e Lazer (Médio porte - área construída acima de 400m² até 1.600m²) |

| PARÂMETROS DE USO DO SOLO | | |
|--------------------------------------|--|---|
| NOMES DAS ZONAS E EIXOS | USOS PERMITIDOS | USOS PERMISSÍVEIS |
| | até 800m²) Industrial de Transformação 03 Industrial de Elevada Intensidade Tecnológica (Médio porte) Industrial de Elevada Intensidade Tecnológica (Grande porte) Condomínios Empresariais Agroindustrial 01 - produção com caráter artesanal e semi-artesanal | Comunitário 01 Ensino, Esporte, Cultura e Lazer (Grande porte - área construída acima de 1.600m²) Comunitário 04 - Edifícios Públicos Administrativos (Qualquer porte) Industrial de Elevada Intensidade Tecnológica (Pequeno porte) Industrial de Transformação 01 (Pequeno porte - área construída até 200m²) |
| EIXO DE ADENSAMENTO E DIVERSIFICAÇÃO | Habitacional Unifamiliar Habitação Popular e de Interesse Social Condomínio Edilício Vertical Habitacional Transitório 01 (<i>apart-hotel</i> , hotel, <i>hostel</i> , pousada, motel) Comercial e de Serviço de Bairro (Médio porte - área construída acima de 200m² até 600m²) Serviços Específicos 02 (postos de combustíveis e comércio varejista de combustível) em <i>vias arteriais e vias coletoras</i> Serviços intensivos em conhecimento técnico-científico Comunitário 04 - Edifícios Públicos Administrativos (Qualquer porte) Industrial de Elevada Intensidade Tecnológica (Médio porte) Comunitário 01 – Ensino, Esporte, Cultura e Lazer (Grande porte) | Habitacional Institucional (albergue, alojamento, asilo, casas do estudante ou de repouso, orfanato, convento, seminário, internato) Comercial e de Serviço Vicinal (Pequeno porte - área construída até 200m²) Comercial e de Serviços Setorial (7) Comunitário 01 - Ensino, Esporte, Cultura e Lazer (Pequeno porte - área construída até 400 m²) Comunitário 01 - Ensino, Esporte, Cultura e Lazer (Médio porte - área construída acima de 400m² até 1.600m²) Comunitário 01 – Ensino, Esporte, Cultura e Lazer (Grande porte – área construída acima de 1.600m²) Comunitário 02 - Saúde e Assistência Social (Pequeno porte - área construída até 400m²) Comunitário 02 - Saúde e Assistência Social (Médio porte - área construída acima de 400m² até 1.600m²) Comunitário 02 - Saúde e Assistência Social (Grande porte - Área Construída |

| PARÂMETROS DE USO DO SOLO | | |
|--|--|---|
| NOMES DAS ZONAS E EIXOS | USOS PERMITIDOS | USOS PERMISSÍVEIS |
| | área construída acima de 1.600 m²) Condomínio Edilício Horizontal e de lotes (Pequeno porte – até 8 unidades) Condomínio Edilício Horizontal e de lotes (Pequeno porte – de 9 até 16 unidades) Condomínio Edilício Horizontal e de lotes (Médio porte – de 17 até 30 unidades) Condomínio Edilício Horizontal e de lotes (Grande porte – acima de 31 até 50 unidades) Industrial de Transformação 01,02,03 e 04 (Qualquer porte consolidadas) | acima de 1.600m²) Industrial de Elevada Intensidade Tecnológica (Pequeno porte) |
| ZONA AMBIENTAL E DE RISCO | Comunitário 01 - Ensino, Esporte, Cultura e Lazer (Pequeno porte - área construída até 400 m²) Comunitário 01 - Ensino, Esporte, Cultura e Lazer (Médio porte - área construída acima de 400m² até 1.600m²) | Habitacional Unifamiliar Comunitário 01 - Ensino, Esporte, Cultura e Lazer (Grande porte - área construída acima de 1.600m²) Comunitário 04 - Edifícios Públicos Administrativos (Qualquer porte) |
| <p>(1) Os usos que não estão listados nesta tabela e que constam na lista de exemplos, no Anexo V, são considerados PROIBIDOS para a respectiva Zona ou Eixo. Os demais usos não explicitados na lista de exemplos são considerados casos omissos, os quais deverão ser submetidos à análise pelo Conselho Municipal de Urbanismo, Habitação e Meio Ambiente.</p> <p>(2) Dentro do perímetro urbano, os usos existentes de PECUÁRIA, PRODUÇÃO AGRÍCOLA, PRODUÇÃO FLORESTAL, PESCA E AQUICULTURA, HORTICULTURA E FLORICULTURA serão considerados TOLERADOS COMPATÍVEIS, isto é, são atividades previamente licenciadas que, apesar de não se enquadrarem entre as</p> | | |

| PARÂMETROS DE USO DO SOLO | | |
|---------------------------|---|-------------------|
| NOMES DAS ZONAS E EIXOS | USOS PERMITIDOS | USOS PERMISSÍVEIS |
| | atividades adequadas para a respectiva zona ou eixo, apresentam condições relativas a dimensionamento e funcionamento que não descaracterizam e/ou não comprometem a segurança e o sossego da vizinhança. As atividades serão consideradas TOLERADOS INCOMPATÍVEIS, quando houver utilização de agrotóxicos e similares e/ou que gerem impactos ao meio urbano e/ou ambiental, para as quais, será dado um prazo pelo Município para que o proprietário adeque as atividades ao previsto na legislação. | |
| | (3) Para o uso HABITACIONAL TRANSITÓRIO 01 de grande porte, sua instalação será permitida apenas em Vias Arteriais e Vias Coletoras, conforme a hierarquia na Lei da Hierarquia do Sistema Viário Básico, e deverá implantar acesso interno para efetuar as operações de embarque e desembarque, conforme especificações do Código de Obras e Edificações Municipal. | |
| | (4) USOS MISTOS serão considerados PERMITIDOS, desde que ambos os usos (Uso Habitacional e o Uso Comercial e/ou de Serviços) sejam PERMITIDOS para a Zona ou Eixo, conforme disposto nesta tabela. | |
| | (5) As atividades de Grande Porte ou de Porte Especial não poderão ser instaladas em Vias Locais, conforme a hierarquia viária disposta na Lei da Hierarquia do Sistema Viário Básico. | |
| | (6) Para a implantação dos CONDOMÍNIOS DE LOTES, permitidos nas Zonas Residenciais 1 e 2 (ZR-1 e ZR-2) , deverão ser consultados: a Lei de Parcelamento e Uso do Solo, o Código de Obras e Edificações Municipal, o Código Ambiental e as demais leis específicas que regulamentam os condomínios quanto às demais exigências a serem atendidas para a aprovação e implantação do referido empreendimento. | |
| | (7) Para os CONDOMÍNIOS EMPRESARIAIS deverão ser consultadas: a Lei de Parcelamento e Uso do Solo, Código de Obras e Edificações Municipal, Código Municipal Ambiental e a Lei de condomínios empresariais quanto à classificação de porte e demais exigências a serem atendidas pelo empreendedor. | |
| | (8) Os silos de armazenamento são considerados permitidos apenas na Zona de Desenvolvimento Industrial e Tecnológico (ZDIT), no Eixo de Desenvolvimento Industrial e Logístico (EDIL) e Zona de Controle da Ocupação (ZCO). | |

Anexo V - Lista de exemplos de atividades por tipologias de uso

1. USO COMERCIAL E DE SERVIÇOS

1.1. COMÉRCIO E SERVIÇOS VICINAIS

Definição: atividades comerciais e de prestação de serviços com abrangência de atendimento local, utilização imediata e cotidiana, não incômodas ao entorno, sem potencial de repercussões negativas e que não necessitam de medidas mitigadoras para se instalarem, limitados a PEQUENO PORTE.

Essa categoria é composta por:

- açougues;
- estabelecimentos de alfaiataria e costuraria;
- armazinhos;
- ateliês de arte;
- barbearias;
- bares (sem entretenimento e/ou música ao vivo e limitados a PEQUENO PORTE);
- cafés;
- casas lotéricas;
- chaveiros e afiadores;
- escritórios e sedes administrativas;
- escritórios e consultórios de profissionais liberais e autônomos e prestações de serviços;
- farmácias;
- floristas/floriculturas;
- lanchonetes e pastelarias;
- lavanderias não industriais;
- livrarias e scbos;
- lojas, boutiques e brechós de roupas e sapatos;
- mercados, sacolões e similares (limitados a PEQUENO PORTE);
- mercearias e quitandas;
- oficinas de eletrodomésticos e eletrônicos;
- padarias, panificadoras e confeitarias;
- papelerias;
- peixarias;
- *pet shop*;
- postos de telefonia e *internet*;
- restaurantes;
- revistarias;
- salões de beleza;

- sapatarias;
- serviços de correio;
- sorveterias.

1.2. COMÉRCIO E SERVIÇOS DE BAIRRO

Definição: atividades comerciais varejistas e de prestação de serviços destinadas a atendimento de determinado bairro ou região, que apresentam potencial de geração de incômodos de baixo impacto, limitados a MÉDIO PORTE.

Observações:

- (1) Essa categoria inclui aquelas atividades de comércio e de serviços vicinais quando consideradas de MÉDIO PORTE.
(2) As atividades de funilaria e pintura serão consideradas como PERMISSÍVEIS na Zona Central, Zona Consolidação Central, Zonas Residenciais 3 e 4, e no Eixo de Adensamento e Diversificação.

Essa categoria é composta por atividades como:

- academias de ginástica, esportes e/ou de dança;
- agências bancárias;
- agências de viagem;
- (VETADO)
- bares (com entretenimento e/ou música ao vivo);
- bicicletarias;
- borracharias;
- cartórios;
- casas de festas;
- centros comerciais e entretenimento (limitados a PEQUENO e MÉDIO PORTE);
- centros médicos hospitalares e odontológicos;
- churrascarias;
- clínicas médicas hospitalares ou odontológicas;
- clínicas veterinárias;
- clubes e sociedades recreativas;

- comércio de produtos automotivos;
- comércio de veículos seminovos e usados e similares;
- cooperativas de pequeno porte;
- copiadoras e reprografias;
- depósitos e comércios varejistas de gás para uso doméstico;
- depósitos para materiais usados;

- distribuidoras de bebidas e alimentos (PEQUENO PORTE);
- escritórios e sedes administrativas;
- estabelecimentos de ensino e cursos;
- estabelecimentos comerciais;
- funerárias;
- galerias de arte e antiquários;
- imobiliárias;
- instituições financeiras e cooperativas de crédito;
- joalherias;
- laboratórios de análises clínicas, radiológicos e farmácias de manipulação;
- laboratórios e estúdios fotográficos;
- lava-carros;
- lojas de conveniência;
- lojas de ferragens;
- lojas de materiais de construção;
- loja de móveis e de eletrodomésticos;
- loja de materiais e utensílios domésticos e limpeza;
- oficinas de funilaria e pintura;
- oficinas de montagem e/ou reparos de móveis e estofados;
- oficinas de troca de óleo e lubrificantes automotivos;
- oficinas eletromecânicas de automóveis;
- óticas;
- quadras esportivas;
- restaurantes;
- serviços de correio;
- sindicatos e associações de bairro;
- supermercados;
- tabacarias;
- vendas e instalações de acessórios e equipamentos automotivos;
- vidraçarias.

1.3. COMÉRCIO E SERVIÇOS GERAIS

Definição: atividades comerciais varejistas ou atacadistas, e de prestação de serviços destinadas a atendimento a amplas áreas do território municipal.

Essa categoria é composta por atividades como:

- cartódromos *indoor* (interno);

- casas de *show*;
- centros comerciais e de entretenimento (GRANDE PORTE e de PORTE ESPECIAL);
- centros de eventos e de convenções;
- comércio de defensivos agrícolas;
- comércio de fogos de artifício e de artigos de pirotecnia;
- comércio de maquinário e implementos agrícolas;
- comércio e instalação de vidros automotivos;
- concessionárias de veículos;
- cooperativas (PORTE MÉDIO, GRANDE ou PORTE ESPECIAL);
- edifícios de escritórios;
- edifícios-garagem;
- empresas de transporte de valores;
- espeláculos e boates;
- estádios esportivos;
- ferro velhos e comércio de sucatas;
- guarda-móveis;
- hipermercados;
- hospitais veterinários;
- locadoras de veículos;
- lojas de departamentos;
- marmorarias;
- *outlets*;
- parques de exposições;
- parques temáticos;
- *shopping centers*.

1.4. COMÉRCIO E SERVIÇOS SETORIAIS

Definição: atividades comerciais e de prestação de serviços que tendem a formar áreas especializadas no território municipal; atividades logísticas, de qualquer porte, além de setores atacadistas, cuja natureza recomende localização em áreas de especialização setorial.

1.4.1. COMÉRCIO E SERVIÇOS SETORIAIS

Definição: atividades logísticas de grande porte.

Essa categoria é composta por atividades como:

- silos de armazenagem;

- armazéns distribuidores;
- centros de distribuição;
- entrepostos;
- garagens de ônibus e caminhões;
- locais (cobertos ou descobertos) para armazenagem de materiais, máquinas, equipamentos e similares;
- transportadoras.

1.4.2. SERVIÇOS INTENSIVOS EM CONHECIMENTO TÉCNICO-CIENTÍFICO

Definição: compreende serviços com elevada carga de conhecimento técnico-científico, com caráter estratégico para o desenvolvimento econômico municipal, de qualquer porte.

Essa categoria é composta por atividades como:

- serviços de informação, comunicação e multimídia;
- serviços de desenvolvimento tecnológico de segmentos diversos;
- testes e análises técnicas e bioquímicas;
- atividades de sedes de empresas e de consultoria em gestão empresarial;
- pesquisa e desenvolvimento científico, pesquisas e tecnologia ambiental.

1.5. ATIVIDADES ESPECÍFICAS

Definição: atividades peculiares, cuja adequação à vizinhança, ao sistema viário e às condições ambientais dependem de análise especial, em face de elevados níveis de incomodidade e poluição.

1.5.1. ATIVIDADES ESPECÍFICAS 1:

Essa categoria é composta por: cemitérios, funerárias, crematórios, ossários e similares.

1.5.2. ATIVIDADES ESPECÍFICAS 2

Essa categoria é composta por: postos de abastecimento e de comércio revendedor varejista de combustíveis automotivos e de gás natural veicular.

1.5.3. ATIVIDADES ESPECÍFICAS 3

Essa categoria é composta por:

- aeroportos;
- autódromos;

- cartódromos *outdoor* (externo);
- centros de controle de voos;
- clubes de golfe;
- pistas de *motocross*.

1.5.4. ATIVIDADES ESPECÍFICAS 4

Essa categoria é composta por: atividades e instalações de infraestruturas urbanas específicas relacionadas com geração e distribuição de energia; reservatório, tratamento e abastecimento de água, estação elevatória e tratamento de esgoto, aterro sanitário e similares.

2. USO INDUSTRIAL

2.1. USO INDUSTRIAL DE TRANSFORMAÇÃO

2.1.1. INDUSTRIAL DE TRANSFORMAÇÃO 1

Definição: atividades industriais de PEQUENO PORTE compatíveis com o uso habitacional, não incômodas ao entorno, sem potencial de geração de repercussões negativas e que não necessitam de medidas mitigadoras para se instalarem, bem como atividades manufatureiras, de caráter semi-artesanal, com baixa mobilização de recursos e escala.

Essa categoria é composta pela fabricação e/ou processamento de:

- absorventes, fraldas e similares;
- acessórios de vestuário e de calçados;
- acessórios para animais;
- acessórios para eletrônicos;
- adesivos, etiquetas ou fitas adesivas;
- acromodelismo;
- agulhas e alfinetes;
- artefatos de bambu;
- artefatos de junco e vime;
- artefatos de lona;
- artesanatos em geral;
- artigos para bijuteria e semijoias;
- artigos de caça e pesca;
- artigos de carpintaria;
- artigos de colchoaria;

- artigos de cortiça;
- artigos de couro;
- artigos de cutelaria;
- artigos de decoração;
- artigos de esporte e jogos recreativos;
- artigos de joalheria;
- artigos de pele;
- artigos para brindes;
- bebidas artesanais;
- bordados;
- box para banheiro;
- cortinas;
- materiais terapêuticos;
- pães e similares
- perucas;
- produtos alimentícios.

2.1.2. INDUSTRIAL DE TRANSFORMAÇÃO 2

Definição: atividades industriais de PEQUENO E MÉDIO PORTE compatíveis com o seu entorno e aos parâmetros da zona, com potencial de geração de baixo impacto sobre o meio ambiente e de incomodidade sobre a vizinhança.

Observação: essa categoria inclui aquelas atividades da categoria INDUSTRIAL 1 quando consideradas de MÉDIO PORTE.

Essa categoria é composta por:

- cozinha industrial;
- empacotamento de alimentos;
- envase de água mineral;
- envase de bebidas;
- indústria alimentícia;
- indústria gráfica e/ou editora;
- montagem de estruturas metálicas;
- torneria (2 tornos no máximo);
- torrefação e moagem de cereais e grãos.

E pela fabricação e/ou processamento de:

- acessórios para purificação;
- antenas;

- aparelhos de medidas;
- aparelhos ortopédicos ou terapêuticos;
- aquecedores, peças e acessórios;
- artefatos de borracha;
- artefatos de cerâmica e porcelanas;
- artefatos de fibra de vidro;
- artefatos de gesso;
- artefatos de plástico;
- artefatos de metal;
- artefatos de papel e papelão;
- artefatos de parafina;
- artigos diversos de fibra;
- artigos diversos de madeira;
- artigos para cama, mesa e banho;
- artigos para refrigeração;
- artigos têxteis;
- barcos, lanchas, equipamentos náuticos e similares;
- bicicletas;
- brinquedos;
- concentrados aromáticos;
- cordas e barbantes;
- estofados;
- gelo;
- instrumentos musicais;
- laticínio;
- luminosos;
- molduras;
- móveis;
- pincéis, brochas, espanadores, vassouras e similares;
- produtos desidratados;
- produtos de higiene pessoal;
- produtos de limpeza;
- tapetes e capachos.

2.1.3. INDUSTRIAL DE TRANSFORMAÇÃO INDUSTRIAL 3

Definição: atividades industriais com médio a alto potencial de geração de incômodos, que geram riscos à saúde ou ao conforto da população ou que não são compatíveis com o funcionamento das atividades urbanas na maioria dos locais, que implicam na fixação de padrões específicos quanto às características de ocupação do lote, de acesso, de localização, de tráfego, de serviços urbanos e disposição dos resíduos gerados, conforme necessário.

Observação: essa categoria inclui aquelas atividades das categorias INDUSTRIAL 1 e INDUSTRIAL 2 quando consideradas de GRANDE PORTE.

Essa categoria é composta por:

- destilação de álcool;
- envase de produtos químicos;
- fiação;
- frigorífico (sem abate de animais);
- fundição;
- indústria cerâmica (argila, porcelana e similares);
- indústria de bebidas;
- indústria de compensados, laminados, madeira e aglomerados;
- indústria de fumo e tabaco;
- indústria mecânica ou eletromecânica;
- indústria de produtos biotecnológicos;
- indústria de remoldagem, recapagem ou recauchutagem de pneus;
- lavanderia industrial;
- madeiraira (desdobramento);
- montagem de peças;
- montagem de veículos em geral;
- olaria (encaminhamento ao Conselho Municipal de Urbanismo, Habitação e Meio Ambiente, independente da Zona ou Eixo);
- reciclagem (coleta e triagem);
- serraria;
- serralheria;
- usinagem;
- tornearia (com mais de 2 tornos).

E pela fabricação e/ou processamento de:

- açúcares;
- adubos orgânicos;
- aparelhos, peças e acessórios para agropecuária;
- argamassa;
- armas e munições em geral;
- artigos de material plástico e/ou acrílico/ polímeros;
- artigos protéticos;

- asfalto;
- bombas e motores hidrostáticos;
- caçambas;
- cal;
- câmaras de ar;
- carretas e carrocerias para veículos automotores;
- carros;
- carvão ativado;
- casas pré-fabricadas;
- ceras;
- churrasqueira e lareiras;
- cimento;
- cola;
- corretivos do solo;
- cristais;
- equipamentos contra incêndio;
- equipamentos de transporte vertical;
- equipamentos hospitalares;
- equipamentos para transmissão industrial;
- esmaltes;
- espumas;
- estruturas metálicas;
- gesso;
- graxas e lubrificantes;
- impermeabilizantes;
- isolantes térmicos;
- isopor;
- laminados;
- lâmpadas;
- máquinas e equipamentos agrícolas;
- máquinas motrizes não elétricas;
- massas para vedação;
- massa plástica;
- moldes e matrizes de peças e embalagem plástica;
- pré-moldados e artefatos de cimento e concreto;
- peças e acessórios para veículos e motocicletas;
- peças e equipamentos mecânicos;

- pneumáticos;
- produtos veterinários;
- rações e alimentos preparados para animais;
- tecidos.

2.1.4. INDUSTRIAL DE TRANSFORMAÇÃO INDUSTRIAL 4

Definição: atividades industriais com alto potencial de geração de incômodos, que geram riscos à saúde ou ao conforto da população ou que não são compatíveis com o funcionamento das atividades urbanas na maioria dos locais, que implicam na fixação de padrões específicos quanto às características de ocupação do lote, de acesso, de localização, de tráfego, de serviços urbanos e disposição dos resíduos gerados, cuja adequação à vizinhança depende de licenciamento ambiental e de análise de impacto, independente da área construída.

Essa categoria é composta por:

- borracha e látex sintéticos;
- indústria de abrasivo;
- indústria de recicláveis;
- indústria farmacêutica;
- indústria metalúrgica;
- indústria petroquímica;
- indústria química;
- pneus;
- tinturaria industrial;
- tratamento de superfície: galvanoplastia, cromagem, zincagem, anodização, niquelagem, fosfatização e similares;
- tratamento de resíduos da construção civil;
- tratamento de resíduos de serviços de saúde;
- tratamento de resíduos industriais;
- usina de concreto;
- usina de reciclagem.

E pela fabricação e/ou processamento de:

- adubos químicos;
- caldeiras;
- combustíveis e lubrificantes;
- defensivos agrícolas;
- explosivos;
- espelho;
- fósforos;

- fungicidas, formicidas e inseticidas;
- papel e celulose;
- tintas, vernizes, solventes e resinas;
- vidros.

2.1.5. INDUSTRIAL DE ELEVADA INTENSIDADE TECNOLÓGICA

Definição: atividades industriais de alta intensidade em conhecimento e tecnologia, centros de pesquisa aplicada, de inovação e de desenvolvimento tecnológico, em ramos estratégicos para o desenvolvimento municipal, de qualquer porte.

Essa categoria é composta por:

- aeroespacial;
- big data;
- biologia sintética;
- centros de inovação e pesquisa;
- empresas de base tecnológica;
- equipamentos eletrônicos;
- instituições de ensino, inovação, pesquisa e desenvolvimento científico;
- instrumentos ópticos e de precisão;
- Inteligência Artificial (IA);
- internet das coisas (IoT);
- manufatura aditiva (3D);
- recursos energéticos;
- robótica;
- sistemas cyber físicos (CPS);
- sistemas de mobilidade;
- startups;
- tecnologia médica;
- telecomunicações.

Anexo VI - Glossário

ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas. É o órgão responsável pela normatização técnica no país, fornecendo a base necessária ao desenvolvimento tecnológico brasileiro.

Acessibilidade - Possibilidade e condição de alcance, percepção e entendimento para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias, bem como outros serviços e instalações abertos ao público, de uso público ou privado de uso coletivo, tanto na zona urbana como na rural, por pessoa com deficiência ou mobilidade reduzida (Lei Federal nº 13.146/2015).

Acessível - Espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias ou, ainda, elemento que possa ser alcançado, acionado, utilizado e vivenciado por qualquer pessoa.

Alinhamento Predial - Linha fictícia locada ou indicada pelo Município que delimita a divisa frontal do lote (testada) e o logradouro público.

Alvará de Construção - Documento, expedido pela Prefeitura Municipal, que autoriza a execução de obras sujeitas à sua fiscalização.

Alvará de Localização e Funcionamento - Documento, expedido pela Prefeitura Municipal, que autoriza o funcionamento de uma determinada atividade sujeita à regulamentação desta Lei.

Ampliação ou reforma de edificações - Obras destinadas a benfeitorias de edificações já existentes, sujeitas também à regulamentação do Código de Obras e Edificações Municipal.

Área de Uso Comum - Aquela destinada ao uso comum dos proprietários do condomínio, podendo ser edificada ou não, sendo consideradas as vias de circulação interna, áreas verdes urbanas, reservatórios de água, redes de distribuição de água, rede de energia elétrica, os muros, gradis e cercas externas, portaria e área administrativa, entre outras áreas que forem de uso comum.

Atingimento - áreas não edificáveis destinadas ao prolongamento e/ou alargamento de vias e diretrizes viárias constantes na Lei que estabelece as diretrizes e hierarquias do sistema viário municipal (exceto as vias classificadas como locais); as faixas de domínio e de servidão de ferrovias, rodovias, dutovias, linhas de transmissão e similares; as Unidades de Conservação e de Proteção Integral; as áreas sob incidência de cotas de alargamento e de recorrência de cheias e outras áreas de vegetação não passíveis de supressão.

Balanço - Parte da construção que excede, no sentido horizontal, a prumada de uma parede externa do pavimento imediatamente inferior, devendo ser engastados na edificação, sem estrutura de apoio vertical nas extremidades;

Baldrame - Viga de concreto ou madeira que corre sobre fundações ou pilares para apoiar o assoalho.

Coefficiente de Aproveitamento - Fator numérico a ser multiplicado pela área do lote para obtenção da área total permitida de construção, por meio da fórmula: coeficiente de aproveitamento, multiplicado pela metragem da área do lote, igual à área total de edificação permitida.

Coefficiente de Aproveitamento Básico - Que resulta do potencial construtivo gratuito inerente aos lotes urbanos.

Coefficiente de Aproveitamento Máximo - Que poderá ser utilizado quando da aplicação dos instrumentos da Operação Urbana Consorciada (OUC), Outorga Onerosa do Direito de Construir (OODC), Compensação Paisagística e da Transferência do Direito de Construir (TDC).

Coefficiente de Aproveitamento Mínimo - Corresponde à ocupação mínima necessária para que o lote esteja cumprindo sua função social, abaixo do qual o imóvel poderá ser considerado subutilizado ou não utilizado.

Compartimento - Espaço delimitado de uma edificação definido pela sua função.

Declividade - Razão numérica entre a diferença da altura entre dois pontos e a distância horizontal entre eles, expressa em porcentagem.

Equipamento comunitário - Equipamento público de educação, cultura, saúde, lazer, segurança e assistência social.

Equipamento urbano - Equipamento público de abastecimento de água, esgoto, energia elétrica, coleta de águas pluviais, rede telefônica e gás canalizado.

Fachada Ativa - Ocupação da extensão horizontal da fachada por usos mistos, comercial e/ou serviços, com acesso direto e abertura para o logradouro público, a fim de evitar a formação de planos fechados na interface entre as outras construções e logradouros, estimulando o uso misto nas edificações e promovendo a dinamização dos passeios públicos com permeabilidade física e visual.

Faixa de preservação permanente de fundo de vale - Faixa paralela a um curso d'água, medida a partir da sua margem e perpendicular a esta, destinada a proteger espécies vegetais e animais e, ainda, a evitar processos erosivos.

Faixa Não Edificável - Área do terreno onde não será permitida qualquer construção (Lei Federal nº 6.766/1979).

Fração Ideal - Abrange o exercício do direito de propriedade sobre um mesmo bem, por mais de um titular, de modo simultâneo. Ex. um terreno ou edificação registrado em nome de duas ou mais pessoas.

Fundação - Parte da construção destinada a distribuir as cargas sobre o terreno.

Gleba - Área de terra, com localização e delimitação definidas, não resultante de processo regular de parcelamento do solo para fins urbanos; área de terra que não foi objeto de parcelamento urbano.

Marquise - Estrutura em balanço em logradouro público, formando exclusivamente à cobertura e proteção de pedestres.

Passeio - Parte da calçada, livre de interferências, destinada à circulação exclusiva de pedestres.

Patamar - Piso plano situado entre dois lances sucessivos de uma mesma escada.

Pavimento - Plano de piso que divide a edificação no sentido da altura. Conjunto de dependências situadas em um mesmo nível.

Pé Direito - Distância vertical entre o piso e o teto de um compartimento (ambiente);

Permeável - Que permita a infiltração da água.

Sobreloja- É o pavimento situado sobre a loja, com acesso exclusivo e independente desta; pavimento de pé-direito baixo que, em edifícios de diversos andares, fica entre o térreo, ou loja, e o primeiro andar.

Sótão - Espaço utilizável sob a cobertura, com pé direito variável, não sendo considerado pavimento da edificação.

Subsolo - Pavimento abaixo da menor cota do passeio fronteiro à divisa do lote da edificação, cuja altura do pé-direito seja de até 1,20m (um metro e vinte centímetros) acima desse mesmo referencial.

Testada - O mesmo que alinhamento, linha imaginária que delimita a divisa da propriedade com a via pública, podendo ser mais de uma em um mesmo lote em caso de lotes de esquina, ou de rua a rua. Largura do lote voltada para a via pública.

(VETADO).
LOCALIZAÇÃO: (VETADO)

INDÚSTRIA 1: (VETADO)

INDÚSTRIA 2: (VETADO)

INDÚSTRIA 3: (VETADO)

INDÚSTRIA 4: (VETADO)

INDÚSTRIA 5: (VETADO).

INDÚSTRIA 6: (VETADO)

INDÚSTRIA 7: (VETADO)

(VETADO)

Área 3: (VETADO):
• Localização: (VETADO)
• (VETADO)
(VETADO)

MUNICÍPIO DE SAUDADE DO IGUAÇU – ESTADO DO PARANÁ

AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

REF.: LICITAÇÃO NA MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 098/2021

Tendo em vista o resultado do processo licitatório, na modalidade Pregão Presencial SRP nº 098/2021, com abertura e julgamento em 28 de dezembro de 2021, e verificado que não houve interposição recursal, eu Alex Sandro da R. Batista, Pregoeiro, designado pela Portaria nº 283/2021, ADJUDICO o objeto constante do seguinte item, do Processo Licitatório Modalidade Pregão Presencial nº 098/2021 para Registro de Preços, a Empresa, que apresentou o menor preço, respectivamente conforme segue: EMPRESA: M A CEMIN METALURGICA - 13.366.708/0001-02 LOTE: 1; PEDRO JOSE CEMIN - 24.903.780/0001-48 LOTE: 2. É A DECISÃO. Saudade do Iguaçu, PR, 28 de dezembro de 2021.Alex Sandro da R. Batista, Pregoeiro.

HOMOLOGAÇÃO

Tendo em vista o parecer jurídico e a ADJUDICAÇÃO do Pregoeiro, que apuraram o resultado do processo licitatório, na modalidade Pregão Presencial nº 98/2021 - SRP, de 14 de dezembro de 2021, com abertura e julgamento em 28/12/21, e não existindo interposição recursal, eu DARLEI TRENTTO, PREFEITO, torno público a HOMOLOGAÇÃO do Processo Licitatório Modalidade Pregão Presencial nº 98/2021 para Registro de Preços, conforme o ato de ADJUDICAÇÃO, as seguintes Empresas: M A CEMIN METALURGICA - 13.366.708/0001-02 ; PEDRO JOSE CEMIN - 24.903.780/0001-48. Que apresentaram os menores preços para registro. É A DECISÃO. Gabinete do Prefeito Municipal de Saudade do Iguaçu. Saudade do Iguaçu, PR,28 de dezembro de 2021.DARLEI TRENTTO; PREFEITO.

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PREGÃO PRESENCIAL – Nº. 098/2021 – EMPRESA: M A CEMIN METALURGICA - 13.366.708/0001-02 LOTE: 1; PEDRO JOSE CEMIN - 24.903.780/0001-48 LOTE: 2.

A Publicação na íntegra dos atos acima encontram-se disponíveis no seguinte endereço eletrônico: <http://www.diariomunicipal.com.br/amp/>, edição de 30/12/2021, conforme Lei Autorizativa Nº 1358, de 26 de Agosto de 2020.

5º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 2456/2019, CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE ITAPEJARA D'OESTE E A EMPRESA MARIO ELVINO SZYMINOVICZ – ME, CNPJ/MF sob o nº 11.239.015/0001 – 23, objeto a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de transporte escolar para os alunos da rede pública municipal de ensino, conforme objeto do **Edital de Pregão Presencial Nº 066/2018**, Fica alterado o prazo contratual passando sua vigência de 31 (trinta e um) de dezembro de 2021, para 31 (trinta e um) de dezembro de 2022, tudo de acordo com o Art. 57, II, da Lei nº 8.666/93. Itapejara D'Oeste, 28 (vinte e oito) de dezembro de 2021.

5º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 2453/2019, CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE ITAPEJARA D'OESTE E A EMPRESA LIZABETH CRISTINA MENIM TRANSPORTES – ME, CNPJ/MF sob o nº 31.130.744/0001 – 54, objeto a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de transporte escolar para os alunos da rede pública municipal de ensino, conforme objeto do **Edital de Pregão Presencial Nº 066/2018**, Fica alterado o prazo contratual passando sua vigência de 31 (trinta e um) de dezembro de 2021, para 31 (trinta e um) de dezembro de 2022, tudo de acordo com o Art. 57, II, da Lei nº 8.666/93. Itapejara D'Oeste, 28 (vinte e oito) de dezembro de 2021.

5º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 2454/2019, CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE ITAPEJARA D'OESTE E A EMPRESA LAIANE APARECIDA PEREIRA DA COSTA – ME CNPJ/MF sob o nº 17.527.329/0001 - 08, objeto a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de transporte escolar para os alunos da rede pública municipal de ensino, conforme objeto do **Edital de Pregão Presencial Nº 066/2018**, Fica alterado o prazo contratual passando sua vigência de 31 (trinta e um) de dezembro de 2021, para 31 (trinta e um) de dezembro de 2022, tudo de acordo com o Art. 57, II, da Lei nº 8.666/93. Itapejara D'Oeste, 28 (vinte e oito) de dezembro de 2021.

4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 2455/2019, CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE ITAPEJARA D'OESTE E A EMPRESA IRACY ZANELLA TRANSPORTES - EIRELI. CNPJ/MF sob o nº 02.999.930/0001 - 26, objeto a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de transporte escolar para os alunos da rede pública municipal de ensino, conforme objeto do **Edital de Pregão Presencial Nº 066/2018**, Fica alterado o prazo contratual passando sua vigência de 31 (trinta e um) de dezembro de 2021, para 31 (trinta e um) de dezembro de 2022, tudo de acordo com o Art. 57, II, da Lei nº 8.666/93. Itapejara D'Oeste, 28 (vinte e oito) de dezembro de 2021.

MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA – PR

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

nº 177/2021 – Pregão Presencial

nº 85/2021 – Contratante: Município de Coronel Vivida. Detentora:

FERNANDO GONÇALVES DA ROCHA & CIA LTDA, CNPJ nº

23.700.938/0001-10. Objeto: registro

de preços, para futuro e eventual

fornecimento e instalação de todos

para atender as necessidades das

secretarias e departamentos da administração

municipal. Valor total estimado: R\$

64.000,00. Prazo de registro: 12

meses, de 28.12.2021 a 27.12.2022.

Coronel Vivida, 27 de dezembro de

2021. Anderson Manique Barreto, Prefeito.

Conversa Com Jesus (Novena)

Durante nove dias, orar:

Ó meu Jesus, em Vós deposei toda minha confiança. Vós sabeis de tudo, meu Pai Sois o Senhor do Universo, sois o Rei dos Reis!

Vós que fizestes o paralítico andar, o morto voltar a viver, o leproso sarar, fazei com que (pedir a graça).

Vós, que vistes minhas angústias e lágrimas, bem sabeis, Divino Amigo, como preciso alcançar essa graça!

Convosco espero, com fé e confiança, alcançar a graça de pedir a graça.

Fazei, Divino Jesus, que, mesmo antes de terminar esta conversa que terei Convosco durante nove dias, possa Vosso Misericordioso Pai atender o pedido que vos dirijo com fé. (Pedir a graça).

Que meus passos sejam iluminados por Vós, assim como o Sol ilumina todos os dias ao amanhecer.

É cada vez maior a minha fé em Vós, Jesus, e minha confiança em Vossa Misericórdia. Amém! (T M)

| | | |
|---|--|------------|
| MUNICÍPIO DE PATO BRANCO – ESTADO DO PARANÁ DECRETO Nº 9.133, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2021 | | |
| Abre um crédito suplementar no exercício de 2021 no valor de R\$ 791.460,00(setecentos e noventa e um mil quatrocentos e sessenta reais) e dá outras providências. | | |
| O Prefeito do Município de Pato Branco, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 47, II e XXIII, na forma do art. 62, I “c”, ambos da Lei Orgânica Municipal, e com base na Lei nº 5.676, de 22 de dezembro de 2020; | | |
| DECRETA: | | |
| Art. 1º Fica aberto crédito suplementar no orçamento vigente, no valor de R\$ 791.460,00 (setecentos e noventa e um mil quatrocentos e sessenta reais), conforme a seguir especificado: | | |
| 02 | GOVERNO MUNICIPAL | |
| 02.06 | UNIDADE DO PROCON | |
| 14 | Direitos da Cidadania | |
| 14.422 | Direitos Individuais, Coletivos e Difusos. | |
| 14.422.0035 | Proteção ao Consumidor | |
| 2.086 | Manutenção das atividades do PROCON, aquisição de veículo e construção de sede própria | |
| 3.1.90.11 – 000(1566) | Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil | 10.000,00 |
| 03 | PROCURADORIA | |
| 03.01 | PROCURADORIA | |
| 03.01 | Essencial à Justiça | |
| 03.091 | Defesa da Ordem Jurídica | |
| 03.091.0004 | Supervisão e Acompanhamento Jurídico | |
| 2.237 | Manutenção das atividades da Procuradoria | |
| 3.1.90.11 – 000 (1579) | Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil | 93.000,00 |
| 04 | SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO URBANO | |
| 04.02 | DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO URBANO | |
| 15 | Urbanismo | |
| 15.451 | Infraestrutura Urbana | |
| 15.451.0018 | Planejamento Urbano | |
| 2.238 | Manutenção do Departamento de Planejamento Urbano | |
| 3.1.90.11 – 000 (1596) | Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil | 63.000,00 |
| 2.326 | Manutenção da Divisão de Geoprocessamento e Cadastro Técnico | |
| 3.1.90.13 – 000 (1610) | Obrigações Patronais | 7.500,00 |
| 05 | SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS | |
| 05.02 | DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO | |
| 04 | Administração | |
| 04.122 | Administração Geral | |
| 04.122.0007 | Coordenação e Administração da Secretaria de Planejamento | |
| 2.216 | Programa de Educação no trânsito nas Escolas | |
| 3.1.91.13 – 000 (1664) | Obrigações Patronais | 7.000,00 |
| 04.122.0012 | Aquisição e Licitação de materiais e serviços | |
| 2.015 | Manutenção do Departamento de Compras | |
| 3.1.90.11 – 000 (1693) | Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil | 9.500,00 |
| 05.03 | DEPARTAMENTO FINANCEIRO | |
| 04 | Administração | |
| 04.129 | Administração de Receitas | |
| 04.129.0015 | Arrecadação de Receitas | |
| 2.019 | Manutenção e Coordenação de Tributação e Fiscalização | |
| 3.1.90.11 – 000 (1774) | Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil | 15.000,00 |
| 06 | SECRETARIA MUNICIPAL DE ENGENHARIA, OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS | |
| 06.03 | DEPARTAMENTO DE ILUMINÇÃO PÚBLICA | |
| 25 | Energia | |
| 25.752 | Energia Elétrica | |
| 25.752.0019 | Serviços Urbanos e Geoprocessamento | |
| 2.023 | Manutenção e Ampliação da rede de iluminação pública | |
| 3.1.90.49 – 507 (1907) | Auxílio Transporte | 800,00 |
| 07 | SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA | |
| 07.02 | DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO | |
| 12 | Educação | |
| 12.365 | Educação Infantil | |
| 12-365-0039 | Manutenção do Ensino | |
| 2.096 | Manutenção das atividades do Transporte Escolar e adequação de veículos | |
| 3.1.90.13 – 103 (2939) | Obrigações Patronais | 510,00 |
| 08 | SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE | |
| 08.01 | ATENÇÃO BÁSICA | |
| 10 | Saúde | |
| 10.301 | Atenção Básica | |
| 10-301-0043 | Manutenção da Saúde | |
| 2.122 | Manutenção do Programa Agentes Comunitários de Saúde - ACS | |
| 3.1.90.11 – 494 (2604) | Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil | 18.500,00 |
| 3.1.90.13 - 303 (2606) | Obrigações Patronais | 4.010,00 |
| 2.125 | Manutenção das atividades ambulatoriais dos Programas | |
| 3.1.90.16 – 303 (2625) | Outras Despesas Variáveis – Pessoal Civil | 8.900,00 |
| 2.252 | Manutenção da estratégia saúde da família - ESF | |
| 3.1.90.13 - 303 (2646) | Obrigações Patronais | 26.000,00 |
| 3.1.90.13 - 494 (2647) | Obrigações Patronais | 100.600,00 |
| 3.1.90.16 – 494 (2649) | Outras Despesas Variáveis – Pessoal Civil | 7.550,00 |
| 08.03 | MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE | |
| 10 | Saúde | |
| 10.302 | Atenção Básica | |
| 10-302-0043 | Manutenção da Saúde | |
| 2.130 | Manutenção da prestação de serviços de Laboratório Central | |
| 3.1.90.11 – 303 (2731) | Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil | 5.600,00 |
| 08.04 | VIGILÂNCIA EM SAÚDE | |
| 10 | Saúde | |
| 10.304 | Vigilância Sanitária | |
| 10-304-0043 | Manutenção da Saúde | |
| 2.131 | Manutenção das Atividades de Vigilância Sanitária e Ambiental | |
| 3.1.90.11 – 510 (2776) | Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil | 21.950,00 |
| 10.305 | Vigilância Epidemiológica | |
| 10-305-0043 | Manutenção da Saúde | |
| 2.124 | Manutenção do Programa Agentes Endêmicos | |
| 3.1.90.46 – 303 (2802) | Auxílio-Alimentação | 400,00 |
| 08.05 | ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA | |
| 10 | Saúde | |
| 10.303 | Suporte Profilático e Terapêutico | |
| 10-303-0043 | Manutenção da Saúde | |
| 2.129 | Prestação de serviços para assistência farmacêutica básica | |
| 3.1.90.11 – 303 (2820) | Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil | 92.300,00 |
| 08.07 | ADMINISTRAÇÃO DA SAÚDE | |
| 10 | Saúde | |
| 10.301 | Atenção Básica | |
| 10-301-0043 | Manutenção da Saúde | |
| 2.388 | Manutenção das Atividades da Saúde | |
| 3.1.90.11 – 303 (2860) | Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil | 58.250,00 |
| 09 | SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL | |
| 09.04 | FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL | |
| 8 | Assistência Social | |
| 8.244 | Assistência Comunitária | |
| 08-244-0024 | Assistência Comunitária | |
| 2.208 | Manutenção do CRAS - Proteção Social Básica | |
| 3.1.90.11 – 000 (2099) | Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil | 10.500,00 |
| 10 | SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO | |
| DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO | | |
| 11 | Trabalho | |
| 11.333 | Empregabilidade | |
| 11-333-0026 | Incentivo Atividade Comercial | |
| 2.046 | Manutenção das atividades da marcenaria | |
| 3.1.90.16 – 000 (2178) | Outras Despesas Variáveis – Pessoal Civil | 4.700,00 |
| 11 | SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA | |
| 11.02 | DEPARTAMETO DE AGRICULTURA | |
| 20 | Agricultura | |
| 20.606 | Extensão Rural | |
| 20-606-0029 | Atividades da Secretaria de Agricultura | |
| 2.070 | Manutenção das atividades de Desenvolvimento Rural | |
| 3.1.90.11 – 000 (2278) | Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil | 111.300,00 |
| 2.073 | Manutenção das atividades do Interior | |
| 3.1.90.16 – 000 (2294) | Outras Despesas Variáveis – Pessoal Civil | 4.300,00 |
| 12 | SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE | |
| 12.02 | DEPARTAMENTO DESENVOLVIMENTO AMBIENTAL | |
| 15 | Urbanismo | |
| 15.541 | Preservação e Conservação Ambiental | |
| 15.541.0033 | Preservar e Melhorar o Meio Ambiente | |
| 2.076 | Manutenção das atividades do Departamento de Meio Ambiente | |
| 3.1.90.11 – 000 (2318) | Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil | 42.800,00 |
| 12.03 | DEPARTAMENTO DE LIMPEZA, CONSERVAÇÃO DE VIAS | |
| 17 | Saneamento | |
| 17.512 | Saneamento básico urbano | |
| 17-512-0034 | Limpeza Pública | |
| 2.084 | Manutenção das atividades de limpeza, coleta e processamento de | |
| 3.1.90.11 – 511 (2403) | Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil | 4.700,00 |
| 3.1.90.46 – 511 (2409) | Auxílio-Alimentação | 15.000,00 |
| 3.1.91.13–511 (2413) | Obrigações Patronais | 32.000,00 |
| 16 | SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER | |
| 16.01 | GABINETE DO SECRETÁRIO | |
| 27 | Desporto e Lazer | |

| | | |
|---|--|------------|
| 27.812 | Desporto Comunitário | |
| 27.812.0041 | Manutenção do Esporte | |
| 2.240 | Manutenção das atividades do Secretário de Esportes | |
| 3.1.91.13 – 000 (2441) | Obrigações Patronais | 340,00 |
| 17 | SEC. MUN. DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO | |
| 17.02 | DEPARTAMENTO DO PARQUE TECNOLÓGICO | |
| 19 | Ciência e Tecnologia | |
| 19.573 | Difusão do Conhecimento Científico e Tecnológico | |
| 19.573.0025 | Desenvolvimento Econômico e Tecnológico | |
| 2.241 | Manutenção das atividades do Departamento Administrativo e Financeiro | |
| 3.1.90.11 – 000 (2494) | Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil | 2.100,00 |
| 17.03 | DEP. DE POLÍTICAS E PROG. DE PESQ. E DESENVOLVIMENTO | |
| 19 | Ciência e Tecnologia | |
| 19.573 | Difusão do Conhecimento Científico e Tecnológico | |
| 19.573.0025 | Desenvolvimento Econômico e Tecnológico | |
| 2.243 | Manutenção do Dep. de Sistemas e Infra-Estrutura do Centro de Processamento de Dados | |
| 3.3.90.36 – 000 (2510) | Outros Serviços de Terceiro - PF | 1.050,00 |
| 17.04 | DEPARTAMENTO DE INCUBADORA E TECNOLOGIA | |
| 19 | Ciência e Tecnologia | |
| 19.573 | Difusão do Conhecimento Científico e Tecnológico | |
| 19.573.0025 | Desenvolvimento Econômico e Tecnológico | |
| 2.269 | Manter atividades do Departamento de Desenvolvimento da Ciência, Tecnologia e Inovação | |
| 3.1.90.11 – 000 (2515) | Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil | 12.300,00 |
| TOTAL | | 791.460,00 |
| Art. 2º Para a cobertura do crédito suplementar de que trata o presente Decreto, será utilizado recurso a anulação parcial/total de dotação orçamentária, conforme a seguir especificado: | | |
| 02 | GOVERNO MUNICIPAL | |
| 02.06 | UNIDADE DO PROCON | |
| 14 | Direitos da Cidadania | |
| 14.422 | Direitos Individuais, Coletivos e Difusos. | |
| 14.422.0035 | Proteção ao Consumidor | |
| 2.086 | Manutenção das atividades do PROCON, aquisição de veículo e construção de sede própria | |
| 3.1.90.16 – 000 (1568) | Outras Despesas Variáveis – Pessoal Civil | 10.000,00 |
| 03 | PROCURADORIA | |
| 03.01 | PROCURADORIA | |
| 03 | Essencial à Justiça | |
| 03.091 | Defesa da Ordem Jurídica | |
| 03.091.0004 | Supervisão e Acompanhamento Jurídico | |
| 2.237 | Manutenção das atividades da Procuradoria | |
| 3.3.90.39 – 000 (1587) | Outros Serviços de Terceiro - Pessoa Jurídica | 93.000,00 |
| 04 | SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO URBANO | |
| 04.02 | DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO URBANO | |
| 15 | Urbanismo | |
| 15.451 | Infraestrutura Urbana | |
| 15.451.0018 | Planejamento Urbano | |
| 2.238 | Manutenção do Departamento de Planejamento Urbano | |
| 3.3.90.36 – 000 (1604) | Outros Serviços de Terceiro – PF | 10.000,00 |
| 3.3.90.40 – 000 (1606) | Serviços de Tecnologia da Informação | 40.000,00 |
| 3.3.90.93 – 000 (1607) | Indenizações e Restituições | 13.000,00 |
| 2.326 | Manutenção da Divisão de Geoprocessamento e Cadastro Técnico | |
| 3.1.90.16 – 000 (1611) | Outras Despesas Variáveis – Pessoal Civil | 5.000,00 |
| 3.1.90.46 – 000 (1612) | Auxílio Alimentação | 2.500,00 |
| 05 | SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS | |
| 05.02 | DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO | |
| 04 | Administração | |
| 04.122 | Administração Geral | |
| 04.122.0007 | Coordenação e Administração da Secretaria de Planejamento | |
| 2.192 | Programa de Educação no trânsito nas Escolas | |
| 3.3.90.39 – 000 (1658) | Outros Serviços de Terceiro - PJ | 7.000,00 |
| 04.122.0012 | Aquisição e Licitação de materiais e serviços | |
| 2.015 | Manutenção do Departamento de Compras | |
| 3.1.90.16 – 000 (1695) | Outras Despesas Variáveis – Pessoal Civil | 8.000,00 |
| 3.1.90.46 – 000 (1696) | Auxílio Alimentação | 1.500,00 |
| 05.03 | DEPARTAMENTO FINANCEIRO | |
| 04 | Administração | |
| 04.129 | Administração de Receitas | |
| 04.129.0015 | Arrecadação de Receitas | |
| 2.019 | Manutenção e Coordenação de Tributação e Fiscalização | |
| 3.3.90.14 – 000 (1774) | Diárias – Pessoal Civil | 12.500,00 |
| 3.3.90.33 – 000 (1790) | Passagens e Despesas com Locomoção | 2.500,00 |
| 06 | SECRETARIA MUNICIPAL DE ENGENHARIA, OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS | |
| 06.03 | DEPARTAMENTO DE ILUMINÇÃO PÚBLICA | |
| 25 | Energia | |
| 25.752 | Energia Elétrica | |
| 25.752.0019 | Serviços Urbanos e Geoprocessamento | |
| 2.023 | Manutenção e Ampliação da rede de iluminação pública | |
| 3.1.91.13 – 000 (1908) | Obrigações Patronais | 800,00 |
| 07 | SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA | |
| 07.02 | DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO | |
| 12 | Educação | |
| 12.365 | Educação Infantil | |
| 12-365-0039 | Manutenção do Ensino | |
| 2.096 | Manutenção das atividades do Transporte Escolar e adequação de veículos | |
| 3.3.90.39 – 103 (2946) | Outros Serviços de Terceiros – PJ | 510,00 |
| 08 | SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE | |
| 08.01 | ATENÇÃO BÁSICA | |
| 10 | Saúde | |
| 10.301 | Atenção Básica | |
| 10-301-0043 | Manutenção da Saúde | |
| 2.122 | Manutenção do Programa Agentes Comunitários de Saúde - ACS | |
| 3.1.90.13 - 000 (2605) | Obrigações Patronais | 3.000,00 |
| 3.1.91.13 – 303 (2610) | Obrigações Patronais | 4.010,00 |
| 2.125 | Manutenção das atividades ambulatoriais dos Programas | |
| 3.3.90.39 – 303 (2630) | Outros Serviços de Terceiros – PJ | 8.900,00 |
| 2.252 | Manutenção da estratégia saúde da família - ESF | |
| 3.3.90.14 – 494 (2655) | Diárias – Pessoal Civil | 7.550,00 |
| 4.4.90.52 – 303 (2661) | Equipamentos e Material Permanente | 26.000,00 |
| 2.332 | Manutenção do Programa de Melhorias de Acesso e Qualidade | |
| 3.3.90.39 – 494 (2666) | Outros Serviços de Terceiros – PJ | 15.500,00 |
| 08.02 | URGÊNCIA E EMERGÊNCIA | |
| 10 | Saúde | |
| 10.302 | Assistência Hospitalar e Ambulatorial | |
| 10-302-0043 | Manutenção da Saúde | |
| 2.278 | Manutenção das Atividades da Unidade de Pronto Atendimento - UPA 24hs | |
| 4.4.90.51 - 000 (2696) | Obras e Instalações | 100.600,00 |
| 08.03 | MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE | |
| 10 | Saúde | |
| 10.302 | Atenção Básica | |
| 10-302-0043 | Manutenção da Saúde | |
| 2.130 | Manutenção da prestação de serviços de Laboratório Central | |
| 3.3.90.39 – 303 (2739) | Outros Serviços de Terceiros – PJ | 5.600,00 |
| 08.04 | VIGILÂNCIA EM SAÚDE | |
| 10 | Saúde | |
| 10.304 | Vigilância Sanitária | |
| 10-304-0043 | Manutenção da Saúde | |
| 2.131 | Manutenção das Atividades de Vigilância Sanitária e Ambiental | |
| 3.1.90.49 – 510 (2784) | Auxílio-Transporte | 950,00 |
| 3.3.90.39 – 510 (2793) | Outros Serviços de Terceiros – PJ | 21.000,00 |
| 10.305 | Vigilância Epidemiológica | |
| 10-305-0043 | Manutenção da Saúde | |
| 2.124 | Manutenção do Programa Agentes Endêmicos | |
| 3.1.91.13 – 303 (2804) | Obrigações Patronais | 400,00 |
| 08.05 | ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA | |
| 10 | Saúde | |
| 10.303 | Suporte Profilático e Terapêutico | |
| 10-303-0043 | Manutenção da Saúde | |
| 2.129 | Prestação de serviços para assistência farmacêutica básica | |
| 3.3.90.32 – 303 (2828) | Material, bem ou serviço para distribuição gratuita | 91.500,00 |
| 4.4.90.52 – 303 (2833) | Equipamentos e Material Permanente | 800,00 |
| 08.07 | ADMINISTRAÇÃO DA SAÚDE | |
| 10 | Saúde | |
| 10.301 | Atenção Básica | |
| 10-301-0043 | Manutenção da Saúde | |
| 2.388 | Manutenção das Atividades da Saúde | |
| 4.4.90.52 – 303 (2876) | Equipamentos e Material Permanente | 58.250,00 |
| 09 | SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL | |
| 09.04 | FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL | |
| 8 | Assistência Social | |
| 8.244 | Assistência Comunitária | |
| 08-244-0024 | Assistência Comunitária | |
| 2.208 | Manutenção do CRAS - Proteção Social Básica | |
| 3.1.90.13 – 000 (2101) | Obrigações Patronais | 10.500,00 |
| 10 | SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO | |
| DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO | | |
| 11 | Trabalho | |

| | | |
|------------------------|--|------------|
| 11.333 | Empregabilidade | |
| 11-333-0026 | Incentivo Atividade Comercial | |
| 2.046 | Manutenção das atividades da marcenaria | |
| 3.3.90.14 – 000 (2180) | Diárias – Pessoal Civil | 4.700,00 |
| 11 | SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA | |
| 11.02 | DEPARTAMETO DE AGRICULTURA | |
| 20 | Agricultura | |
| 20.606 | Extensão Rural | |
| 20-606-0029 | Atividades da Secretaria de Agricultura | |
| 2.070 | Manutenção das atividades de Desenvolvimento Rural | |
| 3.1.90.16 – 000 (2280) | Outras Despesas Variáveis – Pessoal Civil | 17.000,00 |
| 3.3.90.30 – 000 (2284) | Material de Consumo | 94.300,00 |
| 2.073 | Manutenção das atividades do Interior | |
| 3.1.90.49 – 000 (2296) | Auxílio-Transporte | 700,00 |
| 3.3.90.14 – 000 (2298) | Diárias – Pessoal Civil | 3.600,00 |
| 12 | SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE | |
| 12.02 | DEPARTAMENTO DESENVOLVIMENTO AMBIENTAL | |
| 15 | Urbanismo | |
| 15.541 | Preservação e Conservação Ambiental | |
| 15.541.0033 | Preservar e Melhorar o Meio Ambiente | |
| 2.076 | Manutenção das atividades do Departamento de Meio Ambiente | |
| 3.1.90.16 – 000 (2320) | Outras Despesas Variáveis – Pessoal Civil | 3.300,00 |
| 2.077 | Implementação e recuperação de Áreas degradadas e Restauração de Áreas de preservação permanente APP | |
| 3.3.90.39 – 000 (2317) | Outros Serviços de Terceiros – PJ | 39.500,00 |
| 12.03 | DEPARTAMENTO DE LIMPEZA, CONSERVAÇÃO DE VIAS | |
| 17 | Saneamento | |
| 17.512 | Saneamento básico urbano | |
| 17-512-0034 | Limpeza Pública | |
| 2.084 | Manutenção das atividades de limpeza, coleta e processamento de | |
| 3.3.90.30 – 000 (2415) | Material de Consumo | 47.000,00 |
| 4.4.90.52 – 511 (2421) | Equipamentos e Material Permanente | 4.700,00 |
| 16 | SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER | |
| 16.01 | GABINETE DO SECRETÁRIO | |
| 27 | Desporto e Lazer | |
| 27.812 | Desporto Comunitário | |
| 27.812.0041 | Manutenção do Esporte | |
| 2.240 | Manutenção das atividades do Secretário de Esportes | |
| 3.3.90.14 – 000 (2442) | Diárias – Pessoal Civil | 340,00 |
| 17 | SEC. MUN. DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO | |
| 17.02 | DEPARTAMENTO DO PARQUE TECNOLÓGICO | |
| 19 | Ciência e Tecnologia | |
| 19.573 | Difusão do Conhecimento Científico e Tecnológico | |
| 19.573.0025 | Desenvolvimento Econômico e Tecnológico | |
| 2.241 | Manutenção das atividades do Departamento Administrativo e Financeiro | |
| 3.3.90.30 – 000 (2498) | Material de Consumo | 2.100,00 |
| 17.03 | DEP. DE POLÍTICAS E PROG. DE PESQ. E DESENVOLVIMENTO | |
| 19 | Ciência e Tecnologia | |
| 19.573 | Difusão do Conhecimento Científico e Tecnológico | |
| 19.573.0025 | Desenvolvimento Econômico e Tecnológico | |
| 2.243 | Manutenção do Dep de Sistemas e Infra-Estrutura do Centro de Processamento de Dados | |
| 3.3.90.39 – 000 (2511) | Outros Serviços de Terceiro - PJ | 1.050,00 |
| 17.04 | DEPARTAMENTO DE INCUBADORA E TECNOLOGIA | |
| 19 | Ciência e Tecnologia | |
| 19.573 | Difusão do Conhecimento Científico e Tecnológico | |
| 19.573.0025 | Desenvolvimento Econômico e Tecnológico | |
| 2.269 | Manter atividades do Departamento de Desenvolvimento da Ciência, Tecnologia e Inovação | |
| 3.1.91.13 – 000 (2519) | Obrigações Patronais | 9.300,00 |
| 3.3.90.39 – 000 (2523) | Outros Serviços de Terceiros – PJ | 3.000,00 |
| | TOTAL | 791.460,00 |

MUNICÍPIO DE MARIÓPOLIS

EXTRATO DE CONTRATO DE FORNECIMENTO nº 47/2021 - GP. PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE nº 5/2021.

MUNICÍPIO DE MARIÓPOLIS E A PROPONENTE: EDITORA APRENDE BRASIL LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 79.719.613/0001-33, Inscrição Estadual nº 1011473551, estabelecida na Rua Senador Acioly Filho, nº 431, Bairro CIC, no município de Curitiba, estado do Paraná, adiante simplesmente CONTRATADA. DO OBJETO: o fornecimento do Sistema de Ensino Aprende Brasil, do qual a CONTRATADA é detentora exclusiva, em todo território nacional, dos direitos de publicação, comercialização e distribuição. Integram este instrumento os atos praticados no processo de contratação direta, em especial, o descritivo do Sistema de Ensino Aprende Brasil, a Proposta Comercial, os Pareceres Pedagógicos e Jurídicos e a Publicação da Ratificação da Inexigibilidade. Considerando a natureza do objeto deste Contrato e a necessidade de sua constante atualização, a CONTRATADA poderá alterar, aprimorando a forma e o conteúdo, os produtos disponibilizados, desde que não haja modificação substancial das suas especificações. DO REGIME DE EXECUÇÃO: O regime de execução do presente Contrato será mediante o fornecimento de livros didáticos impressos, integrados à plataforma virtual de aprendizagem, com o correspondente assessoramento pedagógico aos docentes e equipes técnico-pedagógicas da Secretaria Municipal de Educação, bem como por meio da disponibilização de ferramentas de avaliação e acompanhamento da gestão educacional municipal.

| NÍVEL | SÉRIE | QUANTIDADE BIMESTRAL | QUANTIDADE ANUAL |
|------------------------------------|--------|----------------------|------------------|
| Educação Infantil | G1* | 0 | 0 |
| | G2* | 0 | 0 |
| | G3** | 0 | 0 |
| | G4** | 108 | 216 |
| | G5** | 85 | 170 |
| Ensino Fundamental (Anos Iniciais) | 1º Ano | 80 | 320 |
| | 2º Ano | 92 | 368 |
| | 3º Ano | 81 | 324 |
| | 4º Ano | 59 | 236 |
| | 5º Ano | 90 | 360 |
| TOTAL | | 595 | 2380 |

* Material anual ** Material semestral.

DO FORNECIMENTO: Em decorrência da estimativa prevista na cláusula anterior, a CONTRATANTE deverá confirmar a quantidade dos Livros Didáticos, por bimestre, semestre ou anualmente, observando, na hipótese de o pedido ser bimestral, os períodos de comercialização abaixo descritos:

| BIMESTRE | PERÍODO DE COMERCIALIZAÇÃO |
|-------------|----------------------------|
| 1º Bimestre | 08/11/2021 a 25/03/2022 |
| 2º Bimestre | 02/03/2022 a 30/04/2022 |
| 3º Bimestre | 16/05/2022 a 30/06/2022 |
| 4º Bimestre | 08/08/2022 a 30/09/2022 |

Pedidos feitos fora do período de comercialização somente serão atendidos se a CONTRATADA tiver disponibilidade de estoque. 2º No caso de haver transferências ou novas matrículas de alunos, esse número poderá ser aumentado ou diminuído, devendo as partes celebrar termo aditivo contratual para eventuais acréscimos e supressões, observado o previsto no art. 65, §1º, da Lei 8.666/93. 3º Na hipótese de aumento da quantidade de livros, prevista no §2º da Cláusula Segunda, a CONTRATANTE deverá emitir NOTA DE EMPENHO referente à despesa complementar, no exercício fiscal correspondente ao pedido de fornecimento. 4º Os pedidos dos Livros Didáticos Integrados poderão ser feitos por e-mail, os quais devem ser anexados ao processo administrativo de contratação. DOS PRAZOS E CONDIÇÕES DE ENTREGA: O fornecimento dos materiais deverá ocorrer em até 25 (vinte e cinco) dias úteis, contados a partir do recebimento da Nota de Empenho e Autorização de Fornecimento, devidamente assinados, e, nos termos da cláusula terceira, bem como mediante aprovação expressa, pela CONTRATANTE, da capa e contra capa dos Livros Didáticos. § 1º As despesas de transporte e seguro de carga correrão por conta da CONTRATADA. 2º Os materiais deverão ser entregues nas unidades escolares urbanas, indicadas pela CONTRATANTE. 3º No caso de unidades escolares rurais, os materiais deverão ser entregues diretamente na Secretaria de Educação do Município, que encaminhará às escolas rurais. DO PREÇO: LA 6ª – A CONTRATANTE pagará à CONTRATADA o valor unitário, por volume dos Livros Didáticos. Valor total estimado do presente Contrato é de R\$ 272.123,14 (Duzentos e setenta e dois mil cento e vinte e três reais e quatorze centavos). 2º Os pagamentos deverão ser efetuados pela CONTRATANTE em até 30 (trinta) dias corridos, após a emissão da nota fiscal de faturamento relativa a cada pedido/entrega. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas decorrentes desta contratação serão efetuadas à conta das seguintes Dotações Orçamentárias, estabelecidas para o exercício fiscal de 2022: 05.00 Departamento de Educação – 05.01 – Divisão de Educação – 12.361.0011.2.014 – Manutenção do Ensino Fundamental – Recursos Próprios – 33.90.32 – Material, bem ou serviço para distribuição gratuita – Fonte (102). Despesa 954. GESTOR DO CONTRATO: Samira DalSant. DA VIGÊNCIA E DA PRORROGAÇÃO: Este Contrato é firmado para o ano letivo de 2022, com vigência de 27 de Dezembro de 2021 à 20/12/2022, sendo passível de prorrogação, mediante termo aditivo, até o limite de 60 (sessenta) meses, consoante faculta o art. 57, II, da Lei nº 8.666/93. DO REAJUSTE: Os valores constantes deste Contrato serão reajustados pela variação do INPC ocorrida no período ou, na hipótese de extinção desse índice, por outro que venha a substituí-lo. Parágrafo Único – A periodicidade de reajuste do Contrato será de 12 (doze) meses, contados da data limite para apresentação da proposta ou do orçamento a que ela se referir. O valor contratual mensal poderá ser reajustado após o 12º (décimo segundo) mês da vigência do contrato, utilizando-se como limite máximo para o reajuste a variação do INPC – Índice Nacional de Preços ao Consumidor ocorrida no período. Parágrafo Segundo - O valor do contrato poderá, eventualmente, ser reajustado ou alterado nos termos do artigo 65 da Lei nº 8666/93. Dos cursos e atendimentos ofertados:

| ASSESSORIA PEDAGÓGICA | | |
|--|---|--|
| DESCRIÇÃO | TOTAL DE HORAS DISTRIBUÍDAS AO LONGO DO ANO | |
| TOTAL ANUAL DE HORAS Sistemada Ensino Aprende Brasil | 52 | |

DA ALTERAÇÃO: A CONTRATADA obriga-se a aceitar os acréscimos ou supressões no objeto que se fizerem necessários, até o limite facultado pela regra do § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93, podendo a supressão exceder tal limite, nos termos do § 2º, inciso II, do mesmo artigo. FORO: Comarca de Clevelândia, Estado do Paraná. Mariópolis, 27 de Dezembro de 2021. Prefeito Municipal, Mario Eduardo Lopes Paulek.

DECRETO Nº 220/2021

DATA: 28.12.2021

SÚMULA: Decreta Estado de Emergência em função da crise hídrica.

O Prefeito Municipal de Itapejara D'Oeste, no uso de suas atribuições legais e regimentais;

CONSIDERANDO que o abastecimento de água é essencial para a Vida;

CONSIDERANDO que a necessidade de garantir a qualidade e potabilidade da água coletada para consumo da população do Estado.

CONSIDERANDO que o município de Itapejara D'Oeste está vivenciando neste momento uma severa estiagem, com gravidade maior em algumas de suas localidades necessitando com suma importância dos instrumentos que este Decreto permite;

CONSIDERANDO que a região Sudoeste tem demonstrado menor recuperação dos mananciais superficiais e menor recarga de aquíferos, ainda reflexo da estiagem extrema ocorrida ao longo do biênio 2020/2021;

CONSIDERANDO que os fenômenos climáticos e meteorológicos que caracterizam situação de estiagem verificada nos últimos 24 (vinte e quatro) meses são de ciclos multianuais e de lenta normalização;

CONSIDERANDO que para o abastecimento público, se faz necessário a regularidade do regime de chuvas, para que haja a manutenção dos níveis dos reservatórios e rios, bem como a recarga de aquíferos;

CONSIDERANDO o disposto na Lei Federal nº 9.433, de 08 de janeiro de 1997, e na Lei nº 12.726, de 26 de novembro de 1999, que estabelecem as políticas nacional e estadual de recursos hídricos respectivamente e que definem nos seus fundamentos que “em situação de escassez, o uso prioritário dos recursos hídricos é o consumo humano e dessedentação de animais”;

CONSIDERANDO que, em decorrência do já exposto, ocorreu redução significativa de água para abastecimento em localidades do município, indicando a necessidade de mobilização estratégica no sentido de redução da utilização da água para fins não prioritários;

CONSIDERANDO a urgente necessidade de convocar a população para colaborar com medidas de contenção e uso racional da água; e

CONSIDERANDO o Decreto nº 9989 do Governo do Estado de 22 de dezembro de 2021, decretando situação de emergência hídrica no Estado do Paraná;

DECRETA:

Art. 1º Fica decretado à situação de emergência hídrica no município de Itapejara D'Oeste, tendo em vista a necessidade de ações que ampliem o volume de água armazenado nos reservatórios e de recarga de aquíferos, ainda como reflexo da estiagem que perdura no município de Itapejara D'Oeste e no Estado do Paraná há mais de 02 (dois) anos.

Parágrafo único: Ficam autorizados os órgãos da administração direta e indireta a empregar/destinar seus recursos humano e materiais, veículos e equipamentos para auxílio nas operações de abastecimento humano e dessedentação de animais, conforme critérios de conveniência e oportunidade.

Art. 2º O município poderá prover recursos em ações, obras e equipamentos para promover:

I – a proteção, monitoramento, restauração e recuperação ambiental de encostas, margens de rios, nascentes e áreas de mananciais;

II – a restauração, recuperação e monitoramento ambiental de áreas degradadas, salvo casos em que a responsabilidade seja do titular ou possuidor da área, ou do causador do dano;

III – a educação ambiental voltada à proteção, restauração e conservação dos recursos hídricos.

Art. 3º Os órgãos e entidades do Município de Itapejara D'Oeste devem promover a comunicação e publicidade necessárias às ações decorrentes da aplicação deste Decreto, à conscientização e informação da população quanto à economia e uso racional da água.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação e vigorará pelo prazo de 180 (cento e oitenta) dias, podendo ser revisto a qualquer momento, a depender da evolução da situação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Itapejara D'Oeste, Estado do Paraná, aos 28 (vinte e oito) dias do mês de dezembro de 2021.

Vilmar Schmoller
Prefeito Municipal

Vladimir Lucini
Dir. Depto de Administração

PREFEITURA DE

Vitorino

ESTADO DO PARANÁ

AVISO DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE VITORINO, ESTADO DO PARANÁ, torna público a realização em sua sede, sito à Rua Barão de Capanema, 134, às 09:00 horas do dia 12/01/2022, LICITAÇÃO na modalidade PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS , tipo de Licitação **MENOR PREÇO POR lote n.º 75/2021**, objetivando o **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO DE URNA MORTUÁRIA PADRÃO ASSISTENCIAL, TRANSLADO E EXECUÇÃO DE FUNERAIS DE PESSOAS DE BAIXA RENDA DO MUNICÍPIO DE VITORINO.**

O edital poderá ser obtido junto à **PREFEITURA MUNICIPAL DE VITORINO**, a partir do dia 29/12/2021, pelos emails: licita@vitorino.pr.gov.br, compras@vitorino.pr.gov.br e pelo site WWW.vitorino.pr.gov.br

Vitorino, 29/12/2021

Pregoeiro Oficial do Município

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) presidente Paulo Horn, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - Homologar e Adjudicar a presente Licitação nestes termos:

a) Nr. Processo:

b) Nr. Licitação:

c) Modalidade:

d) Data de Homologação:

e) Objeto da Licitação:

167/2021

39/2021 - PE

Pregão eletrônico

28/12/2021

FORMAÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE MEDICAMENTOS (FARMÁCIA BÁSICA E PSICOTRÓPICOS).

f) Fornecedores Vencedores:

| | | |
|---|-------------------|-------------------|
| ABC DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA | Total fornecedor: | R\$ 159.890,00 |
| ÁGIL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA | Total fornecedor: | R\$ 1.399.759,50 |
| A G KIENEN & CIA LTDA - EPP | Total fornecedor: | R\$ 210.395,00 |
| ANJOMEDI DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA | Total fornecedor: | R\$ 26.069,00 |
| ANTIBIOTICOS DO BRASIL LTDA. | Total fornecedor: | R\$ 360.000,00 |
| AR FIORENZANO DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS | Total fornecedor: | R\$ 3.205.379,00 |
| ASLU COMERCIAL EIRELI | Total fornecedor: | R\$ 135.600,00 |
| ATIVA MEDICO CIRURGICA LTDA | Total fornecedor: | R\$ 29.118,00 |
| ATONS DO BRASIL DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS | Total fornecedor: | R\$ 95.300,00 |
| BRIOIL DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS | Total fornecedor: | R\$ 217.050,00 |
| CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS | Total fornecedor: | R\$ 14.230.851,00 |
| CIAMED - DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA. | Total fornecedor: | R\$ 1.393.254,00 |
| CIAMED - DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - | Total fornecedor: | R\$ 1.100,00 |
| CIRÚRGICA SANTA CRUZ COMERCIO DE PRODUTOS | Total fornecedor: | R\$ 141.750,00 |
| COMPEI PRODUTOS COMERCIAIS EIRELI | Total fornecedor: | R\$ 208.500,00 |
| COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA | Total fornecedor: | R\$ 182.595,00 |
| COMERCIAL MARK ATACADISTA EIRELI | Total fornecedor: | R\$ 81.740,00 |
| CONQUISTA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E | Total fornecedor: | R\$ 52.064,00 |
| CRISTÁLIA PRODUTOS QUÍMICOS FARMACÊUTICOS | Total fornecedor: | R\$ 1.701.118,00 |
| DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES | Total fornecedor: | R\$ 1.445.425,00 |
| DIMENSÃO COM DE ARTIGOS MÉDICOS | Total fornecedor: | R\$ 389.047,50 |
| DIMEVA DISTRIBUIDORA E IMPORTADORA LTDA | Total fornecedor: | R\$ 923.009,00 |
| DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS BACKES EIRELI | Total fornecedor: | R\$ 69.360,00 |
| DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS PARANA LTDA | Total fornecedor: | R\$ 28.050,00 |
| FLYMED COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES | Total fornecedor: | R\$ 3.000,00 |
| FRESENIUS KABI BRASIL LTDA | Total fornecedor: | R\$ 47.850,00 |
| FRESENIUS KABI BRASIL LTDA. | Total fornecedor: | R\$ 495.800,00 |
| GENERICA ITATIBA DISTRIBUIDORA DE | Total fornecedor: | R\$ 613.910,00 |
| GENESIO A MENDES & CIA LTDA | Total fornecedor: | R\$ 104.310,00 |
| GRAMS & GRAMS LTDA | Total fornecedor: | R\$ 5.888.356,00 |
| INOVAMED HOSPITALAR LTDA | Total fornecedor: | R\$ 1.237.273,50 |
| LABORATORIO TEUTO BRASILEIRO S/A | Total fornecedor: | R\$ 120.000,00 |
| LICIMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS, | Total fornecedor: | R\$ 1.217.887,00 |
| MDF DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS | Total fornecedor: | R\$ 248.550,00 |
| MEDBRANDS COMERCIO E DISTRIBUIDORA EIRELI | Total fornecedor: | R\$ 293.640,00 |
| MEDICAMENTAL HOSPITALAR LTDA | Total fornecedor: | R\$ 58.900,00 |
| MEDITON FARMACEUTICA LTDA - ME | Total fornecedor: | R\$ 141.347,00 |
| MERCO SOLUÇÕES EM SAÚDE S/A | Total fornecedor: | R\$ 10.640,00 |
| NATCOFARMA DO BRASIL LTDA | Total fornecedor: | R\$ 67.750,00 |
| NOVA MEDICAMENTOS LTDA | Total fornecedor: | R\$ 1.150.622,00 |
| PARANA MED COMERCIO ATACADISTA DE | Total fornecedor: | R\$ 66.020,00 |
| PHARMA LOG PRODUTOS FARMACEUTICOS EIRELI | Total fornecedor: | R\$ 1.169.148,00 |
| PONTAMED FARMACEUTICA LTDA | Total fornecedor: | R\$ 2.328.463,80 |
| PRATI, DONADUZZI & CIA LTDA | Total fornecedor: | R\$ 464.944,00 |
| PROHOSP DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA. | Total fornecedor: | R\$ 439.687,00 |
| PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA | Total fornecedor: | R\$ 2.533.288,75 |
| PROSPER COMERCIO E DISTRIBUICAO LTDA | Total fornecedor: | R\$ 67.860,00 |
| RG2S DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA | Total fornecedor: | R\$ 892.685,00 |
| SOMA/PR COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES | Total fornecedor: | R\$ 1.101.755,50 |
| SULMEDIC COMERCIO DE MEDICAMENTOS EIRELI | Total fornecedor: | R\$ 1.009.600,00 |
| TOLESUL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA | Total fornecedor: | R\$ 185.980,00 |
| TOP NORTE COMERCIO DE MATERIAL MEDICO | Total fornecedor: | R\$ 270.820,00 |
| WEBBRAN DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA | Total fornecedor: | R\$ 398.285,00 |
| Total geral: R\$ 36.514.796,55 | | |

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s):

| Descrição da Despesa | Dotação |
|---|-------------------------------------|
| Atendimento aos Municípios Consorciados | 02.001.10.302.0002.2002.3.3.90.30.0 |

PAULO HORN
Presidente

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) presidente Paulo Horn, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - Homologar e Adjudicar a presente Licitação nestes termos:

a) Nr. Processo:

b) Nr. Licitação:

c) Modalidade:

d) Data de Homologação:

e) Objeto da Licitação:

197/2021

38/2021 - DL

Dispensa de licitação

29/12/2021

Contratação de empresa especializada na prestação de serviços continuados de vigilância patrimonial desarmada, 24 horas de segunda à domingo, inclusive feriados

f) Fornecedores Vencedores:

| | | |
|---|-------------------|----------------|
| PRIMEIRA ACAO VIGILANCIA E SEGURANCA LTDA | Total fornecedor: | R\$ 253.998,72 |
| Total geral: | | R\$ 253.998,72 |

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s):

| Descrição da Despesa | Dotação |
|--|-------------------------------------|
| Manutenção da Atividade Administrativa | 01.001.10.122.0001.2001.3.3.90.37.0 |
| Centro de Atenção Psicossocial - CAPS AD III | 03.001.10.302.0002.2003.3.3.90.37.0 |

PAULO HORN
Presidente

EXTRATO ESTATUTO SOCIAL

ASSOCIAÇÃO PRÓ CONSTRUÇÃO DO RESIDENCIAL LEONIS

Rua Manoel Ribas, 336, bairro Brasília, CEP 85.504-013

CAPÍTULO I - DA DENOMINAÇÃO, SEDE E FINS

ASSOCIAÇÃO PRÓ CONSTRUÇÃO DO RESIDENCIAL LEONIS, fundado em 01 de dezembro de 2021, é uma ASSOCIAÇÃO, sem fins econômicos, que terá duração por tempo indeterminado, com sede no Município de Pato Branco, Estado do Paraná, com sede na rua Rua Manoel Ribas, 336, bairro Brasília, CEP 85.504-013, lote nº 11 (onze) da quadra nº 90 (novenata), nesta cidade de Pato Branco-PR, com área de 759,00 m2, registrado no Cartório do 1º Ofício do Registro de Imóveis da Comarca de Pato Branco-PR, contra a descrição geral da edificação em incorporação a ser edificada, finalidade exclusiva desta associação, a seguinte: o Residencial Leonis é um prédio residencial, com área construída de 4.792,98 m², distribuído em onze pavimentos, tudo conforme conforme limites e confrontações constantes da Matrícula nº 9.298, em caráter irratável e definitivo em permuta por área construída o referido imóvel para a formação, constituição e construção do Associação Pró Construção do Residencial Leonis, na modalidade a preço de custo, conforme normativa da Lei 4.591/1964 e normas específicas ao tema do Código Civil de 2002, de acordo com o projeto arquitetônico, e projetos complementares, aprovados pelo ASSOCIADO PERMUTANTE, adiante qualificada como ASSOCIADO PERMUTANTE, ASSOCIADOS CONDÔMINOS ADQUIRENTES e CONSTRUTORA INTERVENIENTE ANUENTE, todos, por livre e espontânea vontade de cada um, concordam com a distribuição das unidades autônomas prevista neste estatuto: Art. 2 - A Associação Pró Construção do Residencial Leonis tem por finalidade exclusiva a construção e administração de um edifício com área total de 4.792,98 m² sobre o lote nº 11 da quadra 90, em Pato Branco, Estado do Paraná, acima descrito. Art. 3 – No desenvolvimento de suas atividades, a Associação Pró Construção do Residencial Leonis não fará qualquer discriminação de raça, cor, sexo ou religião. Art. 4 - A Associação Pró Construção do Residencial Leonis poderá ter uma Convenção de Associação Pró Construção do Residencial Leonis em Regimento Interno, que aprovado pela Assembleia Geral, disciplinará o seu funcionamento. Art. 5 - A fim de cumprir sua finalidade, a Associação Pró Construção do Residencial Leonis poderá organizar-se em unidades de prestação de serviços, quantas se fizerem necessárias, as quais se regerão pelo Regimento Interno. CAPÍTULO II - DOS ASSOCIADOS Art. 6 - A Associação Pró Construção do Residencial Leonis é constituída por número limitado de associados, (um associado por unidade imobiliária) que serão admitidos a juízo da diretoria, dentre pessoas idôneas. Art. 7 - Haverá a seguinte categoria de associados: contribuintes, os que pagarem o rateio das despesas estabelecidas pela diretoria conforme este instrumento e também da Convenção de Condomínio; Art. 8 - São direitos dos associados quites com suas obrigações sociais: I - Votar e ser votado para os cargos eletivos; II - Tomar parte nas assembleias gerais. Art. 9 - São deveres dos associados:I- Cumprir as disposições estatutárias e regimentais;II- Acatar as determinações da Diretoria.Parágrafo Único. Havendo justa causa, o associado poderá ser excluído da Associação Pró Construção do Residencial Leonis por decisão da diretoria, após o exercício do direito de defesa. Da decisão caberá recurso à assembleia geral.Art. 10 - Os associados da entidade não respondem, nem mesmo subsidiariamente, pelas obrigações e encargos sociais da instituição. CAPÍTULO III - DA ADMINISTRAÇÃO Art. 11 - A Associação Pró Construção do Residencial Leonis será administrada por:I- Assembleia Geral;II- Diretoria; III- Conselho Fiscal. Art. 12- A Assembleia Geral, órgão soberano da instituição, constituir-se-á dos associados em pleno gozo de seus direitos estatutários. Art. 13- Compete à Assembleia Geral:I - Eleger a Diretoria e o Conselho Fiscal; II - Destituir os Administradores; III - Apreciar recursos contra decisões da diretoria; IV - Decidir sobre a reforma do estatuto; V - Decidir sobre a extinção da entidade, nos termos do artigo 33;VI - Aprovar as contas;VII - Aprovar o regimento interno.Art. 14 - A Assembleia Geral realizar-se-á ordinariamente, uma vez por ano para:I - Apreciar o relatório anual da Diretoria;II - Discutir e homologar as contas e o balanço aprovado pelo Conselho Fiscal. Art. 15 - A Assembleia Geral realizar-se-á extraordinariamente, quando convocada: I - Pelo presidente da Diretoria – Síndico e Sub-Síndico; II - Pela Diretoria;III - Pelo Conselho Fiscal; IV - Por Requerimento de 1/5 dos associados quites com as obrigações sociais. Art. 16 - A Convocação da Assembleia Geral será feita por meio de edital enviado no e-mail cadastrado de cada ASSOCIADO, sendo que toda a comunicação entre as partes contratantes, reuniões, convocações, avisos, assembleias, será feita por meio dos endereços eletrônicos dos ASSOCIADOS; Art. 17 - A Diretoria será constituída por um Presidente, um Vice-Presidente, na qualidade de Comissão de Representantes, até o término da construção do edifício Associação Pró Construção do Residencial Leonis, de acordo com os parâmetros emanados da Lei nº 4.591 de 16.12.1964. E quando for finalizada a construção do prédio, instalar-se-á o Condomínio Residencial Leonis com eleição de Síndico, sub-síndico, com possibilidade de eleger também, Primeiro e segundo Secretários, e Primeiro e segundo Tesoureiros, de acordo com os parâmetros da pré Convenção de Condomínio. Parágrafo Primeiro - O mandato da diretoria será de 02 (dois) anos, vedada mais de uma reeleição consecutiva. Parágrafo Segundo - Conforme ata da reunião deliberativa lavrada em 30 de setembro de 2021, ficou eleita a diretoria a saber **Presidente** foi eleito a Srª **Eunice Maria Cavali Duarte**, brasileira, contadora, casada, portadora do RG nº 1.957.006-1 SSP-PR e do CPF/MF nº 374.171.779-72, residente e domiciliada na Rua Araucária, 463, Apto 01, Bairro Santa Terezinha; para o cargo de **1º tesoureiro** ficou eleita a Sra. **Luci Cavali Sbeghen**, brasileira, comerciante, casada, portadora do RG nº 2.133.040-0 SSP-PR e do CPF/MF nº 495.670.129-20, residente e domiciliada na Avenida Tupi, n. 564, centro; e para o cargo de **2º tesoureiro** o Sr. **Valmir Lupatini**, brasileiro, Comerciante, casado, portador do RG nº 2.030.918 SSP-PR e do CPF nº 437.225.479-20, residente e domiciliado na Rua Araribóia, n. 1032, Apto 301, centro, e para a **Comissão de Compras** foram eleitos: **Sr. Gustavo Bergamaschi**, brasileiro, empresário, solteiro, portador do RG nº 9.798.511-1 e CPF nº 052.500.159-05, residente e domiciliado na Rua Armando Marangon, n.199, Bairro Fraron, e **Sr. Michelangelo Muzeli Trezzi**, brasileiro, Professor de Ensino Superior e Engenheiro Agrônomo, casado, portador do RG nº 14.182.011-7 e CPF nº 434.026.070-34, residente e domiciliado na Rua João Alves de Medeiros, n.438, Bairro Pinheiros. Sendo que a movimentação bancária da conta da associação será feita sempre com duas assinaturas, sendo uma do presidente ou de um dos tesoureiros da Associação e a outra obrigatoriamente de um dos representantes legais da **Estilos Construções Ltda**, nomeados à seguir: **Engº Loreni Fenalti da Costa**, portadora do RG nº 9.225.454-2 - SSP-Pr e do CPF nº 200.594.930-20, **Engº Juglans Delonix Fenalti Godoy**, portador do RG nº 9.225.450-0 SSP-Pr e do CPF nº 051.875.709-94. O Presidente fica investido dos poderes para exercer todas as atribuições e praticar todos os atos que lhes competem no estatuto e outros encargos e prerrogativas estabelecidas pela lei nº 4.591 de 16.12.1964, bem como as especiais para firmar contratos bancários. Art. 29 - A Instituição não distribuirá lucros, resultados, dividendos, bonificações, participações ou parcela de seu patrimônio, sob nenhuma forma ou pretexto. 18 - Compete à Diretoria:I - Elaborar e executar programa anual de atividades; II - Elaborar e apresentar, à assembleia geral, o relatório anual; III - Estabelecer o valor da mensalidade para os sócios contribuintes; IV - Entrosar-se com Instituições públicas e privadas para mútua colaboração em atividades de interesse comum; V - Contratar e demitir empregados e prestadores de serviço e mão de obra; VI - Convocar a assembleia Geral; VII - exercer os poderes descritos na Convenção de Associação Pró Construção do Residencial Leonis Regimento Interno do Edifício LEONIS; Art. 19 - A diretoria reunir-se-á no mínimo duas vezes ao ano. Art. 20 - Compete ao Presidente: I - Representar o Associação Pró Construção do Residencial Leonis ativa e passivamente, judicial e extrajudicialmente; II - Cumprir e fazer cumprir este Estatuto e o Regimento Interno; III - Convocar e Presidir a Assembleia Geral; IV - Convocar e presidir as reuniões da Diretoria; V - Assinar, com o primeiro tesoureiro, todos os cheques, ordens de pagamento que representem obrigações financeiras do Condomínio. Art. 21 - Compete ao Vice- Presidente: I - Substituir o Presidente em suas faltas ou impedimentos; II - Assumir o mandato, em caso de vacância, até seu término; III - prestar, de modo Geral, a sua colaboração ao Presidente. Art. 22 - Compete a CONSTRUTORA INTERVENIENTE ANUENTE: I - Secretariar as reuniões da Diretoria e Assembleia Geral e redigir as atas; II - Publicar todas as notícias das atividades da entidade;III - Substituir o Primeiro Secretário em suas faltas ou impedimentos; IV - Assumir o mandato, em caso de vacância, até o seu término; V - Prestar, de modo geral, a sua colaboração ao primeiro secretário. VI - Arrecadar e contabilizar as contribuições dos associados, rendas, auxílios e doativos, mantendo em dia a escrituração; VII - Pagar as contas autorizadas pelo presidente/síndico; VIII - Apresentar relatórios de receita e despesas, sempre que forem solicitados; IX - Apresentar o relatório financeiro para ser submetido à Assembleia Geral; X - Apresentar semestralmente o balancete ao Conselho Fiscal;XI- Conservar, sob sua guarda e responsabilidade, os documentos relativos a tesouraria; XII- Manter todo o numerário com estabelecimento de crédito; XIII - Assinar, com o presidente, todos os cheques, ordens de pagamento que representem obrigações financeiras do Condomínio; Art. 23 - Compete ao Segundo Tesoureiro: I - Substituir o Primeiro Tesoureiro com suas faltas ou impedimentos; II - Assumir o mandato, em caso de vacância, até o seu término: III - Prestar, de modo geral, a sua colaboração ao Primeiro Tesoureiro. Art. 24 - As atividades dos diretores e conselheiros, bem como as dos associados inteiramente gratuitas, sendo-lhes vedado o recebimento de qualquer lucro, gratificação, bonificação ou vantagem. Art. 25 - A Instituição não distribuirá lucros, resultados, dividendos, bonificações, participações ou parcela de seu patrimônio, sob nenhuma forma ou pretexto. Art. 26 - A Associação Pró Construção do Residencial Leonis manter-se-á através de contribuições dos associados, sendo que essas rendas, recursos e eventual resultado operacional serão aplicados integralmente na manutenção e desenvolvimento dos objetivos institucionais, no território nacional. CAPÍTULO IV – DO PATRIMÔNIO Art. 27 - O Patrimônio da Associação Pró Construção do Residencial Leonis será constituído das áreas de uso comum do Edifício LEONIS e mobiliário nele existente. CAPÍTULO V - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS. Art. 28. Rege todas as deliberações gerais de contratos para a construção do edifício Residencial Leonis, compreendidos no instrumento original do estatuto. Art. 29 - A Associação Pró Construção do Residencial Leonis será dissolvida por decisão da Assembleia Geral Extraordinária, especialmente convocada para esse fim, quando se tornar impossível a continuação de suas atividades. Art. 30 - O Presente estatuto poderá ser reformado, em qualquer tempo, por decisão de 2/3 (dois Terços) dos presentes à assembleia geral especialmente convocada para esse fim, não podendo ela deliberar, em primeira convocação, sem a maioria absoluta dos associados. Ou com menos de 1/3 (um terço) nas convocações seguintes. E entrará em vigor na data de seu registro em cartório. Art. 36 - Os casos omissos serão resolvidos pela Diretoria e referenciados pela Assembleia Geral. O presente estatuto foi aprovado pela assembleia geral realizada no dia de 30 de setembro de 2021, conforme Ata nº 01. Pato Branco, 17 de dezembro de 2021.Eunice Maria Cavali Duarte, Luci Cavali Sbeghen, Valmir Lupatini, Gustavo Bergamaschi,Michelangelo Muzeli Trezzi, Eunice Maria Cavali Duarte,Roseli Terezinha Bergamaschi Maccarini, Oradi Francisco Caldatto, Valmir Antonio Lupatini, Luciana Zita Camozzato, Luci Cavali Sbeghen e Juvaldir Sbeghen, Silvano Anzolin, Wilson Itamar Godoy, Loreni Fenalti da Costa, Estilos Construções Ltda, Fernando Paulo Moretti OAB/PR 17499.

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE

TERMO DE RATIFICAÇÃO DO PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 38/2021

Fundamentado no art. 24 da Lei de Licitações nº 8666/93, RATIFICO a Dispensa de Licitação Nº 38/2021, para a Contratação de empresa especializada na prestação de serviços continuados de vigilância patrimonial desarmada, 24 horas de segunda à domingo, inclusive feriados

Valor Global: 253.998,72

Dotação: 01.001.10.122.0001.2001.3.3.90.37.0

Data: 29/12/2021

Fonte: 076

PAULO HORN
Presidente

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE – CONIMS
ATO DE CONSÓRCIO
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 002/2021
EDITAL Nº 031/2021 - CONVOCAÇÃO
O Presidente do **CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE - CONIMS**, Senhor Paulo Horn, conforme atribuições legais nos termos do Estatuto Social, considerando o Edital nº. 001/2021 do Processo Seletivo Simplificado nº. 002/2021, resolve:

TORNAR PÚBLICO
Art. 1º Convocação do candidato aprovado no Processo Seletivo Simplificado nº. 002/2021, que solicitou final de lista, para as Funções Públicas Temporárias nos termos da legislação pertinente e das normas estabelecidas no Edital nº 001/2021, conforme consta:


LOTAÇÃO - MUNICÍPIO DE ITAPEJARA D'OESTE/PR
CANDIDATO CLASSIFICAÇÃO
Daniele Vermolhem 16º

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 01/2021
EDITAL Nº 038/2021 - CONVOCAÇÃO PARA ENTREGA DOS DOCUMENTOS E EXAMES ADMISSIONAIS
O Presidente do **CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE - CONIMS**, Senhor Paulo Horn, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no Edital nº 001/2021, resolve:

TORNAR PÚBLICO
Art. 1º Convocação do candidato aprovado no Processo Seletivo Simplificado nº. 01/2021, para as Funções Públicas Temporárias a serem ocupadas no CAPS AD III, situado no Município de Coronel Vivida/PR, e na sede do CONIMS, situada no Município de Pato Branco/PR nos termos da legislação pertinente e das normas estabelecidas pelo Edital nº 001/2021, conforme consta:

CAPS AD III - ENFERMEIRO II
CANDIDATO CLASSIFICAÇÃO
Adão Rodrigues Viana 25º

A íntegra encontra-se disponível nos seguintes endereços eletrônicos:
<http://www.conims.com.br/> e <http://www.diariomunicipal.com.br/amp/>

**MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA**
ESTADO DO PARANÁ

MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA ESTADO DO PARANÁ

Decreto 7784/2021, de 07 de dezembro de 2021. Súmula: Abre Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 3.605.500,00. A publicação na íntegra dos atos acima encontra-se disponível no seguinte endereço eletrônico: <http://www.diariomunicipal.com.br/amp/> - conforme autorizado pela Lei Municipal nº 3063, de 26 de maio de 2021, regulamentada pelo Decreto nº 7691, de 14 de julho de 2021.

CLASSIFICADOS

DIÁRIO DO SUDOESTE

Para anunciar, ligue: 46.3220-2066

MEIO AMBIENTE.

NOSSA RESPONSABILIDADE!



ASSINE
46 3220 2066

DIÁRIO DO SUDOESTE
WWW.DIARIODOSUDOESTE.COM.BR

Precisa ganhar tempo?

Nós temos a solução!



Transporte de Encomendas

Transporte de Medicamentos

ANVISA: 1.127.129

PR

SC

Acesse nosso site.
Conheça nossas praças!

www.casaturlogistica.com.br

CASATUR Logística
De ônibus suas encomendas chegam mais rápido!

cattani
Sempre uma boa viagem!

DENGUE: APENAS VOCÊ PODE VIRAR ESTE JOGO



NÃO COLOQUE SUA FAMÍLIA EM RISCO. ELIMINE O MOSQUITO DA SUA CASA.



Tampe
os tonéis
e caixas-
d'água.



Deixe
garrafas
sempre
viradas.



Mantenha
a lixeira
bem
fechada.



Mantenha
as calhas
sempre
limpas.



Coloque
areia nos
vasinhos
de plantas.



Retire
água de
pneus.



UM
SIMPLES
GESTO QUE PODE
SALVAR UMA VIDA...

○ **HEMONÚCLEO** DE PATO BRANCO
CONTA COM SUA FORÇA!

#todospela vida

.HEMONÚCLEO DE PATO BRANCO
.HEMEPAR
.CONIMS

APOIO:

VNZA
studio

DIÁRIO DO SUDOESTE

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHOPINZINHO

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
TERMO DE RATIFICAÇÃO DO PROCESSO DE DISPENSA DE
LICITAÇÃO Nº 038/2021

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
Fundamentado no art. 24 da Lei de Licitações nº 8666/93,
RATIFICO a Dispensa de Licitação Nº 38/2021, para a
Contratação de empresa especializada na prestação de serviços
continuados de vigilância patrimonial desarmada, 24 horas de
segunda à domingo, inclusive feriados.
Valor Global: 253.998,72
Dotação: 01.001.10.122.0001.2001.3.3.90.37.00 Fonte: 076
Data: 29/12/2021

PAULO HORN
Presidente

Publicado por:
Ivete Maria Lorenzi
Código Identificador:C6DFA9A8

Matéria publicada no Diário Oficial dos Municípios do Paraná
no dia 30/12/2021. Edição 2422
A verificação de autenticidade da matéria pode ser feita
informando o código identificador no site:
<https://www.diariomunicipal.com.br/amp/>

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHOPINZINHO

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO Nº 197/2021

ESTADO DO PARANÁ
CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE

DISPENSA DE LICITAÇÃO
Nr.: 38/2021

CNPJ: 00.136.858/0001-88 Telefone: (46) 3313-3550
Endereço: RUA AFONSO PENA, 1902 - ANCHIETA
CEP: 85501-530 - Pato Branco

Processo Adm.: 197/2021
Data do Processo: 28/12/2021

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) presidente Paulo Horn, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - Homologar e Adjudicar a presente Licitação nestes termos:

- a) Nr. Processo: 197/2021
b) Nr. Licitação: 38/2021 - DL
c) Modalidade: Dispensa de licitação
d) Data de Homologação: 29/12/2021
e) Objeto da Licitação: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços continuados de vigilância patrimonial desarmada, 24 horas de segunda à domingo, inclusive feriados

f) Fornecedores e Resumo de Itens Vencedores:

| | Un. | Quantidade | VL. Unitário | Total dos Itens |
|---|-----|------------|--------------|-----------------|
| PRIMEIRA ACAO VIGILANCIA E SEGURANCA LTDA | | | | |
| 1 - Prestação de serviços continuados de vigilância patrimonial desarmada, 24 horas de segunda à domingo, inclusive feriados. | MES | 6,000 | 42.333,1200 | R\$ 253.998,72 |
| Total fornecedor: | | | | R\$ 253.998,72 |
| Total geral: | | | | |

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s):

| | |
|--|-------------------------------------|
| Descrição da Despesa | Dotação |
| Manutenção da Atividade Administrativa | 01.001.10.122.0001.2001.3.3.90.37.0 |
| Centro de Atenção Psicossocial - CAPS AD III | 03.001.10.302.0002.2003.3.3.90.37.0 |
| Pato Branco/PR, | 29 de Dezembro de 2021 |

PAULO HORN

Publicado por:
Ivete Maria Lorenzi
Código Identificador:17516EAB

Detalhes processo licitatório

| Informações Gerais | |
|---|---|
| Entidade Executora | CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE |
| Ano* | 2021 |
| Nº licitação/dispensa/inexigibilidade* | 38 |
| Modalidade* | Processo Dispensa |
| Número edital/processo* | 197/2021 |
| Recursos provenientes de organismos internacionais/multilaterais de crédito | |
| Instituição Financeira | |
| Contrato de Empréstimo | |
| Descrição Resumida do Objeto* | Contratação de empresa especializada na prestação de serviços continuados de vigilância patrimonial desarmada, 24 horas de segunda à domingo, inclusive feriados. |
| Dotação Orçamentária* | 0100110122000120013390370000 |
| Preço máximo/Referência de preço - R\$* | 253.998,72 |
| Data Publicação Termo ratificação | 30/12/2021 |
| Data de Lançamento do Edital | |
| Data da Abertura das Propostas | |
| Há itens exclusivos para EPP/ME? | <input type="text"/> |
| Há cota de participação para EPP/ME? | <input type="text"/> |
| Percentual de participação: | 0,00 |
| Trata-se de obra com exigência de subcontratação de EPP/ME? | <input type="text"/> |
| Há prioridade para aquisições de microempresas regionais ou locais? | <input type="text"/> |
| Data Cancelamento | |

[Editar](#)[Excluir](#)



Licitações

Onde Estou : Início > Licitações

ANO: 2021 2020 2019 2018 2017 2016 2015 2014 2013

MÊS: Jan Fev Mar Abr Mai Jun Jul Ago Set Out Nov Dez

Modalidade:

Dispensa Inexigibilidades Pregão Processos Administrativos Chamamento Público


Inexigibilidade Resultados de Licitação

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 038/2021

29/12/2021

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONTINUADOS DE VIGILÂNCIA PATRIMONIAL DESARMADA, 24 HORAS DE SEGUNDA À DOMINGO, INCLUSIVE FERIADOS.



 Anexo 1 - TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

 Anexo 2 - TERMO DE RATIFICAÇÃO

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 116/2021

23/12/2021

CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS DA ÁREA DE SAÚDE PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA REDE BÁSICA MUNICIPAL DE SAÚDE - NA ÁREA DE CLÍNICA GERAL, destinado ao atendimento aos usuários oriundos do Município de ITAPEJARA DO OESTE/PR, consorciado ao CONIMS



 Anexo 1 - TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

 Anexo 2 - TERMO DE RATIFICAÇÃO

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 115/2021

23/12/2021

CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS DA ÁREA DE SAÚDE PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA REDE BÁSICA MUNICIPAL DE SAÚDE - NA ÁREA DE CLÍNICA GERAL, destinado ao atendimento aos usuários oriundos do Município de CLEVELÂNDIA/PR, consorciado ao CONIMS.



 Anexo 1 - TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

 Anexo 2 - TERMO DE RATIFICAÇÃO

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 114/2021

23/12/2021

CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS DA ÁREA DE SAÚDE PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA REDE BÁSICA MUNICIPAL DE SAÚDE - NA ÁREA DE CLÍNICA GERAL, destinado ao atendimento aos usuários oriundos do Município de CHOPINZINHO/PR, consorciado ao CONIMS.



[Anexo 1 - TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO](#)

[Anexo 2 - TERMO DE RATIFICAÇÃO](#)

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 111/2021

21/12/2021

CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS DA ÁREA DE SAÚDE PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE APOIO À DIAGNOSE E TERAPIA (SADT), destinado ao atendimento aos usuários oriundos dos municípios consorciados ao CONIMS.



[Anexo 1 - TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO](#)

[Anexo 2 - TERMO DE RATIFICAÇÃO](#)

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 110/2021

21/12/2021

CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS DA ÁREA DE SAÚDE PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA REDE BÁSICA MUNICIPAL DE SAÚDE - NA ÁREA DE CLÍNICA GERAL, destinado ao atendimento aos usuários oriundos do Município de VITORINO/PR, consorciado ao CONIMS.



[Anexo 1 - TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO](#)

[Anexo 2 - TERMO DE RATIFICAÇÃO](#)

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 113/2021

20/12/2021

O presente processo tem por objeto o CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS DA ÁREA DE SAÚDE PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS DE APOIO À DIAGNOSE E TERAPIA (SADT), destinado ao atendimento aos usuários oriundos dos municípios consorciados ao CONIMS



[Anexo 1 - TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO](#)

[Anexo 2 - TERMO DE RATIFICAÇÃO](#)

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 112/2021

17/12/2021

CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS DA ÁREA DE SAÚDE PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS AMBULATORIAIS E SERVIÇOS DE APOIO À DIAGNOSE E TERAPIA (SADT), destinado ao atendimento aos usuários oriundos dos municípios Consorciados ao CONIMS.

[Anexo 1 - TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO](#)

[Anexo 2 - TERMO DE RATIFICAÇÃO](#)

[Voltar](#)

[Home](#)

[Institucional](#)

[Quem Somos](#)

[Municípios](#)

[Região de](#)

[Abrangência](#)

[Responsáveis](#)

[Endereços Oficiais](#)

[Contatos](#)

[Recomendação MPPR](#)

[Atos Legais](#)

[Documentos](#)

[Institucionais](#)

[Leis de Ratificação](#)

[Concurso | Seleção | PSS](#)

[Contas Públicas](#)

[Orçamento](#)

[Contrato de Rateio](#)

[e Aditivos](#)

[Relatórios Lei](#)

[Responsabilidade](#)

[Fiscal](#)

[Demonstrações](#)

[Contábeis](#)

[Convênios](#)


[Recebidos](#)


[Convênios](#)


[Repassados](#)

[Certidões do CONIMS](#)

| | |
|----------------------------|--------------------------|
| Editais e Atas dos | Acesso Restrito |
| Conselhos | IDS Saúde |
| Resoluções | Passagens e Diárias |
| Processos Adm. | Agenda de |
| Disciplinares | Reuniões |
| Eliminação de | RELATÓRIO |
| Documentos | COMPRAS |
| Licitações | Portal dos Empregados |
| Contato | Acessos dos Municípios |
| Fale Conosco | Área Técnica |
| Ouvidoria | Redes e Programas |
| | TFD |
| | Acesso Serviços de |
| | TFD (NOVO) |
| | Área do |
| | Faturamento do |
| | Município |
| | Compras - Preços |
| | Registrados |
| | Área do Prestador |
| | Serviço de Informação ao |
| | Cidadão |
| | SIC Físico |
| | e-SIC |
| | Perguntas |
| | Frequentes |

 Rua Afonso Pena nº 1902 | Anchieta, Pato Branco - PR | 85.501-530

 conims@conims.com.br

 (46) 3313-3550

Ambulatório: Segunda à Sexta das 07:00 às 11:30 e 13:00 às 16:30 ; Administrativo: Segunda à Sexta das 07:30 às 11:30 e 13:00 às 17:00.

Última atualização: 29/12/2021 16:52:22